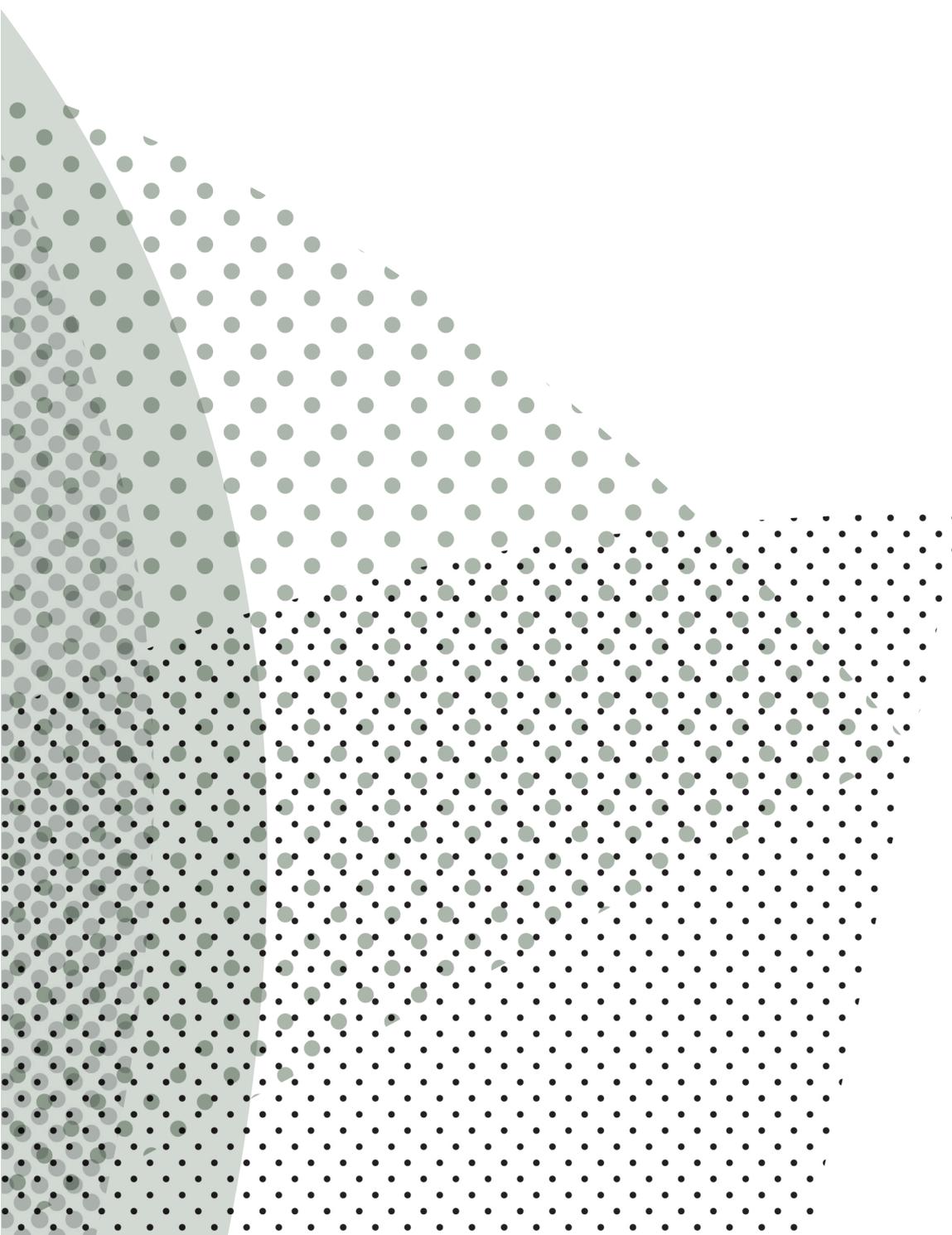




Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça | GPP-GeR

MÓDULO 6 | METODOLOGIA DE PROJETOS DE PESQUISA E DE INTERVENÇÃO



Dilma Rousseff  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Iriny Lopes  
MINISTRA DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SPM/PR

Luiza Bairros  
MINISTRA DA SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SEPP/PR

Fernando Haddad  
MINISTRO DA EDUCAÇÃO – MEC

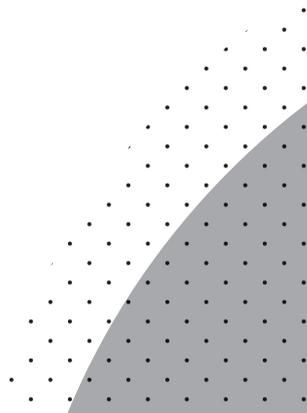
André Lázaro  
SECRETÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE – SECAD/MEC

Maria Luiza Heilborn  
Sérgio Carrara  
COORDENADORES DO CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS – CLAM/IMS/UERJ

REALIZAÇÃO  
Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR  
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPP/PR  
Ministério da Educação - MEC  
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA/SAE  
ONU Mulheres  
Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos - CLAM/IMS/UERJ

Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça | GPP-GeR  
MÓDULO 6 | METODOLOGIA DE PROJETOS DE PESQUISA E DE INTERVENÇÃO

CEPESC  
RIO DE JANEIRO  
2011



**COORDENAÇÃO ACADÊMICA**

Maria Luiza Heilborn (CLAM)

**COORDENAÇÃO ACADÊMICA ADJUNTA**

María Elvira Díaz Benítez

**COORDENAÇÃO EXECUTIVA**

Andreia Barreto

Leila Araujo

**COORDENAÇÃO DE CONTEÚDO**

Jurema Werneck

Lourdes Maria Bandeira

Márcia Lima

Maria Elisabete Pereira

Maria Luiza Heilborn

Mario Lisbôa Theodoro

Rosangela Malachias

**COORDENAÇÃO DE****EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

Laura Coutinho

**LEITURA CRÍTICA**

Anna Paula Vencato

Cristiane Cabral

Fabiola Cordeiro

Fabiola Rohden

Paulo Jorge Ribeiro

Rachel Aisengart Menezes

Schuma Schumacher

Thais Corral

**COLABORAÇÃO**

Alessandra Maria Silva Pinto

Alexandre Abdal Cunha

José Maria Nunes Pereira Conceição

Solange Dacach

Sônia Beatriz do Santo

Vera Lion

**PROFESSORES/AS ESPECIALISTAS**

Ana Maria Gomes Mesquita

Antonio Carlos (Billy) Malachias

Bel Santos Mayer

Carlos Alberto Santos de Paulo

Cecília de Mello e Souza

Clícea Maria Augusto de Miranda

Daniel Sebastiani

Fábia Oliveira Martins de Souza

Felícia Picanço

Fernanda Bittencourt Vieira

Flávia Rios

Gislene Aparecida dos Santos

Guacira César

Ignacio Cano

Jose Eustáquio Diniz Alves

José Maurício Arruti

Jurema Werneck

Lourdes Maria Bandeira

Lúcia Xavier

Luena Nunes Pereira

Márcia Lima

Márcio André dos Santos

Márcio Macedo

Maria Cláudia Cardoso Ferreira

Maria Elisabete Pereira

María Elvira Díaz Benítez

Maria Luiza Heilborn

Maria Márcia dos Santos Leporace

Mário Theodoro

Paulo Afonso de Araujo Quermes

Rosangela Malachias

Silvana de Paula

Solange Fortes

Sonia Correa

Vera Lúcia Benedito

**EQUIPE GOVERNAMENTAL****SPM/PR**

Angélica Fernandes

Ana Carolina Coutinho Villanova

Beatriz Matté Gregory

Luciana Mandelli

Maria Lúcia de Santana Braga

**SEPP/PR**

Anhamona Silva de Brito

Mônica Alves de Oliveira Gomes

Luiz Cláudio Barcelos

Verônica Lemos de Oliveira Maia

**SECADI/MEC**

Daiane de Oliveira Lopes Andrade

Fábio Meirelles Hardman de Castro

**CONSELHO CIENTÍFICO**

Isidório Telles (IPEA)

Joselina Silva (UFCE)

Maria Aparecida Bento (CEERT)

Kabenguele Munanga (USP)

Sonia Dias

Sueli Carneiro (Geledés)

CLAM/IMS/UERJ

IPEA

SECADI/MEC

SEPP/PR

SPM/PR

ONU Mulheres



Copyright © Centro Latino-Americano  
em Sexualidade e Direitos Humanos – CLAM/IMS/UERJ

**ORGANIZAÇÃO**

Maria Luiza Heilborn

Leila Araújo

Andreia Barreto

**PROJETO GRÁFICO**

Nitadesign | Anna Amendola

**REVISÃO**

Aline Duque

Maria Lucia Resende

G326

Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça | GPP – GeR: módulo VI/  
Orgs. Maria Luiza Heilborn, Leila Araújo, Andréia Barreto.  
– Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : Secretaria de Políticas para as  
Mulheres, 2011

125 p. ; il.  
ISBN 978-85-89737-64-7

Conteúdo: v.1. Políticas públicas e promoção da igualdade; v.2. Políticas  
públicas e gênero; v.3. Políticas públicas e raça; v.4. Estado e Sociedade;  
v.5. A transversalidade de gênero e raça na Gestão Pública; v.6. Metodo-  
logia de Projetos de Pesquisa e de Intervenção.

1. Gênero. 2. Raça. 3. Políticas públicas. I. Heilborn, Maria Luiza. II. Araújo,  
Leila. III. Barreto, Andréia. IV. Centro Latino-Americano em Sexualidade e  
Direitos Humanos. V. Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Ficha catalográfica : Sandra Infurna - CRB-7 - 4607

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	9
<b>UNIDADE 1   MÉTODOS QUALITATIVOS: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	10
INTRODUÇÃO A PROJETOS DE PESQUISA	11
O PROJETO DE PESQUISA – INÍCIO: PERGUNTA E LEVANTAMENTO	15
ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA QUALITATIVA: O ROTEIRO	21
O PROJETO DE AÇÃO SOCIAL	33
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE AÇÃO SOCIAL: O ROTEIRO	43
<b>UNIDADE 2   MÉTODOS QUANTITATIVOS: SUBSÍDIOS PARA A AÇÃO</b>	50
INTRODUÇÃO: QUANTITATIVO X QUALITATIVO	51
PESQUISAS EXPERIMENTAIS E QUASE EXPERIMENTAIS	59
PESQUISAS CORRELACIONAIS	69
DESENHOS DOS ESTUDOS E COLETA DE DADOS	73
VARIÁVEIS	79
NOÇÕES DE AMOSTRAGEM	89
OPERACIONALIZAÇÃO DE CONCEITOS	99
FONTES DE DADOS SOCIAIS NO BRASIL E PESQUISA <i>SURVEY</i>	105
O QUESTIONÁRIO	111
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	123





# METODOLOGIA DE PROJETOS DE PESQUISA E DE INTERVENÇÃO

O Módulo 6 - Metodologia de Projetos de Pesquisa e de Intervenção do Curso Gestão de Políticas Públicas de Gênero e Raça apresenta os métodos qualitativos e quantitativos de pesquisa, ambos atuando como técnicas fundamentais para a construção de projetos de intervenção social. A primeira unidade apresenta como os projetos de pesquisa podem influenciar as políticas públicas, trazendo subsídios importantes para tomadas de decisão, revisão de programas, dentre outros aspectos. Também são mostradas as diferenças entre projetos de pesquisa qualitativa e projetos de ação social, bem como roteiros para elaboração de ambos os tipos de projetos. A segunda unidade traz as diferentes formas de pesquisas quantitativas e são apresentadas explicações sobre o desenho de estudos, coleta de dados, amostragem, variáveis e as principais fontes de dados para pesquisas sociais no Brasil.

O Módulo pretende contribuir para a formação dos atores sociais envolvidos na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, especialmente que incluam os recortes de gênero e raça, oferecendo mais subsídios para o uso da pesquisa como ferramenta de gestão. São disponibilizados exemplos e detalhamento de cada passo, auxiliando também na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.



# INTRODUÇÃO A PROJETOS DE PESQUISA

QUAIS VARIÁVEIS CONSIDERAR EM UM PROJETO DE PESQUISA, A FIM DE QUE ELA CONTRIBUA PARA A EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA? COMO ELABORAR UM PROJETO DE PESQUISA?

Projetos de pesquisa visam à produção do conhecimento sobre tópicos teóricos e/ou fenômenos. No que diz respeito à vida em sociedade, os dados produzidos por pesquisas possibilitam identificar, interpretar e relacionar os vários fenômenos sociais para, então, nos posicionarmos diante dos mesmos. Historicamente, as pesquisas científicas focalizavam homens brancos de classe média e seus resultados eram generalizados para o conjunto da população.

A partir da criação do campo intitulado **Estudos sobre as Mulheres** (*Women's studies*), posteriormente denominado **Estudos de Gênero**, as experiências das mulheres e suas diferentes inserções na estrutura social ganharam visibilidade acadêmica. Tal conhecimento tornou-se uma importante ferramenta para a consideração das especificidades femininas e vem contribuindo para a promoção da equidade entre os gêneros.

No Módulo 2, no conteúdo sobre Desigualdades de Gênero no Brasil, vimos vários resultados de estudos específicos sobre as mulheres, especialmente na área econômica. Pelo estudo de gênero descobrimos, por exemplo, que do ponto de vista biopsicossocial o álcool afeta a mulher de forma diferente da que afeta o homem. Igualmente descobrimos que, apesar do desempenho escolar da menina ser comparativamente melhor do que o do menino e o nível de escolaridade da mulher ser mais elevado que o do homem, quando no mercado de trabalho e exercendo a mesma função, o homem é sempre mais bem remunerado. Processo análogo ocorreu em relação aos estudos sobre raça e etnia. A partir do momento em que pesquisas de saúde incluíram o quesito raça/etnia em seus roteiros, passamos a conhecer doenças que afetam mais determinados grupos raciais/étnicos, a exemplo da anemia falciforme.

Através da inclusão da variável “cor/raça” nos censos do IBGE, também foi evidenciado que as condições de vida das mulheres negras são significativamente piores do que aquelas experimentadas tanto por homens negros quanto por mulheres brancas. Para o Censo 2010, por exemplo, o questionário básico do IBGE incluiu perguntas sobre a cor/raça para todos/as os/as brasileiros/as.

No Censo anterior, de 2000, tal questionamento era efetuado apenas no questionário da Amostra, sendo respondido somente por uma parcela da população. Como abordado neste Curso, a **ausência das variáveis raça e etnia nos censos** e nas investigações do passado contribuiu para a **invisibilidade das desigualdades raciais** no Brasil.

Pesquisas aplicadas também representam importantes contribuições para identificar as estratégias e as ações mais eficazes na promoção da saúde, das melhorias das condições de vida, da justiça social e da equidade. O conhecimento produzido por tais estudos oferece subsídio para as políticas públicas, na medida em que fomenta ações que promovem a formação de sujeitos pró-ativos, protagonistas de suas trajetórias.

Assim, saber avaliar as pesquisas do ponto de vista teórico-metodológico favorece o uso destas no desenvolvimento dos trabalhos, ao mesmo tempo em que tal compreensão

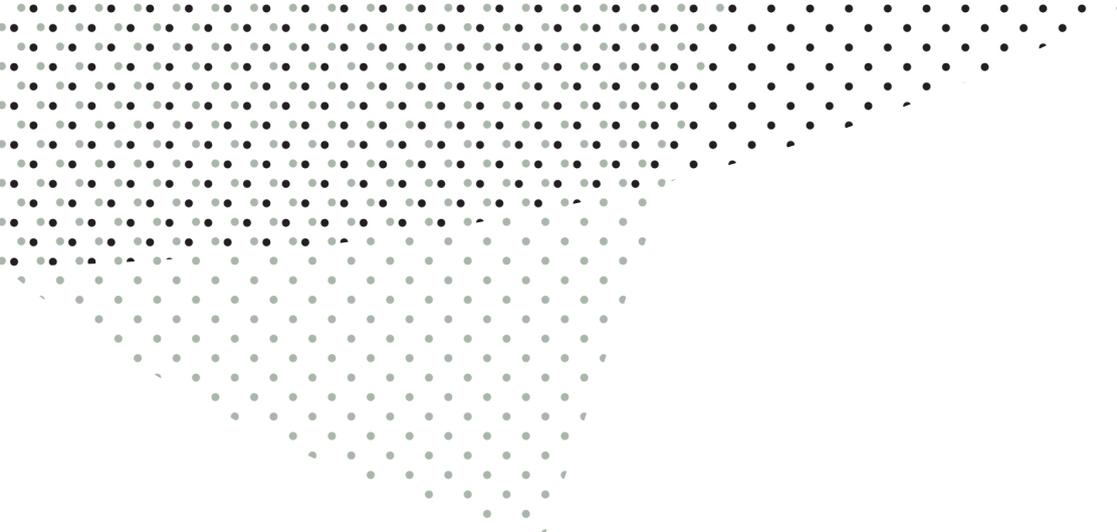
*A ausência das variáveis raça e etnia nos censos e nas investigações do passado contribuiu para a invisibilidade das desigualdades raciais no Brasil.*

permite elaborar e realizar projetos de investigação que gerem conhecimentos sobre a realidade e as situações específicas das populações com as quais se trabalha.

Por outro lado, os projetos de ação partem de premissas que, derivadas de pesquisas e modelos teóricos, se prestam à proposição de estratégias e de intervenções de impacto. Tais projetos contribuem para o enfrentamento de problemas sociais, uma melhor compreensão dos mesmos, a experimentação e a inovação de métodos e técnicas, o incremento do debate público, assim como para o fortalecimento institucional e a intensificação da participação social. Contudo, os projetos não solucionam os problemas, se não houver políticas públicas e sociais efetivas. Em outras palavras, a partir dos resultados alcançados e da sistematização de evidências sobre a eficácia das intervenções geradas por um projeto de ação, é possível pensar em ampliar seu impacto por meio de políticas sociais e públicas. **A implementação exitosa de trabalhos de pesquisa e ação parte, necessariamente, de um projeto.** Ele nada mais é do que um modo de planejar e gerenciar a pesquisa ou a ação social, nos âmbitos governamental e não-governamental, de maneira que os objetivos pretendidos sejam alcançados.

*A implementação  
exitosa de trabalhos  
de pesquisa  
e ação parte,  
necessariamente,  
de um projeto.*

**Todo projeto tem origem em uma ideia ou em um interesse em realizar algo.** Tal motivação toma forma e é expressa mediante um esquema, que é uma proposta. O projeto sempre possui um aspecto provisório, pois seu desenvolvimento constitui um processo de aprendizado contínuo, o que exige reformulações e reajustes. Vale lembrar que projetos devem ser inseridos em programas e/ou políticas que possam dar sustentação a tal iniciativa. Os projetos de ação viabilizam práticas e programas, por intermédio da organização de ações sociais, a partir de unidades planejáveis e manejáveis.



## O PROJETO DE PESQUISA – INÍCIO: PERGUNTA E LEVANTAMENTO

COMO AVALIAR A RELEVÂNCIA DA PESQUISA? QUAL SERIA UMA BOA PERGUNTA PARA UM PROJETO DE PESQUISA SOBRE A GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E RAÇA?

A **pesquisa social** trabalha com fenômenos que, de algum modo, são socialmente significativos, ou que, direta ou indiretamente, são relevantes para a teoria social. A natureza desta pesquisa é baseada em evidências empíricas, e é produzida pela análise sistemática destas evidências. Cientistas sociais trabalham com representações e práticas da vida social, procurando identificar e compreender os padrões, a diversidade e as relações presentes na complexidade da vida social. Assim, procedem à coleta de dados, à interpretação de fenômenos culturais e históricos significativos. Seus trabalhos podem estar voltados para a produção e o aprimoramento de teorias, como também podem contar com o objetivo de dar voz aos segmentos excluídos da população, promovendo sua visibilidade e valorizando suas visões e perspectivas (Ragin, 1994).

Os **métodos qualitativos de investigação** são de utilidade para o **entendimento do contexto em que um fenômeno ocorre**. Eles permitem a observação de

vários elementos simultaneamente em um pequeno grupo. **Esta abordagem é capaz de propiciar um conhecimento aprofundado de um evento, possibilitando a explicação e a análise de comportamentos** (Victora *et al.*, 2000).

Interesses e prioridades pessoais, teóricos, científicos, éticos, políticos, sociais e profissionais direcionam a escolha do tema a ser pesquisado. Na gestão pública há demandas e interesses de ordem institucional, política, técnica e administrativa. Tendo em mente, portanto, que a pesquisa se insere num campo no qual se apresentam conflitos de interesses, cabe ao pesquisador indagar acerca da relevância acadêmica e social de seu tema. Também é preciso que o investigador, de pronto, considere as condições de acesso aos dados e às fontes, bem como os recursos e o tempo disponíveis para a condução do projeto (Armani, 2001).

Para começar um projeto de pesquisa, deve-se distanciar criticamente das ideias sobre o objeto de estudo – baseadas nas aparências imediatas, nos preconceitos e no conhecimento – que é fundado no senso comum. É nesta fase de “quase ruptura” com as ideias prevalentes sobre o objeto que se precisa formular uma pergunta que explicita inequivocadamente o que se deseja compreender. Tal interrogação serve de ponto de partida para a investigação.

**A questão inicial de pesquisa deve necessariamente ser explícita, precisa, concisa e concreta.** Sua formulação também precisa obrigatoriamente considerar a real viabilidade de respondê-la, tendo em vista os recursos disponíveis. A pergunta e sua futura resposta deverão ter relevância social, de modo a contribuir para a compreensão e a resolução de problemas e fenômenos sociais prioritários. A pergunta de partida deve facilitar um bom recorte do objeto de estudo, o que evita a pretensão de dar conta de todos os seus aspectos. Questões com conceitos vagos, com base moral e filosófica, ou com o intuito de previsão não cabem em uma pesquisa qualitativa de ciências sociais. A pergunta de partida necessita contar com uma intenção que seja,

*Os métodos qualitativos de investigação são de utilidade para o entendimento do contexto em que um fenômeno ocorre. Eles permitem a observação de vários elementos simultaneamente em um pequeno grupo.*

ao mesmo tempo, compreensiva e explicativa. Tal indagação é a chave para um bom projeto, pois sem uma boa pergunta não é possível uma boa resposta (Quivy & Campenhoudt, 1992).

Uma vez formulada a pergunta de partida, passa-se à etapa de exploração em torno do tema. Nesse sentido, é necessário identificar o que já foi pesquisado sobre a questão formulada – o conhecimento acumulado a respeito do assunto – sendo importante saber como, quando, onde e por quem tais investigações foram efetuadas. Parte-se, então, para um levantamento bibliográfico. De início, deve-se pensar em palavras-chave que dizem respeito ao tema. Primeiramente, formulam-se palavras-chave em português e, depois, estas são traduzidas para o inglês e, se possível, para o espanhol. Isto porque, mesmo quando a pesquisa diz respeito ao Brasil, cabe conhecer os trabalhos de outros países sobre a temática, evitando uma impressão distorcida da originalidade do que se vai fazer e/ou da singularidade de programas e políticas públicas brasileiras.

#### EXEMPLOS DE PERGUNTAS E PALAVRAS-CHAVE:

- 1) Qual a interferência da divisão sexual do trabalho doméstico nos trabalhos formal e informal para homens e mulheres?  
Palavras-chave: Trabalho, divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico, gênero.
- 2) Quais as estratégias e as situações que afetam a eficácia das iniciativas dos movimentos sociais na promoção da igualdade racial?  
Palavras-chave: Movimentos sociais, militância, ONGs, gênero, raça/etnia.

Norteados pelas palavras-chave, procuram-se artigos e livros em bases bibliográficas nacionais e internacionais disponíveis pela Internet,<sup>1</sup> privilegiando trabalhos científicos.

No início do levantamento bibliográfico, a prioridade deve recair sobre estudos que façam uma revisão da área estudada. Isto porque os autores deste tipo de trabalho indicam o que já foi realizado e o que é conhecido sobre a questão, em termos de tendências, debates, controvérsias, lacunas e problemas para pesquisas futuras. Para

1 | Neste Módulo você encontra uma lista de sites correlatos ao tema. Consulte também a webbibliografia disponível ao final de cada módulo deste Curso.

localizar tais obras, use a palavra “revisão”, junto com suas palavras-chave. Um site fundamental é o Annual Review [<http://www.annualreviews.org>], que publica anualmente um volume de artigos de revisão por área de conhecimento.

A segunda fase do levantamento bibliográfico deve se concentrar na seleção dos trabalhos que, com abordagens diversificadas, sejam mais pertinentes à pergunta do seu projeto. Esta escolha é facilitada pela leitura dos resumos das obras, sendo que as referências citadas no final de cada uma também devem ser consultadas para complementar a bibliografia a ser lida. Nessas consultas torna-se necessário desenvolver um sistema de registro, no qual se anota a referência completa de cada obra e os pontos principais relacionados à pergunta da pesquisa.

Além do levantamento bibliográfico, é preciso também contatar pesquisadores/as e profissionais com experiência no campo de estudo para discutir o projeto. Quando possível, é recomendável realizar visitas exploratórias ao campo, com o intuito de observar as diferentes situações vinculadas ao tema de estudo e conversar com as pessoas. Em outras palavras, trata-se de fazer entrevistas informais para conhecer melhor como a questão da pesquisa se apresenta para o grupo a ser investigado.

A leitura das obras selecionadas através do levantamento bibliográfico permite **identificar aspectos diferentes e não antevistos do problema** apresentado pela pergunta de partida, as **relações entre tais aspectos, e os diversos quadros teóricos empregados para focalizar o tema**. A orientação teórica mais pertinente ao trabalho é aquela que contribui para a nitidez e a precisão em torno da pergunta de partida, e que permite explicitar o quadro conceitual que caracteriza a problemática. Nesse sentido, a melhor orientação teórica é aquela que articula e sustenta de forma mais precisa as proposições utilizadas para elaborar a resposta à pergunta de partida. É nesse processo que

*A leitura das obras  
selecionadas  
através do  
levantamento  
bibliográfico  
permite identificar  
aspectos diferentes  
e não antevistos  
do problema  
apresentado pela  
pergunta de partida.*

se delimita o objeto de estudo e se transforma o tema em problema de pesquisa (Quivy & Campenhoudt, 1992).

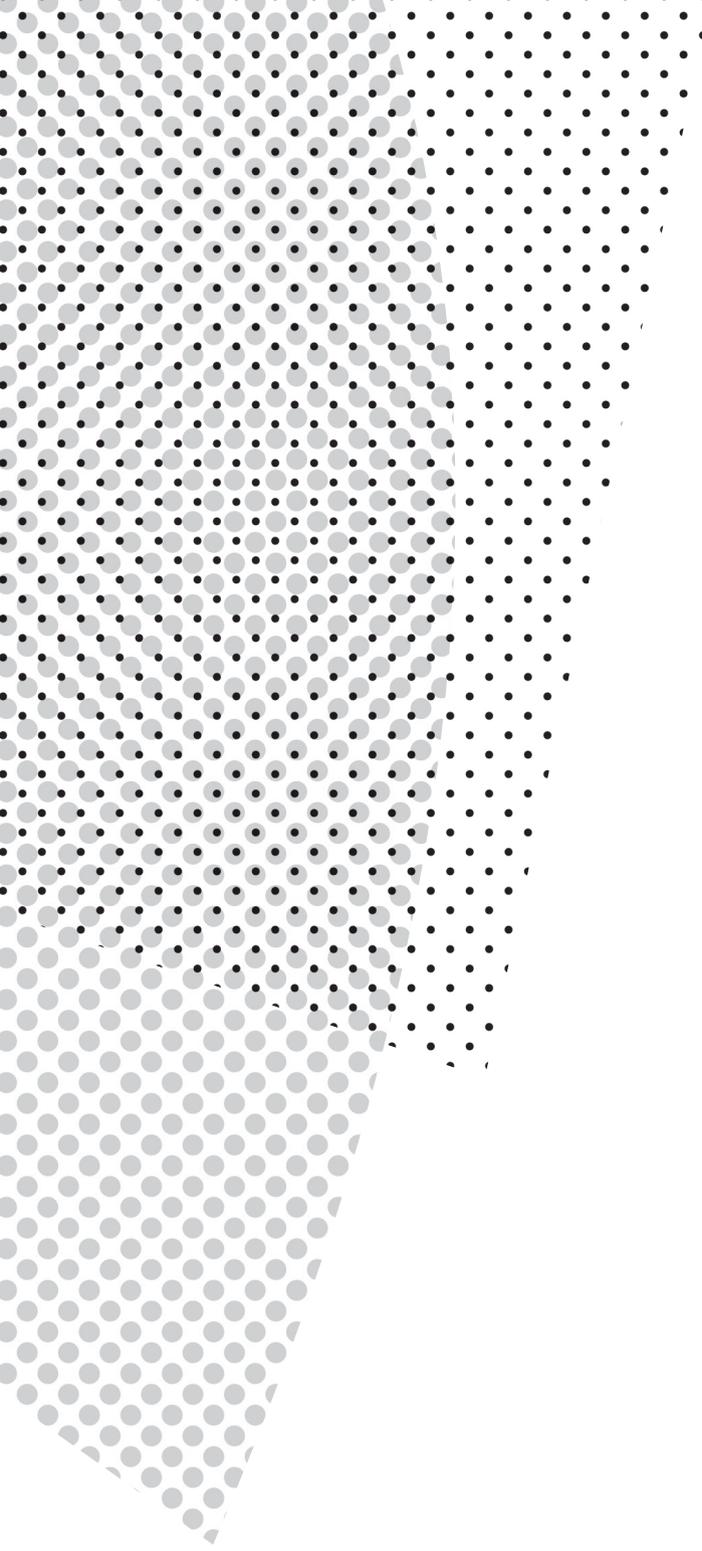
O problema de pesquisa remete a uma dificuldade teórica ou prática no conhecimento de alguma questão de real importância que requer uma solução. O problema pode se ater a questões puras e básicas, ou a questões aplicadas. No primeiro caso, ele representa um desafio para o conhecimento, no sentido de permitir a exploração de um **campo epistêmico** novo ou de aspectos inéditos e dimensões desconsideradas nas pesquisas, ou no referencial teórico ou, ainda, no campo do saber não sistematizado da prática cotidiana. No segundo caso, o problema se refere a uma situação que envolva uma dificuldade, uma ameaça ou um desajuste que provoque danos para pessoas, grupos ou toda a sociedade. Refere-se, geralmente, a um problema social, a uma demanda social ou a uma avaliação.

Assim, para apontar o problema da pesquisa, deve-se evidenciar sua relevância e sua contribuição para o campo de conhecimento e/ou para a compreensão e a resolução de um problema social. **O problema da pesquisa precisa ser elaborado de forma concisa, direta e operacional, sendo necessário apontar suas bases conceitual e teórica.**

Na pesquisa qualitativa se reconhecem os fenômenos sociais como processos complexos, multideterminados, multidimensionais, em constante transformação, e articulados a variados significados e sentidos, o que exige recortar o objeto de maneira a explicitar o enfoque pretendido, sem perder de vista a contextualização (Vasconcelos, 2002).

## GLOSSÁRIO

**Campo epistêmico** – Campo do saber, do conhecimento.



# ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA QUALITATIVA: O ROTEIRO

QUAIS AS ETAPAS DE UM PROJETO DE PESQUISA?  
QUAL O PRIMEIRO PASSO?

O nível de exigência em relação ao detalhamento teórico e metodológico varia de instituição para instituição. No módulo anterior, foi apresentado o roteiro para projetos submetidos a agências governamentais. Observa-se que no caso de agências financiadoras deve-se seguir rigorosamente as orientações do edital da agência em pauta. Quando da apresentação do projeto, qualquer pequeno descumprimento relativo ao formato solicitado pela instância desqualifica e até elimina a proposta do processo seletivo. De todo modo, **quanto mais detalhado o projeto, melhor será a preparação dos/as pesquisadores/as**. Vale lembrar que o financiamento não é a única razão para se formular um projeto, pois este é, em primeiro lugar, o instrumento de planejamento e implementação que possibilitará o desenvolvido exitoso daquilo que se pretende.

Na condução de uma pesquisa qualitativa, o projeto é uma referência fundamental, mas suas propostas são continuamente revisadas, de acordo com a constante interlocução entre os dados progressivamente obtidos e o referencial teórico. É preciso ter flexibilidade no

desenvolvimento do projeto, no entanto, mesmo sabendo que alguns parâmetros metodológicos só serão definidos após o início da pesquisa, a proposta de um projeto deve sempre discriminar todas as etapas da investigação, com toda a nitidez possível para o momento.

## PÁGINAS INICIAIS

### CAPA

A capa do projeto deve conter as seguintes informações: título do projeto (sintético e curto), nomes dos responsáveis pela coordenação do projeto, nome da instituição, dados para contato.

### RESUMO

O resumo é uma síntese dos principais pontos do projeto e deve ocupar, no máximo, uma página. Para que o resumo ofereça um retrato ao mesmo tempo geral e fiel do projeto, ele é a última parte a ser escrita. Ele deve ser redigido e revisado com todo o cuidado para que se torne completo e preciso. Em grandes seleções, o resumo determina se o projeto será lido e considerado.

### SUMÁRIO

Listagem das partes integrantes do projeto, com indicação do número da página inicial de cada parte.

### LISTA DE QUADROS E TABELAS (se houver)

## INTRODUÇÃO

O primeiro parágrafo da introdução tem como função ser uma síntese do projeto, na qual deve ser revelado para o/a leitor/a o que há de mais relevante. A proposta precisa ser concisa e apresentada de modo a captar a atenção e o interesse do/a leitor/a.

O objetivo da introdução é apresentar os componentes principais da proposta (objeto, problema, breve contextualização, justificativa, identificação do referencial teórico que fundamenta a proposta, método e técnicas de pesquisa) e os antecedentes do projeto: as experiências prévias, seus resultados e como o projeto decorre dessas experiências anteriores.

## DEFINIÇÃO DO PROBLEMA, DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

Nesta parte deve-se identificar o objeto central da pesquisa, destacando-o em relação ao seu contexto. A problematização do objeto precisa ser explicitada, de modo a contribuir para justificar a relevância e a contribuição do projeto em termos epistemológicos, teóricos, metodológicos e sociais. O caráter inovador da proposta, os resultados esperados e sua possível aplicação necessitam ser destacados.

### OBJETIVOS GERAIS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Cada objetivo deve ser apresentado em uma frase, iniciada por um verbo no infinitivo. Os objetivos têm que ser consistentes com o objeto delimitado, devendo indicar, com o máximo de precisão, tanto o conhecimento que se pretende produzir com a pesquisa quanto a sua contribuição. Os objetivos não devem ser ambiciosos, pois o projeto será julgado por sua exequibilidade, e é fundamental cumprir aquilo que foi proposto. É necessária extrema atenção para não confundir as técnicas de pesquisa ou as atividades de um projeto de intervenção – os meios/os instrumentos – com os **OBJETIVOS**, que são os fins.

O objetivo geral apresenta o objeto de estudo. Os objetivos específicos detalham o objetivo geral de duas maneiras. Na primeira, o objetivo específico desagrega os diferentes componentes e as distintas dimensões do objeto de estudo, relacionando-os com o conhe-

### OBJETIVOS

Veja alguns exemplos de objetivo geral e objetivos específicos.

#### **PROJETO SOBRE DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**

##### *Objetivo geral*

- Investigar como a divisão sexual do trabalho doméstico interfere na inserção de mulheres das camadas populares no mercado de trabalho.

##### *Objetivos específicos*

- Examinar a divisão sexual do trabalho doméstico nas camadas populares.
- Analisar como a divisão sexual do trabalho doméstico afeta a qualificação, a busca de trabalho, a contratação e a permanência nos trabalhos formal e informal de mulheres das camadas populares.

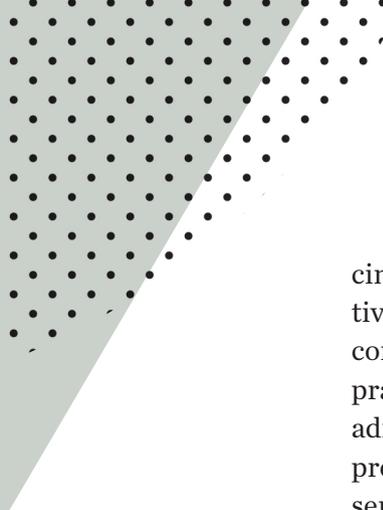
#### **PROJETO SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS**

##### *Objetivo geral*

- Identificar as estratégias e as situações que afetam a eficácia das iniciativas dos movimentos sociais na promoção da igualdade racial.

##### *Objetivos específicos*

- Analisar a organização, as metas, as estratégias de atuação e os resultados ao longo do histórico do Movimento Negro no Brasil.
- Identificar os fatores que, de um lado, relacionados à organização e à atuação do Movimento Negro e, de outro, relacionados ao seu contexto socioeconômico e político facilitaram ou dificultaram o alcance dos objetivos do Movimento e o êxito de suas ações.



cimento produzido sobre o tema. Na segunda, o objetivo específico aponta para as contribuições esperadas com a consecução do estudo em termos teóricos, práticos, técnicos, socioeconômicos, ambientais, administrativos, assim como para a formulação de programas, políticas sociais e públicas, mudanças nos serviços ou tomadas de decisão.

#### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O problema e o objeto de estudo são contextualizados a partir da literatura existente sobre o tema. Procura-se, então, mostrar as relações do problema de pesquisa com as investigações existentes sobre o tema, e com a fundamentação teórica escolhida, sendo necessário justificar a escolha feita. Este enquadramento teórico-conceitual precisa sistematizar os conceitos e as problemáticas-chave que fundamentam o projeto. Tal seção deve ser redigida sob a forma de uma análise crítica do estado atual da investigação sobre o tema de pesquisa, devendo conter, portanto, considerações teóricas, empíricas e metodológicas, ou seja, não se trata meramente de resumir as pesquisas encontradas no levantamento bibliográfico, é preciso articulá-las ao problema e à proposta.

Todos/as os/as autores/as devem ser citados de acordo com o formato acadêmico de citações, mesmo quando suas palavras não sejam copiadas de seus textos. **Deixar de citar o/a autor/a de uma ideia constitui plágio**, o que fere os preceitos éticos e a legislação sobre direitos autorais. Assim, os fichamentos e as anotações precisam necessariamente incluir as referências completas de cada texto, o que facilita tanto o procedimento das citações como a elaboração da bibliografia.

#### METODOLOGIA

A metodologia define o tipo de pesquisa a ser realizada. As pesquisas podem ser classificadas de acordo com:

*Deixar de citar o/a autor/a de uma ideia constitui plágio, o que fere os preceitos éticos e a legislação sobre direitos autorais.*

A) seus fins: pesquisa exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e de intervenção;

B) os meios empregados: pesquisa de campo, documental, bibliográfica, participante, estudos de caso.

No projeto também é preciso fazer referência às técnicas a serem utilizadas, já que para cada tipo de pesquisa é possível usar técnicas variadas, como entrevista (estruturada ou não), questionário, observação, análise de conteúdo.

No item sobre a metodologia deve-se apresentar e justificar o método de pesquisa escolhido, tendo como base o objeto e os objetivos propostos. Esta discussão necessita ser mais elaborada, caso a comissão avaliadora do projeto desconheça o método e a área de estudo. Recomenda-se que as limitações metodológicas e as dificuldades para a condução da pesquisa sejam explicitadas, juntamente com as medidas que serão tomadas para superar estas dificuldades.

Nesta parte do projeto também se deve incluir:

#### 1. GRUPO ESTUDADO/AMOSTRA

Grupo estudado e/ou amostra corresponde às unidades de análise definidas para a investigação, como indivíduos de determinado segmento ou comunidade. Neste caso, é preciso caracterizar o grupo estudado a partir de seu perfil sociodemográfico, identificando os critérios a serem utilizados na seleção das pessoas que participarão do estudo, e justificar tais características e critérios a partir do objeto e do marco teórico-metodológico. Quando os/as participantes na investigação forem selecionados/as através de uma instituição ou de uma comunidade, a identificação das mesmas deve constar do projeto, sendo a escolha justificada. É necessário lembrar ainda que, além das unidades de análise – ou seja, aquilo que vai ser estudado e comparado – também podem ser determinados grupos ou instituições, como escolas, igrejas, associações etc.

#### 2. TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

As técnicas de pesquisa devem ser descritas de modo a detalhar como elas atendem aos objetivos do projeto; onde, a quem e por quem elas serão aplicadas; o número de pessoas; o período de utilização de cada técnica; e, por fim, a articulação e a triangulação entre as técnicas empregadas.

### 3. ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados compreende a caracterização das relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores; a relação entre os dados encontrados e a teoria; a discussão acerca das possíveis alternativas de interpretação da realidade social. É preciso identificar a técnica ou a forma de análise dos dados em pauta (por exemplo, análise de conteúdo, de discurso etc.), assim como quem fará tal análise. Caso haja previsão de uso de algum **SOFTWARE DE ANÁLISE QUALITATIVA**, o fato deve ser mencionado.

#### SOFTWARE

#### DE ANÁLISE QUALITATIVA

São exemplos de software para análise qualitativa:

- ATLAS.ti [www.atlasti.com](http://www.atlasti.com)
- QSR NVIVO 2.0

### 4. ÉTICA NA PESQUISA

Como pesquisadores/as, deve-se avaliar os possíveis riscos e benefícios do projeto para aqueles/as que dele participarão. O/A participante da investigação precisa estar devidamente informado/a sobre todas as condições de sua participação e consentir em fazer parte da pesquisa, sabendo que terá liberdade de sair dela em qualquer momento. Isto significa que a **pessoa investigada deve ser informada sobre o modo como vai participar, os riscos e os benefícios envolvidos, e como o/a pesquisador/a garantirá a confidencialidade dos dados**, tanto durante o desenvolvimento da pesquisa quanto no processo de divulgação dos resultados. Estes e outros cuidados que serão tomados, além do compromisso de confidencialidade para com os/as pesquisados/as necessitam ser escritos e incluídos nos anexos.

Os cuidados éticos são mais rigorosos quando as pesquisas envolvem grupos vulneráveis, por exemplo, crianças e adolescentes (menores de 18 anos).

#### COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA (CONEP)

É recomendável que o/a pesquisador/a se atualize constantemente acerca das informações e orientações das Resoluções do CNS sobre pesquisas que envolvem seres humanos. Acesse <[http://conselho.saude.gov.br/web\\_comissoes/conep/index.html](http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html)>. Acesso em 04/05/2011.

Pelos riscos envolvidos em suas pesquisas, o campo da saúde está à frente de iniciativas, como a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), que pertence ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). O CONEP tem funções consultiva, deliberativa, normativa e educativa, além de possuir o atributo de implementar as normas e as diretrizes regulamentadoras de pesquisas que, aprovadas pelo Conselho, envolvem seres humanos. Pesquisadores/as que desejam publicar seus estudos em periódicos da área de saúde devem registrar sua pesquisa no site do **CONEP** e ter seu projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição da qual faz parte.

## 5. PLANEJAMENTO OPERACIONAL

### A) O processo da pesquisa

As etapas da coleta de dados da pesquisa deverão ser descritas, começando pelo acesso ao campo. É importante identificar quem se responsabilizará por cada atividade, o período e a duração de cada etapa, e a articulação entre as etapas.

### B) Cronograma

O cronograma deve obedecer ao formato de tabela, na qual são informadas todas as etapas da pesquisa e os meses em que serão realizadas.

#### EXEMPLO DE CRONOGRAMA

ATIVIDADES	MÊS											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	█	█										
PREPARAÇÃO PARA O CAMPO E ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS	█	█										
PESQUISA DE CAMPO			█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE DE... GRUPOS FOCAIS		█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
ENTREVISTAS						█	█					
ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS												
TRANSCRIÇÃO DE GRAVAÇÕES						█	█					
CODIFICAÇÃO DOS DADOS								█	█			
ANÁLISE DOS DADOS									█	█		
DIVULGAÇÃO												
RELATÓRIO FINAL E PREPARAÇÃO DE ARTIGO											█	█

**C) Infraestrutura, parcerias e recursos humanos**

Nesta parte do projeto discriminam-se todos os recursos disponíveis para sua implementação: os recursos financeiros, humanos (arrolar os membros da equipe de pesquisa, suas qualificações e responsabilidades no projeto); o aporte de infraestrutura física, material, técnica e organizacional; e o apoio técnico. A menção a colaborações ou parcerias já estabelecidas com outros centros de pesquisa na área fortalece o projeto. O mesmo ocorre com a indicação de interesse e comprometimento de empresas e/ou outras instituições colaboradoras com o escopo da proposta. Os currículos dos membros da equipe podem ser incluídos no anexo.

Fontes possíveis de financiamento devem ser identificadas. No caso de o projeto ser encaminhado para agência de fomento, é necessário também incluir um orçamento detalhado, com evidente distinção em relação ao que constitui a contrapartida da instituição de que se faz parte, ao que está sendo solicitado à agência de fomento, e ao que conta com outras fontes de financiamento.

**D) Orçamento (se o projeto for submetido a uma agência de fomento)**

As recomendações são: detalhar todos os itens para os quais está sendo solicitado financiamento, descrever a finalidade de cada item no âmbito do projeto proposto e, se for o caso, adicionar os orçamentos dos fornecedores. Os custos do projeto devem ser cuidadosamente calculados, de maneira a contemplar todos os gastos previstos e determinar os valores médios dos custos. Com tais cuidados evita-se o risco de fazer frente a despesas não previstas ou a aumento de preços. Deve-se explicitar o cálculo utilizado para chegar a um determinado valor. Por exemplo, transcrição de gravações de entrevistas: 5 entrevistas x 2 horas x R\$ 80,00 por hora. Precisa ficar evidente a função do equipamento solicitado no projeto. Tais informações justificam o orçamento solicitado, o que auxilia na avaliação do orçamento e do próprio projeto. Orçamentos exagerados ou com itens que não são pertinentes para a execução do projeto poderão sofrer cortes e, ainda, serem penalizados na pontuação. Recomenda-se o uso do programa Excel para a elaboração do orçamento. A tabela a seguir apresenta um exemplo acerca do modo de organização do orçamento.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES	INSUMOS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	RECURSOS PRÓPRIOS	SOLICITADO À AGÊNCIA DE FOMENTO	SUBTOTAL
TOTAL						

## BIBLIOGRAFIA

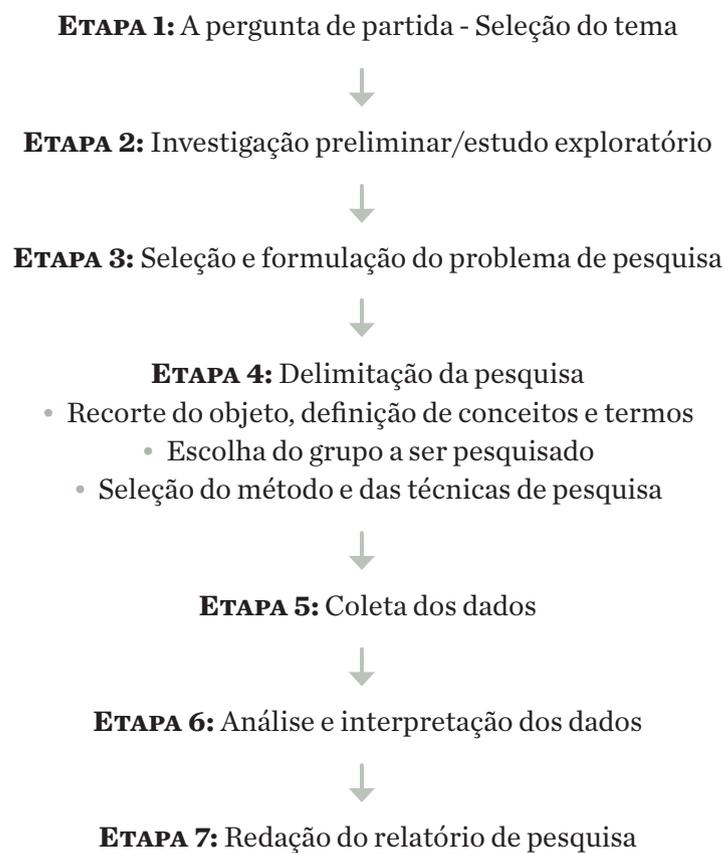
O/A pesquisador/a deverá seguir as normas bibliográficas de sua área de atuação. Para identificá-las, basta procurar o site de um periódico reconhecido na área e seguir as orientações fornecidas a seus autores. É importante atentar para pontuação, ordem das informações, uso de letras maiúsculas e minúsculas e formatação (itálico, negrito, sublinhado). As informações completas de cada obra devem constar das referências. **A bibliografia deve incluir todas as obras citadas no texto do projeto e, ainda, as referências que serão utilizadas no futuro**, pois isso **indica que o levantamento bibliográfico foi bem feito** e que o/a autor/a do projeto **conhece a bibliografia de referência da área**.

*A bibliografia deve incluir todas as obras citadas no texto do projeto e, ainda, as referências que serão utilizadas no futuro*

## ANEXOS (OPCIONAL)

Nos anexos são incluídos os instrumentos que serão usados, os roteiros de observação ou de entrevista, fotos, mapas, ou outros documentos relevantes e elucidativos para o texto do projeto. Os currículos dos membros da equipe de pesquisadores/as também entram como anexo. Ao longo do texto do projeto, indica-se em cada um dos momentos pertinentes a existência de um anexo a ser consultado para esclarecer o que está sendo exposto.

Em síntese, as principais etapas do processo de pesquisa são:



Pesquisa exploratória – Pesquisa que tem como objetivo a familiarização com um tema (tópico) ou a identificação de conceitos iniciais sobre um tópico.

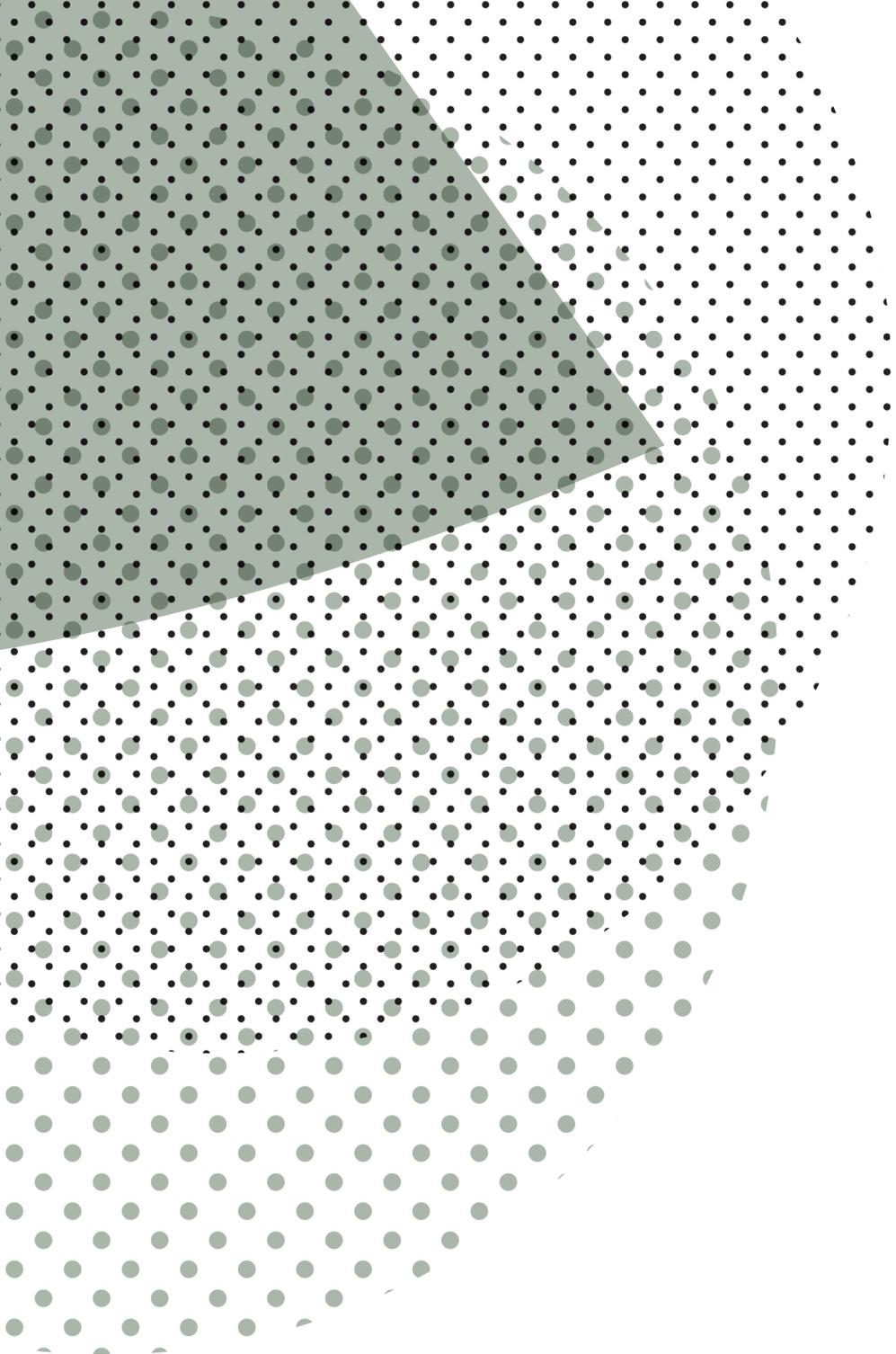
Pesquisa descritiva – Tem como objetivo identificar quais as situações, os eventos, as atitudes ou as opiniões que estão manifestos em uma população.

Pesquisa explicativa – Tem como objetivo identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

Pesquisa metodológica – Refere-se ao tipo de pesquisa voltada para a inquirição de métodos e procedimentos adotados como científicos. “Faz parte da pesquisa metodológica o estudo dos paradigmas, as crises da ciência, os métodos e as técnicas dominantes da produção científica” (Demo, 1994:37). Definição disponível em <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/met02a.htm>> Acesso em 04/05/2011.

Pesquisa aplicada – Objetiva gerar conhecimentos a serem aplicados na solução de problemas específicos.

Pesquisa de intervenção – Tem como objetivo compreender o fenômeno, mas também identificar formas de intervenção no contexto para alterá-lo.



## O PROJETO DE AÇÃO SOCIAL

### DE QUE FORMA AS PESQUISAS INCIDEM NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?

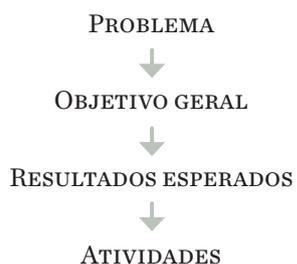
Para elaborar um projeto de ação precisamos verificar, primeiramente, se o problema e a proposta atendem aos objetivos institucionais. Em caso positivo, os passos subsequentes são sensibilizar aqueles/as com poder decisório e mobilizar órgãos e parceiros/as em potencial, sempre considerando a sustentabilidade política, técnica e financeira necessária à realização do projeto.

O projeto de ação não requer o mesmo rigor que o projeto de pesquisa submetido a instituições e a agências de fomento de pesquisa acadêmica. No entanto, um bom projeto de ação exige o mesmo rigor no que se refere à articulação e à consistência entre seus marcos conceitual e lógico. É necessário que o/a pesquisador/a possua um bom conhecimento de seu problema, da população-alvo, das possíveis estratégias de intervenção, e de seus resultados e indicadores.

Na elaboração de um projeto de ação, o primeiro passo é a escolha de um marco conceitual para fundamentar o plano de trabalho, pois isto garante coerência e base teórica à proposta.

O marco conceitual demonstra, do ponto de vista teórico, **como as ações propostas conduzirão às mudanças desejadas**, o que explicita, então, **a relação entre as atividades, os resultados esperados e os objetivos do projeto**. Por exemplo, na área de saúde, o Modelo de Crenças em Saúde e a Teoria da Ação Racional são modelos conceituais que, com base empírica, indicam que o aumento do conhecimento é insuficiente para mudar atitudes e comportamentos e, por isso, as ações devem enfatizar o desenvolvimento de práticas e atitudes. A opção por um modelo conceitual implica a escolha de determinadas atividades para alcançar os objetivos propostos.

Na preparação preliminar do projeto é necessário diagramar o marco conceitual, de modo a identificar o problema que o projeto pretende resolver. Em seguida, cabe formular o objetivo do projeto, os resultados viáveis esperados e, por fim, pensar em ações, na direção do efeito desejado.



Para escolher e desenvolver o problema, o ideal é proceder a um diagnóstico participativo junto a representantes da população-alvo. Do ponto de vista da eficácia, a psicologia social já apontou que a participação é vital para o sucesso de uma intervenção. A partir da ótica política e social, a participação promove a democracia, a mobilização social e a cidadania, pois valoriza o ponto de vista dos/as beneficiados/as e sua atuação como sujeitos de suas próprias trajetórias. Cabe sempre lembrar que qualquer conhecimento profissional especializado contribuirá muito pouco se não atender aos anseios de seus/suas potenciais beneficiários/as.

*O marco conceitual demonstra, do ponto de vista teórico, como as ações propostas conduzirão às mudanças desejadas, o que explicita, então, a relação entre as atividades, os resultados esperados e os objetivos do projeto.*

O diagnóstico participativo pode ser realizado por intermédio de entrevistas e grupos focais com lideranças e representantes do grupo investigado; e pesquisa documental sobre a questão e a área. Tais iniciativas visam à identificação e à hierarquização dos principais problemas, suas causas e possíveis soluções. Técnicos e lideranças devem, juntos, considerar as seguintes questões:

- 1) Quais os problemas específicos que afetam a população-alvo?
- 2) Dentre os problemas identificados,
  - quais os passíveis de mudanças?
  - quais os que nossa instituição terá capacidade de impactar?
  - quais os que podem aproveitar programas e estruturas existentes?
  - quais os que ainda não estão sendo enfrentados por meio de outras iniciativas?
  - quais os prioritários para a população-alvo?

Uma vez o problema seja selecionado, deve-se, a partir dele, elaborar um objetivo. O objetivo geral refere-se ao impacto mais geral esperado, para qual o projeto contribui. Os objetivos específicos são formulados a partir dos efeitos esperados, que podem ser mensurados. Para identificar os resultados esperados, perguntamos:

- Que mudanças devem ser promovidas na população-alvo?

Uma vez definidos os resultados, cabe identificar as atividades e as estratégias. Para isto, devemos perguntar:

- Quais as atividades que podem levar às mudanças pretendidas?
- Como sei que tais atividades terão estes efeitos?

É muito importante que as atividades sejam escolhidas a partir dos objetivos, e não o contrário.

Com o marco conceitual definido, antes de começar a escrever o projeto, prepara-se o marco lógico. O marco conceitual deve servir de base para o marco lógico. O marco lógico é um recurso metodológico que serve para organizar visualmente o projeto, pois detalha o que será realizado, como será realizado e como será possível saber se o projeto atingiu seus objetivos. O marco lógico auxilia, portanto, na definição de uma sequência de passos encadeados para produzir um projeto bem estruturado em

termos de causa e efeito. Ademais, também é um instrumento de gerenciamento do projeto. Muitas organizações internacionais de desenvolvimento têm um formato próprio de marco lógico. Deve-se utilizar sempre o modelo estipulado pela instituição para onde se está encaminhando o projeto, quando este for o caso. O formato sugerido a seguir é um modelo que pode ser usado, caso não tenha sido estabelecido outro, pela instituição à qual se destina o projeto.

#### MODELO DE QUADRO DO MARCO LÓGICO

<b>TÍTULO DO PROJETO:</b>						
<b>POPULAÇÃO BENEFICIADA:</b>						
<b>ABRANGÊNCIA:</b> <b>ÁREA(S) GEOGRÁFICA(S):</b> <b>LOCALIDADE(S):</b>						
<b>PROBLEMA:</b>						
<b>OBJETIVO GERAL:</b>						
<b>OBJETIVO ESPECÍFICO 1:</b>						
	<b>PERÍODO DE</b>	<b>PRODUTOS</b>	<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>MÉTODOS DE VERIFICAÇÃO/ FONTES DOS DADOS</b>	<b>PROFISSIONAL RESPONSÁVEL</b>
<b>ATIVIDADES/ ESTRATÉGIAS</b> 1.1 1.2 1.3 1.4				<b>PROCESSO:</b>  <b>RESULTADOS:</b>		
<b>OBJETIVO ESPECÍFICO 2:</b>						
	<b>PERÍODO DE</b>	<b>PRODUTOS</b>	<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>MÉTODOS DE VERIFICAÇÃO/ FONTES DOS DADOS</b>	<b>PROFISSIONAL RESPONSÁVEL</b>
<b>ATIVIDADES/ ESTRATÉGIAS</b> 1.1 1.2 1.3 1.4				<b>PROCESSO:</b>  <b>RESULTADOS:</b>		

O **objetivo geral de um projeto refere-se a uma mudança geral esperada em longo prazo, para a qual o projeto deverá contribuir**. Não se espera que este objetivo seja atingido apenas pelo projeto em questão. Este objetivo deve ser redigido com termos evidentes e concisos, e seu texto deve mencionar o principal problema social escolhido, além de identificar a população-alvo.

Os **objetivos específicos referem-se a mudanças parciais** – isto é, a um aspecto ou a uma etapa da mudança geral – e dizem respeito aos resultados esperados. Tais objetivos devem ser exequíveis e mensuráveis no âmbito do projeto. Ao mesmo tempo, precisam ser significativos e realistas, assim como devem especificar o grupo-alvo, a mudança proposta, o prazo para tal mudança e o local. Aqui também a redação tem que ser concisa, precisa, adequada ao projeto, ao objetivo geral e à organização da qual se faz parte. Objetivos ambiciosos desqualificam o projeto. Verbos de ação que indiquem a mudança proposta devem ser privilegiados, como aumentar, diminuir, fortalecer, realizar, e assim por diante. É necessário evitar verbos que dizem respeito às atividades e às estratégias. Metas numéricas são positivamente valorizadas pelas agências de fomento, pois estabelecem um padrão inequívoco de sucesso do projeto em termos da consecução de seu objetivo. Deve-se, portanto, ser realista, conhecendo os dados de base para propor uma meta numérica.

Para redigir os objetivos específicos, é preciso estabelecer os resultados esperados, explicitar as formas como tais resultados se manifestariam e incluir informações sobre o grupo-alvo, a mudança proposta, o prazo e o local.

As atividades compreendem tudo aquilo que a organização a que se pertence pretende realizar para alcançar os objetivos, ou seja, os conjuntos de ações direcionadas para alcançar os resultados esperados. Quando as atividades se agrupam, às vezes usam-se os termos estratégias e intervenções. Em projetos maiores, cabe agrupar as principais ações por semelhança. As atividades escolhidas devem levar em conta o objetivo, o marco conceitual, as competências e a experiência, tanto da equipe como da instituição e dos/as colaboradores/as.

As atividades devem ser apresentadas em ordem cronológica. Frequentemente, uma atividade contribui para mais de um objetivo. As atividades precisam ser definidas de forma concreta e precisa. É necessário especificar o que será feito, onde, quem será responsável e o público-alvo beneficiado. Todas as atividades deverão ser justificadas, o que significa que se deve mostrar como contribuirão para o alcance dos objetivos e

dos resultados esperados. No planejamento das atividades é fundamental considerar se estas são as alternativas mais eficazes, necessárias, viáveis e baratas para alcançar o objetivo. É preciso também analisar se as atividades planejadas são suficientes e se conduzirão aos resultados esperados. Além disso, cumpre ainda indagar: os resultados indicados conduzirão ao objetivo do projeto?

Os resultados referem-se a situações, serviços e produtos a serem desenvolvidos, bem como a comportamentos e a atitudes que, para serem alcançados os objetivos do projeto, deverão ser modificados com e pelo projeto.

O indicador, como visto no Módulo 5, é a medida de um conceito ou comportamento. O indicador não é o conceito, mas é uma medida que reflete o conceito, pois aponta para a existência de um efeito ou fato. Por exemplo, o conceito de desigualdade de gênero pode ser expresso pelo indicador de renda, pois tal indicador remete, em termos quantitativos, ao fato de que as mulheres contam com uma remuneração menor do que a dos homens quando, com a mesma qualificação, exercem igual função.

Existem dois tipos de indicadores: indicadores de processo e indicadores de resultados. Os indicadores de processo mostram se o projeto está sendo bem implementado, por exemplo, a participação em determinada atividade. Cabe aqui também levantar informação qualitativa sobre o processo. A forma e o processo de implementação de um projeto têm impacto direto em seus resultados e, por esta razão, devem ser monitorados. O monitoramento consiste em levantar indicadores de processo e analisá-los periodicamente, procedimento que também é importante para a avaliação final do projeto, por revelar se ele teve êxito ou não.

Os indicadores de resultados aferem o alcance dos resultados obtidos e permitem a identificação das mudanças esperadas. Constituem, ao mesmo tempo, reflexos diretos dos objetivos e uma evidência. **Cada objetivo deve contar ao menos com um indicador**, mas, idealmente, cada objetivo deverá conter vários indicadores, um para cada dimensão do objetivo. Tais

*Cada objetivo deve contar ao menos com um indicador, mas, idealmente, cada objetivo deverá conter vários indicadores, um para cada dimensão do objetivo.*

indicadores precisam ser diretos e precisos; devem identificar as mudanças, mas não a direção das mesmas. É importante conhecer e usar os **INDICADORES JÁ ESTABELECIDOS** em nossas áreas de intervenção, mas, sendo necessário, é preciso elaborar outros.

## INDICADORES JÁ ESTABELECIDOS

Vejam os alguns exemplos de indicadores já estabelecidos:

### **PROJETO DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO**

#### **Indicador de processo:**

- Número de mulheres qualificadas por comunidade e por ano.

#### **Indicador de resultado:**

- Índice de subemprego, desemprego e emprego formal após dois anos de projeto nas comunidades selecionadas.

### **PROJETO MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF)**

#### **Indicador de processo:**

- Número de agentes comunitários/as de saúde que concluíram a capacitação para identificação de casos de mulheres em situação de violência doméstica.

#### **Indicador de resultado:**

- Número de identificações de casos de violência doméstica (VD).
- Número de encaminhamentos para os serviços de VD a partir do PSF.

É fundamental pensar em várias possibilidades de indicadores e escolher os mais adequados, sendo que o modelo conceitual deve ser a base desta escolha. No uso e na formulação dos indicadores, é igualmente importante atentar para a relevância e a disponibilidade das informações, a facilidade de mensuração, os recursos disponíveis (experiência, tempo, financiamento) e os interesses institucionais. Não é necessário ter um indicador para cada atividade. A seleção dos indicadores de processo deve ser cuidadosa, pois indicadores em excesso conduzem a uma sobrecarga do projeto, tanto na fase de levantamento de dados quanto na de análise.

A coleta de dados para os indicadores pode ser efetuada a partir de métodos quantitativos e qualitativos, sendo que o uso de ambos fortalece a avaliação. Todavia, é sempre

necessário apresentar evidências quantitativas para os financiadores do projeto. Constituem fontes de dados quantitativos: registros, estatísticas e documentos do programa ou serviço; questionários e registros das atividades do próprio projeto. As fontes qualitativas de dados são: estudos de casos, registros da observação participante, grupos focais e entrevistas semiestruturadas em profundidade.

Veja abaixo exemplos de formulação de objetivos gerais e específicos:

#### PROJETO DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

**Objetivo geral:** Reduzir os índices de desemprego e subemprego entre mulheres negras das comunidades com o menor IDH do município.

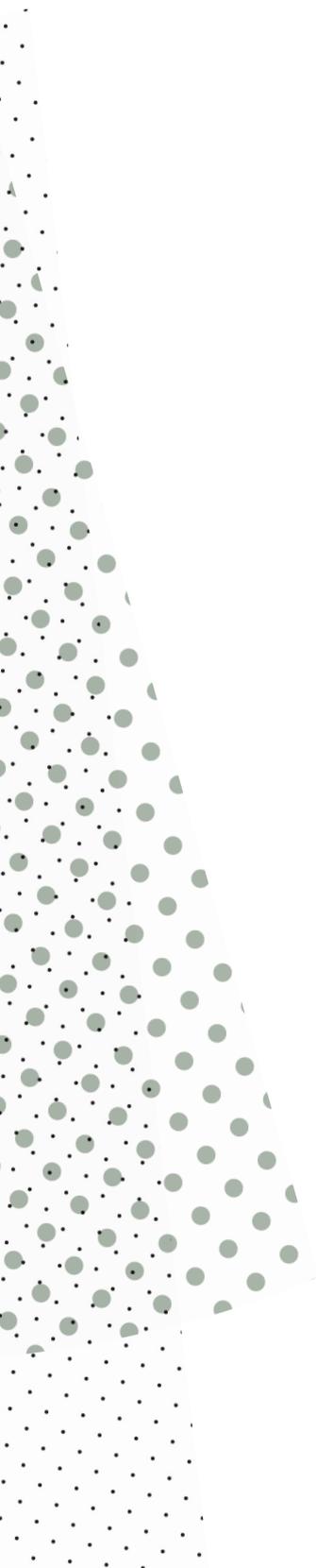
**Objetivo específico:** Promover a qualificação profissional de mulheres jovens negras de acordo com as demandas do mercado de trabalho.

#### PROJETO MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF)

**Objetivo geral:** Aumentar a identificação de casos de mulheres vivendo em situação de violência doméstica através do Programa Saúde da Família (PSF).

**Objetivo específico:** Sensibilizar e capacitar os agentes comunitários de saúde de duas equipes de PSF para identificar e encaminhar casos de violência doméstica para a Rede de Serviços.





# ELABORAÇÃO DE PROJETO DE AÇÃO SOCIAL: O ROTEIRO

## QUAIS SÃO AS ETAPAS DE UM PROJETO DE AÇÃO SOCIAL?

A elaboração de um projeto de ação social deve seguir uma série de passos para ter como resultado final um projeto em que a articulação entre seus marcos conceitual e lógico tenha sido feita de forma rigorosa e consistente.

### PÁGINAS INICIAIS

#### CAPA

A capa do projeto deve conter as seguintes informações: título do projeto (sintético e curto), nomes dos responsáveis pela coordenação do projeto, nome da instituição, dados para contato.

#### RESUMO

O resumo é uma síntese dos principais pontos do projeto e deve ocupar, no máximo, uma página. Para que o resumo ofereça um retrato ao mesmo tempo geral e fiel do projeto, ele é a última parte a ser escrita. Ele deve ser redigido e revisado com todo o cuidado para que se torne completo e preciso. Em grandes seleções, o resumo determina se o projeto será lido e considerado.

## SUMÁRIO

Listagem das partes integrantes do projeto, com indicação do número da página inicial de cada parte.

## LISTA DE QUADROS E TABELAS (se houver)

## INTRODUÇÃO

A orientação apresentada anteriormente para o projeto de pesquisa também vale para o projeto de ação. Entretanto, além do já exposto, na introdução deve-se destacar a necessidade e a urgência do projeto, o que é feito pela apresentação do problema contendo estatísticas internacionais, nacionais e locais atualizadas, assim como resultados de pesquisas.

Pesquisas e estatísticas precisam ser citadas de acordo com o modelo acadêmico para que o/a leitor/a do projeto possa avaliar a fonte, sua credibilidade e atualidade. Se as estatísticas disponíveis são desatualizadas, se há problemas de sub-registro ou outros, tais questões devem ser mencionadas.

É preciso identificar outros programas que já trabalharam com objetivos ou estratégias semelhantes, e as lições deles aprendidas. É necessário também descrever a organização à qual se pertence, seu interesse e sua experiência em relação ao problema apontado, à população-alvo e às estratégias propostas.

## OBJETIVOS GERAIS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Partindo da explicação relativa ao marco conceitual, os objetivos devem ser redigidos conforme o que foi explicitado anteriormente para o caso de projeto de pesquisa.

## ATIVIDADES

Esta parte poderá ter entre três e cinco páginas, dependendo do alcance do projeto. As atividades propostas deverão ser descritas mais detalhadamente, sendo que, para cada uma delas, devemos explicitar:

- Justificativa de escolha;
- Quem conduzirá a atividade;
- Como e quando será realizada;
- Quantas vezes será realizada e por qual período de tempo;
- Quem serão os/as beneficiários/as e se estes/as terão participação no projeto;
- Como e quando os beneficiários/as serão recrutados/as;
- Quais os materiais utilizados;
- Se os materiais serão preparados ou adaptados de uma versão já existente;
- Se haverá a colaboração de parceiros/as.

Como há a expectativa de que o projeto propicie a multiplicação das ações mediante a sua incorporação em políticas públicas e/ou sua adoção por outras instituições, uma vez que se torne referência na área, cabe planejar a sistematização das bases metodológicas do projeto e sua divulgação. Assim, o rol das atividades deve incluir tal sistematização e a divulgação dos resultados do projeto.

As atividades também serão enumeradas no plano de trabalho, conforme o modelo.

TÍTULO DO PROJETO:														
OBJETIVO GERAL:														
OBJETIVO ESPECÍFICO	ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 1				ANO 2				ANO 3			
1.	1.1		1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
	1.2													
	1.3													
2.	2.1													
	2.2													
	2.3													

## MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação são de grande importância para os/as financiadores/as de projetos. Na condução destes procedimentos é importante incluir: os indicadores, o marco lógico, a fonte de dados e instrumentos, o/a responsável pela coleta e análise dos dados, informações sobre como e com que frequência será efetuada a análise.

Partindo do marco lógico, deve-se também descrever como o projeto será viabilizado, os recursos humanos que serão empregados (incluindo consultores/as e assistência técnica), e os métodos de avaliação para cada indicador. Avaliadores/as externos/as – isto é, não envolvidos/as com a implementação do projeto e sem conflitos de interesses com o mesmo – são mais indicados/as.

## EQUIPE DO PROJETO

A equipe do projeto deverá ter qualificação para as atividades propostas. Precisam estar evidentemente explicitados: todos os que trabalharão no projeto, as responsabilidades, a qualificação e a carga horária de cada um, inclusive de colaboradores/as, os/as voluntários/as, o apoio técnico e os/as consultores/as.

## INSTITUIÇÃO, INFRAESTRUTURA E PARCERIAS

Neste tópico deve-se apresentar um breve histórico da instituição, incluindo suas áreas de atuação e sua experiência prévia nestas áreas. Descrevem-se também as experiências anteriores da instituição em relação à área de atuação do projeto em pauta. Cumpre ainda pormenorizar a infraestrutura institucional no que se refere à realização do projeto em foco, incluindo espaço físico e equipamentos, e à apresentação dos parceiros, indicando a contribuição de cada um no projeto.

## INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Neste item cabe descrever em que o projeto é inovador e quais seus pontos fortes. Cabe também apontar as perspectivas de continuidade das ações após o seu término e de que modo ele contribuirá para tanto. Tais questões devem ser pensadas desde o

início do projeto. Dentre outras possibilidades de prosseguimento das ações desencadeadas, vale mencionar: a identificação de fontes alternativas de recursos, como novas parcerias, convênios, financiamentos e venda de serviços ou produtos; a participação do grupo no planejamento futuro; a incorporação das ações propostas em programas existentes; a redução de custos a partir da capacitação de equipes locais e do aumento da eficiência.

## ORÇAMENTO

São mantidas as mesmas orientações dadas para os projetos de pesquisa. Relacionar os nomes das instituições não-governamentais nacionais e internacionais que apoiem financeiramente a entidade e/ou outras formas de recursos, como doações, convênios etc. Cumpra também informar os valores dos recursos recebidos.

## REFERÊNCIAS (OBRAS CITADAS)

Seguindo o formato descrito para a bibliografia do projeto de pesquisa, listar em ordem alfabética as referências que foram citadas ao longo do texto.

## ANEXOS

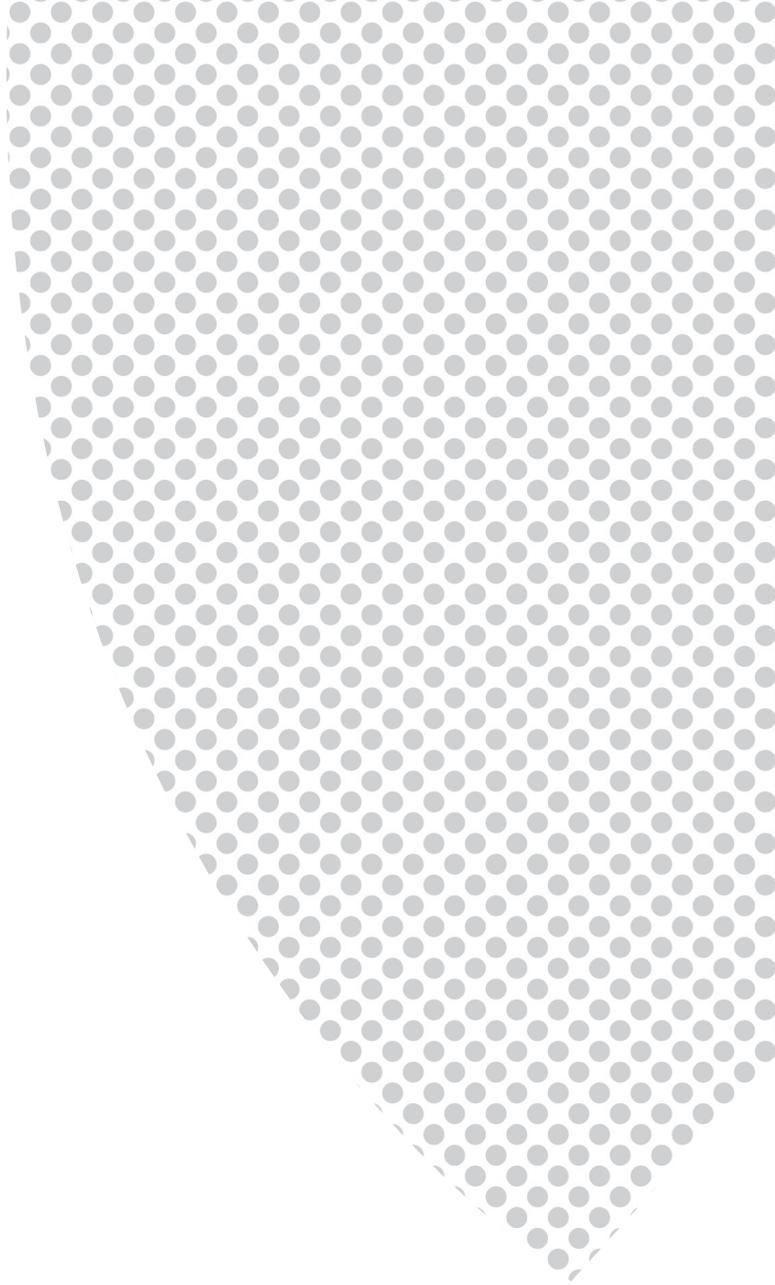
Além do que já foi especificado no roteiro de projeto de pesquisa, recomenda-se anexar também o modelo conceitual, o marco lógico e as cartas de apoio de parceiros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um projeto aprovado significa o compromisso de implementação na forma especificada. Assim, havendo necessidade de alteração em qualquer parte do projeto, cumpra solicitar por escrito e dentro dos prazos estipulados a autorização da instituição para tanto.

O sucesso de um projeto de ação depende da capacidade do grupo proponente de realizar as atividades propostas, produzir os resultados esperados e alcançar os objetivos

visados, de acordo com as condições estabelecidas em termos de prazo e recursos, dentre outros. Além disso, espera-se que haja uma apropriação do projeto por parte de seus/suas beneficiários/as diretos/as, que ele tenha sustentabilidade e continuidade em algum nível, e que suscite a multiplicação das ações por sua incorporação em políticas públicas ou pela adoção por outras instituições, uma vez que se torne referência na área. Para tanto, o projeto deverá gerar, sistematizar e divulgar o conhecimento metodológico. Reitera-se, portanto, que as atividades de sistematização e divulgação deste conhecimento sejam incluídas no planejamento do projeto. A divulgação de um projeto bem-sucedido trará reconhecimento para a instituição de que fazemos parte e novas oportunidades para a elaboração e a implementação de outros projetos.





# INTRODUÇÃO:

## QUANTITATIVO X QUALITATIVO

COMO DEFINIR A METODOLOGIA MAIS ADEQUADA PARA CADA PESQUISA? QUANDO RECORRER A PESQUISAS QUANTITATIVAS E QUANDO UTILIZAR PESQUISAS QUALITATIVAS?

Pesquisar é desenvolver um processo de investigação orientado por um método, com o objetivo de levantar e analisar dados que permitam ampliar o conhecimento sobre a realidade.

Um requisito fundamental na formulação de um projeto de pesquisa é a definição das perguntas a que se pretende responder no fim do processo. É melhor ainda quando temos, inclusive, algumas respostas plausíveis, chamadas de hipóteses, pois elas guiarão o processo de coleta de dados. Neste caso, a pesquisa terá como objetivo coletar informações que permitam testar essas respostas oferecidas inicialmente. Se os dados forem compatíveis com a hipótese formulada, ela será reforçada e continuará a ser usada para explicar esse tipo de fenômeno. No entanto, ela nunca será definitivamente confirmada, pois o conhecimento científico é sempre provisório. Tudo o que podemos dizer é que, no presente estágio de conhecimento, esta é a hipótese que melhor se ajusta aos dados observados. Por outro lado, se os resultados forem incompatíveis com nossa hipótese, ela deverá ser descartada ou, no mínimo, reformulada.

**Outro requisito essencial para o desenho da pesquisa é a eleição da metodologia que melhor se ajuste ao objeto de estudo, às questões que serão investigadas e ao contexto** em que o estudo será realizado. Nem todas as metodologias são adequadas para todos os temas ou projetos de pesquisa. Idealmente, é a metodologia que deve se adaptar ao objeto de estudo e não vice-versa. Contudo, é comum que os/as pesquisadores/as, em função de sua trajetória pessoal, acabem fazendo o contrário, isto é, adaptando o objeto à metodologia que conhecem e estão acostumados/as a aplicar. De qualquer forma, as condições da pesquisa, o tempo e o financiamento disponíveis sempre impõem limites à metodologia que pode ser utilizada, pois “toda pesquisa científica é um compromisso entre o ideal e o possível” (Babbie, 2001).

Quanto à pesquisa quantitativa, ela mede as dimensões de interesse usando, em algum momento do processo, números, com o objetivo de melhorar a qualidade dessa mensuração e ampliar as possibilidades analíticas. Assim, a quantificação pode ser empregada já na fase de coleta e, posteriormente, na etapa de análise, quando submetemos os dados a técnicas estatísticas (Richardson, 1989). É comum, mas não imprescindível, que a quantificação afete as duas fases. Por exemplo, é possível que dados considerados “qualitativos” sejam submetidos a análises estatísticas, e também pode acontecer que dados numéricos sejam avaliados por meio de uma interpretação flexível, que poderíamos considerar como “qualitativa”. De qualquer modo, não podemos esquecer que todas as informações e todas as análises, por mais quantitativas que sejam, devem produzir conclusões que são necessariamente interpretativas, e não podem ser sempre resumidas em processos matemáticos.

O ponto forte das técnicas quantitativas costuma ser a precisão (Oliveira, 1997), isto é, a possibilidade de evitar distorções e vieses nas etapas de mensuração e análise. Outra vantagem complementar é a maior padronização dos procedimentos, o que facilita a compreensão do/a leitor/a, a repetição do estudo e a possibilidade de criticar a metodologia utilizada. Na área qualitativa isto também é possível e conveniente. Nesse sentido, cabe lembrar a insistência de **MALINOWSKI**, um dos pais da etnografia moderna, na “sinceridade metodológica”, ou seja, na obrigação de apresentar os materiais

#### MALINOWSKI (1884-1942)

Entre as contribuições de Malinowski, destaca-se, na antropologia, o desenvolvimento de um novo método de investigação de campo. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Bronis%C5%82aw\\_Malinowski](http://pt.wikipedia.org/wiki/Bronis%C5%82aw_Malinowski). Acesso em 04/05/2011.

coletados e todo o percurso da pesquisa, relatar as decisões tomadas em cada caso e os percalços, para que o/a leitor/a possa tirar suas próprias conclusões. Contudo, é mais difícil seguir este princípio com o uso de técnicas qualitativas, pois parte dos mecanismos acaba dependendo das decisões e do estilo do/a pesquisador/a, que não são facilmente comunicáveis. A partir desta perspectiva, vários/as autores/as qualitativos/as referem-se à “arte de pesquisar”, expressão que provavelmente soaria bastante subjetiva para um/a investigador/a quantitativo/a, preocupado/a em evitar a arbitrariedade das decisões individuais e os vieses delas decorrentes.

Um segundo ponto forte das técnicas quantitativas é a capacidade de trabalhar com um conjunto maior de informações, com um grande número de entrevistados/as, por exemplo, ou seja, não seria realista esperar que uma pesquisa qualitativa contasse com tempo e recursos para entrevistar milhares de indivíduos, e dificilmente encontraríamos um/a investigador/a com a capacidade de analisar, simultaneamente, milhões de páginas de notas de campo. Nas pesquisas quantitativas, grandes conjuntos de dados podem ser trabalhados por intermédio de técnicas estatísticas que resumem a informação e permitem que conclusões sejam extraídas desse conjunto. Falcão e Régnier afirmam que “a quantificação abrange um conjunto de procedimentos, técnicas e algoritmos destinados a auxiliar o pesquisador a extrair de seus dados subsídios para responder à(s) pergunta(s) que o mesmo estabeleceu como objetivo(s) de seu trabalho” (Falcão, Régnier, 2000:232). O suposto por detrás desse processo é que as informações foram coletadas de forma sistemática em todos os casos.

De qualquer forma, não podemos esquecer que as **técnicas quantitativas**, como quaisquer outras técnicas ou métodos de pesquisa, **são apenas um recurso que**

*As técnicas  
quantitativas,  
como quaisquer  
outras técnicas  
ou métodos  
de pesquisa,  
são apenas um  
recurso que ajuda  
a responder  
às perguntas  
formuladas e a  
testar nossas  
hipóteses, mas  
não substituem  
a interpretação  
cuidadosa da  
realidade.*

**ajuda a responder às perguntas formuladas e a testar nossas hipóteses**, mas **não substituem a interpretação** cuidadosa da realidade. Tampouco garantem por si mesmas conclusões infalíveis para nenhuma pesquisa. Números, tabelas, indicadores e ainda gráficos não interpretam a si próprios nem são capazes de exprimir qualquer significado.

Àqueles/as que desconfiam de qualquer pesquisa numérica, gostaríamos de encorajar a perder o medo e a se abrir a metodologias que possam expandir significativamente seus horizontes empíricos. Àqueles/as seduzidos/as pela magia dos números, gostaríamos de enviar uma mensagem de cautela. Há ocasiões em que o fascínio diante de números e de suas propriedades matemáticas faz com que esqueçamos o árduo e problemático processo empreendido para produzi-los, como uma forma sempre imperfeita de refletir a realidade.

Entre diversas ressalvas a serem consideradas quando trabalhamos com técnicas quantitativas, por enquanto, mencionamos apenas duas.

- 1) As medidas numéricas das variáveis da pesquisa possuem determinadas propriedades de mensuração que delimitam as operações que podem ser feitas com esses valores. Essas propriedades são diferentes em função da maneira como o número foi produzido, de modo que nem todos os números podem ser analisados da mesma forma (veja mais adiante a explicação sobre “níveis de mensuração”)
- 2) A qualidade da análise depende fundamentalmente da abordagem teórica utilizada e do desenho da pesquisa. **Erros na concepção teórica ou no desenho da pesquisa, via de regra, não poderão ser resolvidos por técnicas estatísticas**, por mais sofisticadas que elas sejam.

*Erros na concepção teórica ou no desenho da pesquisa, via de regra, não poderão ser resolvidos por técnicas estatísticas, por mais sofisticadas que elas sejam.*

## QUALITATIVO VERSUS QUANTITATIVO

É comum a divisão das técnicas de pesquisa em quantitativas (questionários, experimentos e quase experimentos etc.) e qualitativas (entrevista semiestruturada, grupo focal etc.).

Obviamente, a existência de quantificação ou não das mensurações e das análises é o que diferencia as primeiras das segundas. Entretanto, não existe uma oposição entre técnicas quantitativas e qualitativas, pois elas não são radicalmente diferentes. Na verdade, **preferimos considerar o eixo quantitativo-qualitativo não como uma divisão dicotômica, mas como um *continuum*, no qual se situam as diversas técnicas.** Conforme explicado, mesmo as técnicas mais quantitativas incorporam numerosos processos interpretativos, que são considerados típicos de pesquisas qualitativas. Da mesma forma, quando um/a pesquisador/a qualitativo/a afirma que “a maioria de um grupo” interioriza um valor ou que há “amplo consenso” em torno de uma determinada percepção, ele ou ela está comparando magnitudes em determinada dimensão, mesmo que isto seja feito sem uma tradução numérica explícita.

A combinação de técnicas quantitativas e qualitativas costuma oferecer resultados mais confiáveis, pois os pontos fortes e as fraquezas de ambas as técnicas se complementam mutuamente. Isto é o que se conhece em metodologia como **triangulação**: a utilização de técnicas ou metodologias diferentes para mensurar e analisar um mesmo objeto de estudo. Essas diferentes técnicas podem ser todas quantitativas, todas qualitativas ou, ainda, uma mistura das duas (Flick, 2005). O uso da triangulação pode resultar em três tipos de cenários:

- 1) resultados coincidentes, ou pelo menos convergentes, obtidos a partir das diversas técnicas, o que reforça notavelmente as conclusões;
- 2) **COMPLEMENTARIDADE ENTRE OS RESULTADOS DE DISTINTAS TÉCNICAS**, por evidenciarem aspectos diferentes do mesmo problema, ou porque as diferenças nos resultados podem ser explicadas a partir das peculiaridades de cada técnica;
- 3) divergência ou contradição entre resultados. Neste último caso, que configura o quadro mais desfavorável, será preciso revisar os resultados de cada técnica e talvez optar por uma nova abordagem que ajude a desvendar o problema.

## COMPLEMENTARIDADE ENTRE OS RESULTADOS DE DISTINTAS TÉCNICAS

Um exemplo clássico é o estudo da conduta sexual. Sabemos que quando as pesquisas são feitas por meio de entrevistas, há maior receio de revelar condutas sexuais consideradas heterodoxas do que quando o estudo é realizado por intermédio de questionários postais anônimos. Os problemas dos questionários postais são a proporção de não respostas e o fato de que os/as mais interessados/as no tema, entre eles/as os/as adeptos/as de condutas atípicas, tendem a responder mais. Portanto, esperamos uma maior proporção de condutas heterodoxas nas pesquisas postais do que nas entrevistas, e podemos interpretar que a proporção real esteja situada entre estes dois extremos.

De forma geral, quanto mais diversas as técnicas utilizadas na triangulação, maior a solidez dos resultados, desde que eles sejam convergentes.

As técnicas quantitativas e qualitativas podem coexistir de distintas maneiras em uma mesma pesquisa. Algumas vezes, pesquisas qualitativas exploratórias resultam em ferramentas ou hipóteses que serão testadas com técnicas quantitativas. É comum, por exemplo, que a elaboração de um questionário seja precedida por observação participante ou por entrevistas individuais ou grupais, enfim, por procedimentos que permitam apreender a linguagem usada pelo grupo estudado, as dimensões mais relevantes na percepção de seus membros e o modo como diversos termos ou ideias são compreendidos. Por outro lado, dados quantitativos, como as estatísticas oficiais, são utilizados para escolher o objeto de um estudo de caso ou para contextualizar estudos qualitativos em pequena escala (Brannen, 1992).

Em outras ocasiões, resultados surpreendentes de censos ou questionários, por exemplo, levam à realização de entrevistas ou grupos focais para alcançar uma explicação mais profunda. Nas palavras de Flick: “[o]s dados dos questionários quase não permitem a revelação do contexto de cada resposta, o que só pode ser conseguido pela utilização explícita de métodos adicionais, como entrevistas complementares a uma parte da amostra” (Flick, 2005:272).

Existem também estudos em que as técnicas quantitativas e qualitativas são aplicadas em paralelo, em busca da elucidação de pontos diferentes, mas relacionados entre si.

Entretanto, uma mesma técnica pode lançar mão de análises quantitativas e qualita-

tivas, o que sublinha, conforme referido anteriormente, não ser tão simples classificar tais técnicas como quantitativas ou qualitativas. Assim, nas últimas décadas, os/as analistas do discurso, uma linha de pesquisa fortemente identificada com o campo qualitativo, começaram a utilizar ferramentas que os programas informáticos de tratamento de texto colocaram à sua disposição. Por exemplo, a contagem de palavras num texto. Desta forma, é possível testar se os membros de um determinado grupo fazem uso de um termo com maior frequência do que os de outro grupo, e esta diferença pode ser submetida a um teste de significância estatística.

O desenho de uma pesquisa é central para conseguir resultados válidos e confiáveis. A pesquisa não pode ser improvisada. O desenho de pesquisa define exatamente o que será estudado, como os dados serão coletados, com que frequência, e também a forma como serão analisados.

Inicialmente, serão classificados os desenhos de pesquisas quantitativas em dois grupos: experimentais e correlacionais. Posteriormente, será abordada com mais detalhes a pesquisa do tipo *survey*.

## GLOSSÁRIO

Censo – é uma pesquisa realizada sobre todas as unidades da população.



# PESQUISAS EXPERIMENTAIS E QUASE EXPERIMENTAIS

QUAIS SÃO AS AMEAÇAS À VALIDAÇÃO DOS RESULTADOS DE UMA PESQUISA? O QUE DEVE SER EVITADO? COMO MINIMIZAR ERROS E GARANTIR CONFIABILIDADE AOS RESULTADOS DA PESQUISA?

A pesquisa experimental é considerada o padrão clássico de pesquisa científica para a comprovação de causalidade entre dois fenômenos, uma vez que possui controle e manipulação rigorosos das variáveis. Assim, **o objetivo da pesquisa experimental é verificar a existência de uma possível relação de causa e efeito** através da exposição de um grupo (grupo experimental) à causa a ser estudada, de modo que os resultados desse grupo sejam comparados com os do outro grupo, equivalente em tudo, menos na presença da mencionada causa (grupo de controle). Considerando que a única diferença inicial entre os dois grupos é a causa introduzida pelo/a experimentador/a, a diferença entre os resultados finais só poderá ser atribuída a esta causa.

Nas pesquisas quantitativas, as causas são frequentemente denominadas de “variáveis independentes” e os efeitos, de “variáveis dependentes”. Ambos os conceitos estão vinculados a um determinado projeto de pesquisa e ao seu modelo teórico. Por exemplo, podemos querer estudar o impacto da escolaridade sobre a renda das pessoas, o que significa que a escolaridade seria a variável independente e a renda, a variável dependente.

Mas também é possível que o/a pesquisador/a objetive testar o efeito da renda na escolaridade dos indivíduos. Neste último cenário, a renda seria a variável independente e a escolaridade, a dependente. Da mesma maneira, em um estudo sobre o efeito da inteligência na aprendizagem de matemática, o coeficiente de inteligência será a variável independente. No entanto, em uma pesquisa sobre a influência da nutrição no desenvolvimento intelectual, esse mesmo quociente de inteligência será a variável dependente. Desse modo, fica evidente que cada variável não constitui uma causa ou um efeito de forma permanente, pois esta propriedade não pertence à própria variável, mas ao modelo teórico empregado em cada caso.

As pesquisas experimentais têm sua origem na área biomédica, na qual são utilizadas para testar novos remédios e terapias. No âmbito das ciências sociais, a educação foi a área pioneira no acolhimento de tais metodologias. Em *marketing* também existe uma tradição importante nesta direção.

Para que uma pesquisa possa ser considerada experimental existem três condições:

Introdução da causa pelo/a pesquisador/a. O/A experimentador/a não se limita a observar um fenômeno que ocorre, pois é ele ou ela quem desencadeia o processo. Há algumas exceções nesse sentido, como os chamados “experimentos naturais”, que aproveitam uma mudança espontânea na realidade para testar o impacto dessa mudança;

Existência de um grupo experimental (pessoas ou unidades em que a causa está presente) e de um grupo de controle (pessoas ou unidades em que a causa está ausente), de forma que a distribuição dos casos entre ambos os grupos seja realizada de maneira aleatória;

Controle da situação experimental: as variáveis que poderiam interferir no resultado estão controladas, seja porque elas não podem atuar, seja porque sua influência é conhecida e pode ser, então, descontada.

Se, por um lado, a pesquisa experimental é avaliada como ideal em termos de sua capacidade de fornecer inferências causais, por outro lado, o controle das variáveis e do ambiente experimental pode conduzir a um contexto restrito e artificial, o que compromete a generalização dos resultados. Os conceitos de validade interna e externa ajudam a compreender este cenário.

A **validade interna** de uma pesquisa causal é **o grau de certeza de que os efeitos observados no seu âmbito foram produzidos pela causa estudada**, e não por outros fatores. Trata-se do grau de certeza de que não há outras hipóteses plausíveis para explicar os resultados para além da hipótese considerada. Imaginemos, por exemplo, que o experimento pretende testar a eficácia de um novo método pedagógico para o ensino da matemática, comparando-o aos anteriores. Um grupo de escolas começou a utilizar o novo método e, de fato, os/as estudantes dessas escolas acabaram obtendo uma nota média mais alta na prova de matemática do vestibular do que os de outras escolas. Aparentemente, este resultado reforça a ideia de que o novo método é bem-sucedido. Entretanto, se observarmos que as escolas que aderiram ao novo método contaram com educadores/as mais bem preparados/as, mais abertos/as a mudanças do que os das escolas comuns, então não poderemos descartar que os melhores resultados possam ser devidos à qualidade dos/as educadores/as. Se assim for, a diferença nos resultados teria acontecido, mesmo se os/as educadores/as tivessem usado o método tradicional. Logo, não poderia ser atribuída ao método. Nesse sentido, nossa validade interna é muito fraca, pois não estamos seguros sobre qual foi a causa real do resultado observado.

*A validade interna de uma pesquisa causal é o grau de certeza de que os efeitos observados no seu âmbito foram produzidos pela causa estudada, e não por outros fatores.*

Há uma série de elementos que devemos considerar, pois eles podem comprometer a validade interna de nosso estudo. Denominamos tais elementos de “ameaças à validade interna” (Cano, 2001). Entre essas ameaças, podemos citar as seguintes:

- A) **História:** qualquer evento externo que tenha ocorrido simultaneamente à causa pesquisada e que possa ter influenciado os resultados. Pensemos num programa de prevenção da violência, aplicado num ano em que, coincidentemente, ocorre uma forte crise econômica que multiplica o desemprego. Neste cenário, o aumento da criminalidade não significa necessariamente que o programa fracassou, pois a deterioração da segurança pode ser decorrente de fatores socioeconômicos, e o resultado poderia ter sido ainda pior, na ausência do programa;

- B) Maturação:** uma variação progressiva e espontânea no fenômeno que estamos estudando, não em função de fatores externos, mas de sua própria evolução natural. Esta evolução pode estar associada a processos biológicos, psicológicos, ou de outros tipos que ocorrem em função do tempo. Se estamos estudando o impacto de um método de alfabetização e, para tanto, aplicamos um teste de leitura a crianças com 6 anos de idade, antes e depois de elas terem sido expostas ao método, não podemos esquecer que a maturação cognitiva em crianças desta idade, em um período de seis meses, é significativa. Portanto, elas tenderão a ler melhor seis meses depois, independentemente do método utilizado;
- C) Efeito do teste:** o fato de efetuar uma medição pode influenciar a mensuração seguinte. Normalmente, o/a experimentador/a aplica uma mensuração antes (pré-teste) e outra depois (pós-teste) da introdução da causa, justamente para estimar seu impacto. Entretanto, se aplicarmos duas vezes o mesmo teste de inteligência, por exemplo, é possível que os/as educandos/as aprendam na primeira aplicação e utilizem este aprendizado por ocasião da segunda aplicação. No mínimo, se eles e elas se lembrarem das perguntas respondidas corretamente, farão o segundo teste com maior rapidez e terão mais tempo para abordar as questões mais difíceis. É possível também que, após o primeiro teste, tenham procurado livros ou educadores/as, para tentar entender as perguntas que não conseguiram responder. Este é apenas um exemplo óbvio de como uma mensuração pode afetar a seguinte, mas há muitas formas de como isto pode acontecer;
- D) Instrumentação:** são todas as interferências no resultado das mensurações que são decorrentes das características dessa forma de medição. Se aplicarmos uma prova de conhecimentos muito fácil no pré-teste, por exemplo, e quase todos/as os/as estudantes ficarem próximos da nota máxima, é impossível que eles revelem uma melhora significativa no pós-teste, ainda que o aprendizado tenha sido intenso entre os dois momentos. Assim, é o próprio instrumento de medida que impede que esta melhora no aprendizado seja registrada;
- E) Regressão à média:** acontece quando selecionamos casos com pontuações extremas para participar no experimento. Assim, por exemplo, quando escolhermos estudantes com notas muito altas ou muito baixas no pré-teste, o pós-teste destes/as estudantes tenderá a uma pontuação menos extrema (mais alta, no caso de alunos/as perto de zero, e mais baixa, para alunos/as próximos/as

de 10, mesmo na ausência de qualquer impacto da causa estudada). Este efeito acontece porque o erro de mensuração costuma ser predominantemente negativo nas pontuações muito altas, e preferencialmente positivo em pontuações muito baixas. Imaginemos, por exemplo, os/as estudantes que tiraram nota 10 na primeira prova: uma parte deles/as talvez não soubesse tanto assim, mas teve sorte na escolha das perguntas. Em uma segunda prova, tais estudantes provavelmente não atingirão nota inferior a 10. No outro extremo, o grupo dos/as alunos/as que tiraram zero na primeira prova é composto por uma parte que realmente não sabia nada e por outro conjunto que sabia alguma coisa, mas não teve um bom dia na data da prova ou sabia mais sobre aqueles pontos que não entraram na prova. Estes/as últimos/as estudantes provavelmente superarão o zero em uma segunda prova. Este efeito de regressão à média será tanto maior quanto maior for o erro de mensuração. É importante considerar este fenômeno, pois quando elegemos os/as participantes em função do valor extremo no pré-teste, podemos confundir um suposto impacto positivo ou negativo da causa com a simples regressão à média esperável nestes casos. O problema fica contornado quando os/as participantes possuem valores intermediários no pré-teste (ou representam uma amostra de todos os valores possíveis), pois, assim, a regressão não acontecerá, uma vez que os erros de mensuração positivos e negativos se cancelarão;

- F) Seleção: ocorre quando a composição dos sujeitos que integram os grupos experimental e de controle não é equivalente, ou seja, quando os grupos são diferentes no momento inicial, em alguma dimensão que possa influenciar os resultados. Tal tipo de ameaça à validade interna é muito comum quando usamos voluntários nos experimentos. Se o grupo experimental for composto por voluntários que aceitaram participar do estudo e o grupo de controle for constituído pela população geral, nunca saberemos se as diferenças posteriores são devidas à causa introduzida (tratamento experimental) ou a essas diferenças de composição. Não será possível, digamos, estudar o impacto de um programa para deixar de fumar comparando a taxa de abandono do tabaco entre os/as voluntários/as que participaram no programa (que, aderindo, já confirmaram seu desejo de parar com o hábito) e a taxa de abandono entre os/as fumantes em geral, muitos dos quais não possuem a menor intenção de alterar sua conduta;
- G) Mortalidade amostral diferencial: todos os estudos que envolvem medidas direcionadas aos mesmos indivíduos em diferentes momentos correm o risco de

perder alguns casos durante o processo. Algumas pessoas mudam de domicílio, falecem, decidem que não podem ou não querem prosseguir com o experimento. Como consequência, a amostra final (pós-teste) é normalmente inferior à inicial. Isto seria apenas um problema de tamanho da amostra se os/as descartados/as tivessem o mesmo perfil que os/as que continuaram. Contudo, se as pessoas que abandonaram o experimento tivessem determinadas características, a situação ficaria mais complicada. O problema se torna bem mais grave quando os casos perdidos possuem perfil diferente no grupo experimental e no de controle, pois esta diferença pode afetar seriamente a comparação final. Assim, por exemplo, se uma nova terapia em avaliação acarreta efeitos secundários desagradáveis, é possível que apenas os/as doentes mais graves suportem o tratamento até o final, enquanto os casos mais leves desistem. Por este motivo, na análise final, os/as doentes do grupo experimental podem apresentar um grau de severidade na doença em pauta até mais alta do que os/as do grupo de controle, o que conduz à falsa impressão de que a terapia é contraproducente. Se, entretanto, comparássemos apenas os casos mais graves, poderíamos chegar à conclusão contrária.

Como estas, há ainda outras ameaças à validade interna (Cook & Campbell, 1979), mas a ideia não é a de que o/a pesquisador/a percorra uma lista inteira dessas ameaças, mas que fique alerta quanto aos possíveis perigos que envolvem a inferência causal que pretende realizar. De forma geral, a maioria desses problemas desaparece se realizarmos uma distribuição aleatória das pessoas ou das unidades experimentais entre os grupos experimental e de controle. A aleatoriedade garante a equivalência inicial entre os grupos, de forma que essas ameaças afetam igualmente ambos os grupos. Elas podem alterar o valor final das variáveis dependentes, mas não a diferença entre os grupos, o que constitui o teste final do efeito da causa estudada.

Por outro lado, chamamos de validade externa de uma pesquisa causal a capacidade de generalização da inferência causal registrada no nosso experimento em outros momentos, lugares, pessoas e outras formas de mensurar as variáveis envolvidas. A validade externa depende da possibilidade de mostrar que os resultados obtidos não advêm do contexto, da amostra ou da situação particular.

Para fortalecer a validade interna costumamos criar contextos cada vez mais restritos, de maneira a evitar a interferência de certas variáveis. No entanto, estes contextos se tornam cada vez mais artificiais e, portanto, prejudicam a validade externa. Assim, se

a homogeneidade (do perfil dos/as participantes, do contexto, da forma de aplicação da causa etc.) é o princípio que consolida a validade interna, é justamente a heterogeneidade que oferece mais garantias de validade externa. Quanto maior for a variação do tipo de pessoas que participam nos contextos em que o estudo é desenvolvido e nas maneiras como a causa é introduzida, **maior será a confiança de que o efeito pode ser generalizado**, isto é, que ele não é específico daquele experimento.

Pensemos num novo método para o ensino de ciências. Para avaliar a eficácia desse método e evitar a interferência de outras variáveis, podemos criar dois grupos de estudantes na mesma escola. O primeiro será ensinado com o novo método e o segundo, com o método tradicional. Algumas turmas farão parte do grupo experimental (novo método) e outras comporão o grupo de controle (método tradicional). As turmas seriam sorteadas entre os grupos, e os/as educadores seriam os/as mesmos/as para todas as turmas, sendo educadores/as especialmente qualificados. Para evitar outras interferências, podemos manter os/as estudantes no regime de internato fora da cidade de residência para garantir que o número de horas de estudo, o acesso à biblioteca e até o lazer sejam iguais para ambos os grupos. Dessa forma, a interferência dos pais e das mães também seria minimizada. No final, se os/as estudantes expostos/as ao novo método alcançassem maior nota média na prova final de ciências, isto comprovaria sua eficiência, visto que todos os possíveis fatores foram controlados. Contudo, não sabemos se o efeito seria o mesmo se o método fosse aplicado nas escolas do interior do país e em condições normais, isto é, sem todas essas facilidades que conferimos aos/as estudantes do nosso experimento e sem educadores/as especialmente formados/as. Em outras palavras, a validade interna do nosso experimento hipotético é alta, mas sua validade externa é bastante duvidosa.

Desta maneira, é preciso atingir um equilíbrio entre as validades interna e externa, considerando que a busca de uma tende a comprometer a outra. Se, por um lado, não faz sentido generalizar, se antes não temos confiança na nossa inferência causal, por outro lado, também não se justificaria realizar um experimento cuja causalidade é incontestável, mas que não pode ser generalizada para nenhuma outra situação. O **experimento** é,

*O experimento é,  
por definição,  
um teste em condições  
controladas, que serve  
para extrair conclusões  
a serem aplicadas de  
forma ampla.*

**por definição, um teste em condições controladas, que serve para extrair conclusões a serem aplicadas de forma ampla.**

Da mesma forma que no caso anterior, existem as denominadas “ameaças à validade externa” que precisam ser analisadas para garantir a capacidade de generalização. Entre elas, por exemplo, a interação entre o tratamento experimental e o teste, que ocorre quando o pré-teste produz um efeito sobre os sujeitos, no sentido de torná-los mais ou menos sensíveis à variável experimental. Neste caso, o pré-teste terá modificado os sujeitos e, portanto, eles não serão mais representativos da população. Assim, os resultados que obtivermos não serão generalizáveis para a população em geral, pois esta é composta de sujeitos que não foram pré-testados.

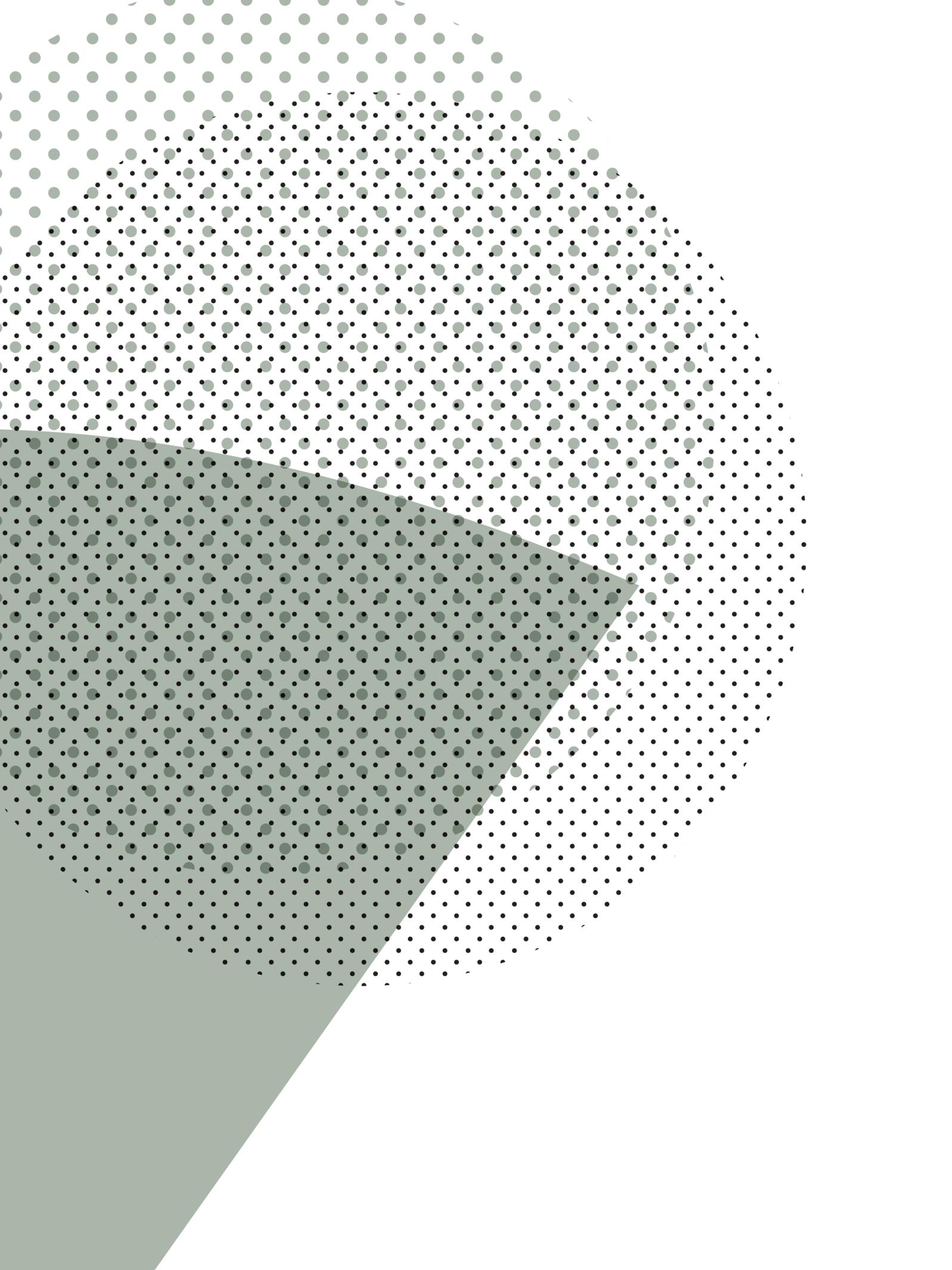
Outras ameaças dizem respeito às interações entre, de um lado, o tratamento experimental e, de outro, os diversos elementos que fariam com que o resultado obtido fosse específico de determinado tipo de população (seleção) ou de determinadas circunstâncias (história).

As pesquisas quase experimentais são aquelas que tentam estabelecer um padrão de comparação que permita uma inferência causal válida, como ocorre nas experimentais, sem que, no entanto, seja possível cumprir todas as condições requeridas por um experimento. Por exemplo, o grupo de controle e o experimental não são divididos aleatoriamente ou não seria possível controlar o contexto do estudo. Uma situação frequente é a necessidade de encontrar grupos de controle *a posteriori*, uma vez que a intervenção, já tendo ocorrido, não permite que a divisão dos casos seja feita aleatoriamente. Nessas circunstâncias, para integrar o grupo de controle, devemos procurar pessoas ou unidades que se assemelhem ao máximo àquelas que compõem o grupo experimental.

## GLOSSÁRIO

**Unidade** – é cada um dos casos individuais a ser mensurado na pesquisa.





# PESQUISAS CORRELACIONAIS

## COMO DEFINIR A METODOLOGIA MAIS ADEQUADA PARA CADA PESQUISA?

Este tipo de pesquisa mensura simultaneamente as variáveis independente e dependente, e não controla o contexto em que elas ocorrem, isto é, diferentemente do experimento, em que a causa é introduzida num ambiente controlado, agora o/a pesquisador/a se limita a observar as correlações entre os fenômenos, sem neles interferir.

Uma correlação entre duas variáveis é uma associação empírica entre elas, de tal modo que altos valores de uma variável correspondam a altos (ou baixos) da outra. Por exemplo, observamos que os países com maior renda *per capita* também tendem a atingir uma expectativa de vida maior, enquanto nações pobres apresentam uma expectativa de vida mais limitada. Como valores altos de ambas as variáveis tendem a aparecer juntos, da mesma forma que se dá com os valores baixos de ambas as variáveis, afirmamos que há uma correlação positiva entre as duas.

A correlação negativa surge quando valores altos de uma variável estão associados a valores baixos da outra, e vice-versa. A renda *per capita* e a natalidade estão correlacionadas negativamente, pois nos países ricos as mulheres têm, em média, menos filhos do que as dos países pobres.

Quando não há nenhuma associação empírica aparente entre dois fenômenos, dizemos que eles não estão correlacionados ou, então, que são independentes entre si, ou seja, valores altos numa variável podem aparecer associados a todo tipo de valores (altos, baixos, médios) na outra variável. Nestas situações, conhecer o valor de um caso numa variável não nos ajuda a estimar o valor de outra variável. Assim, se renda e ideologia não estiverem correlacionadas, conhecer a renda de alguém não nos auxiliaria a estimar a sua provável ideologia, já que a composição do perfil ideológico das pessoas seria igual para todos os níveis de renda. No entanto, **se escolaridade e renda estão correlacionadas, saber a escolaridade de uma pessoa nos permite estimar sua renda provável**, ou dito de outra forma, estimar a renda média para pessoas com esse nível de escolaridade.

*Se escolaridade e renda estão correlacionadas, saber a escolaridade de uma pessoa nos permite estimar sua renda provável.*

A correlação entre duas variáveis pode ser consequência do fato de uma delas ser a causa da outra, como ocorre no caso anterior, pois uma escolaridade mais elevada permite que a pessoa tenha acesso a profissões mais bem remuneradas. Em outras ocasiões, a relação causal entre as duas variáveis pode ser indireta, acontecendo por meio de uma terceira variável. Contudo, como todos os manuais de metodologia não se cansam de enfatizar, é perfeitamente possível que duas variáveis estejam correlacionadas entre si e, no entanto, não possuam qualquer relação causal entre elas. Um exemplo clássico é a correlação positiva entre a altura das pessoas e sua renda. Neste caso, temos, por um lado, homens que recebem uma remuneração mais alta que as mulheres, mesmo quando possuem o mesmo nível educacional e a mesma experiência de trabalho. Por outro lado, os homens são mais altos do que as mulheres. Assim, o fato de que homens são mais altos e ganham mais produz uma correlação entre altura e renda, sem que exista nenhuma vinculação causal entre os dois fenômenos. Em suma, uma terceira variável pode causar simultaneamente as duas primeiras, gerando uma correlação entre elas, mesmo na ausência de relação de causa (entre altura e renda, no exemplo).

Em consequência, **as pesquisas correlacionais apresentam limitações para estabelecer a causalidade dos fenômenos**. Entretanto, este é o tipo de pesquisa mais

comum em ciências sociais, mesmo quando se pretende estudar causalidade, já que os experimentos são, com frequência, inviáveis neste campo de conhecimento. Isto por diversos motivos, dentre os quais salientamos: é eticamente insustentável manipular determinadas dimensões (desigualdade social); não é possível controlar a aplicação de certas causas (uma mudança na legislação, por exemplo); os gestores públicos não concordam em tornar aleatória a aplicação de políticas sociais, e assim por diante. Em razão disto, **a ampla maioria das investigações sociais é do tipo correlacional**. Tais pesquisas são tão comuns que o próprio termo correlacional, que adquire seu sentido em oposição ao termo experimental, muitas vezes nem é mais usado.





# DESENHOS DOS ESTUDOS E COLETA DE DADOS

COMO MINIMIZAR ERROS E GARANTIR  
CONFIABILIDADE AOS RESULTADOS DA PESQUISA?

É fundamental definir que quais estudos serão feitos na pesquisa. São apresentados a seguir seis tipos diferentes de estudos.

## 1. ESTUDOS LONGITUDINAIS

Os estudos longitudinais têm como objetivo central a análise da evolução dos fenômenos ao longo do tempo. Para tanto, este tipo de pesquisa precisa coletar as mesmas informações, em vários momentos. Alguns dos principais desenhos longitudinais são os estudos de tendências, de cortes e de painel.

Os estudos de tendências baseiam-se na descrição de uma população geral em diversos momentos, mediante diferentes amostras dessa população. Ainda que pessoas diferentes sejam estudadas em cada momento, cada amostra representa a mesma população. Por exemplo, as pesquisas eleitorais no decorrer de uma campanha política. Em diversas ocasiões da campanha, amostras de eleitores/as são selecionadas. Em cada amostra é perguntado aos/as

eleitores/as em quem eles/as votarão. Ao comparar os resultados das várias pesquisas, os/as pesquisadores/as podem determinar as mudanças nas intenções de voto.

Os estudos de coortes focalizam uma população específica, que experimenta um fenômeno em determinado momento (ou intervalo). Este grupo de pessoas é chamado de coorte, por exemplo, a coorte dos/as nascidos/s no ano de 1970, ou a dos/as formandos/as em 2005. Posteriormente, o estudo é repetido com os membros de uma nova coorte (os formandos em 2010), e a evolução do tempo é analisada pela comparação das coortes.

Os estudos de painel envolvem coleta de dados sobre os mesmos indivíduos (ou unidades) em diversos momentos, geralmente a intervalos regulares. A diferença em relação aos tipos anteriores é que se trata não apenas de uma amostra do mesmo tipo de população, mas dos mesmos indivíduos. Quando se fala em dados longitudinais propriamente ditos, trata-se desta modalidade de coleta de informações em que as mesmas pessoas ou as unidades são mensuradas mais de uma vez. Isto permite uma mensuração muito mais precisa dos processos de mudança. Num painel eleitoral, por exemplo, podemos saber, entrevistando regularmente as mesmas pessoas, se os/as votantes de um/a candidato/a estão migrando para outros e quais são exatamente estas transferências entre candidatos/as. Observe que, no caso de um estudo de tendências, apenas saberíamos que um/a determinado/a candidato/a está aumentando seu percentual de voto, mas não procedem seus novos votos. Esta grande vantagem não é gratuita, pois o custo de localizar repetidamente as mesmas pessoas é muito superior ao de uma pesquisa convencional, com amostras diferentes. Além disso, há sempre uma proporção dos sujeitos que não são mais encontrados para a nova entrevista, de forma que, se o perfil dos casos perdidos é diferente do resto, no segundo momento da pesquisa, a amostra pode não ser representativa da população e, conseqüentemente, os resultados podem ficar enviesados. Um terceiro problema é que, quando os painéis acontecem durante um tempo prolongado, a amostra vai envelhecendo, e acaba não sendo representativa. Nestes casos, a solução é renovar periodicamente uma parte da amostra para que ela não envelheça, e manter o resto. É o que se conhece como painel rotativo.

## 2. ESTUDOS TRANSVERSAIS

Nos estudos transversais – também chamados interseccionais ou sincrônicos – as informações são coletadas num determinado momento do tempo, e não de forma repetida. Nesse sentido, eles são mais adequados para descrever características das populações – ou relações entre dimensões – que sejam relativamente estáveis no tempo, o que significa que não são instrumentos muito apropriados para o estudo de mudanças.

De fato, a grande maioria das pesquisas é transversal, a ponto de o termo não ser muito usado. Na verdade, ele adquire seu pleno sentido em oposição aos estudos longitudinais.

## 3. ESTUDOS INTERSECCIONAIS COM PERSPECTIVA LONGITUDINAL

São as pesquisas transversais que focalizam as mudanças ocorridas ao longo do tempo.

## 4. ESTUDOS DE AMOSTRAS PARALELAS

Neste caso, definimos um critério para a separação de duas populações, a partir do qual extraímos duas amostras e as comparamos. Por exemplo, qual a percepção dos moradores da Cidade de Deus e do Morro Dona Marta (comunidades do Rio de Janeiro) sobre a entrada da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)? Para esses estudos deve ser retirada uma amostra de cada localidade, a fim de compará-las.

## 5. ESTUDOS CONTEXTUAIS

Os estudos contextuais têm por objetivo captar as características do contexto no qual o elemento da pesquisa está inserido. Por exemplo, um estudo que visa analisar os fatores sociais do desempenho escolar em determinada escola. Para tanto, é retirada uma amostra de estudantes, na qual é aplicado o instrumento de coleta de informações, mas são criados também outros instrumentos para aplicação junto aos demais membros da família dos/as estudantes para detectar dados sobre o meio em que vivem.

## 6. ESTUDOS SOCIOMÉTRICOS

O objetivo de um estudo sociométrico é analisar de forma mais profunda o grupo estudado e suas inter-relações. Por exemplo, o mapeamento de uma rede de apoio das mulheres de determinada comunidade. Para tanto, é possível fazer uma amostra por domicílios das mulheres moradoras da comunidade e explorar a constituição de redes de apoio através de um questionário.

A coleta de dados é o processo de obtenção e registro sistemático das informações, com a finalidade de prepará-las para análise. Em relação à coleta, podemos dividir as fontes de dados em dois tipos: primária e secundária.

Fonte primária: são dados coletados pelo/a próprio/a pesquisador/a para a realização de seu estudo por intermédio de diversas técnicas de pesquisa quantitativas ou qualitativas: questionário, observação participante, entrevista etc.

Fonte secundária: são dados que existem previamente à pesquisa a ser desenvolvida, pois foram coletados por outra pessoa ou instituição. Tais dados serão aproveitados em nosso trabalho. Muitas pesquisas são realizadas com base no Censo e/ou em outros levantamentos realizados pelo IBGE.





# VARIÁVEIS

## COMO GARANTIR CONFIABILIDADE AOS RESULTADOS ALCANÇADOS?

As variáveis são as diversas dimensões de um objeto que serão analisadas em uma pesquisa. Basicamente, **variável é uma forma mensurável de fazer referência a uma dimensão**. Cada unidade a ser mensurada apresentará um valor na mencionada variável. Assim, por exemplo, cada pessoa terá um valor na variável renda, que corresponderá aos reais que essa pessoa obtém mensalmente em função de seu trabalho ou de suas propriedades. Como a etimologia do termo indica, haverá diversos valores possíveis para cada variável. Caso contrário, se o valor fosse sempre o mesmo, se trataria de uma constante, que é de fato o antônimo de uma variável.

Por outro lado, é justamente esta variação que constitui o interesse das pesquisas, isto é, as **pesquisas buscam revelar a frequência relativa dos diferentes valores da variável (pesquisa descritiva)** ou, ainda, **analisar a relação entre os diferentes fenômenos sociais**, sendo cada um representado por uma variável.

Existem diversos critérios para classificar as variáveis. Um deles, o relativo à causalidade, já vimos anteriormen-

te. Assim, variáveis independentes são as que representam as causas num determinado modelo teórico, e variáveis dependentes, as que encarnam os efeitos desse modelo.

Outra classificação diz respeito aos valores que pode tomar a variável. Assim, temos a variável contínua, que é aquela que, em tese, permite sempre um valor intermediário entre qualquer par de valores considerados. Por exemplo, o peso de uma pessoa pode ser 70kg ou 71kg. Entre estes dois valores, há a possibilidade de que a pessoa pese 70,5kg. Sempre podemos extrair mais um decimal para obter um valor mais preciso dentro de qualquer intervalo. Obviamente, a mensuração real dependerá do instrumento de medida, neste caso, da balança. Talvez nossa balança só permita obter dois decimais, mas, a princípio, a variável permitiria sempre valores mais precisos.

Já a variável discreta é aquela em que nem sempre é possível contemplar com um valor intermediário entre um par de valores considerados, isto é, uma variável discreta é aquela que não cumpre a condição para ser contínua. O exemplo mais comum é o número de filhos. Uma mulher pode ter um filho ou dois filhos, mas não é possível que ela tenha 1,4 ou 1,8 filhos. Por sua própria natureza, a variável discreta só admite valores correspondentes a números inteiros. O número de vezes que uma pessoa desenvolve um determinado comportamento durante um dado intervalo constitui outro exemplo de variável discreta.

*As pesquisas buscam revelar a frequência relativa dos diferentes valores da variável (pesquisa descritiva) ou, ainda, analisar a relação entre os diferentes fenômenos sociais, sendo cada um representado por uma variável.*

## NÍVEIS DE MENSURAÇÃO DE UMA VARIÁVEL

Mensurar é a ação de atribuir um valor a cada caso dentro de uma variável. A mensuração pode ser realizada em quatro níveis ou escalas diferentes, que determinarão as propriedades da medida e o tipo de análise que poderá ser realizado com essa variável.

Os quatro níveis possuem propriedades cumulativas, de modo que todas as propriedades existentes em certo nível também estão presentes em níveis superiores. Assim, os níveis apresentam uma ordenação quanto às suas propriedades: as escalas mais simples são as nominais, e as mais complexas são as de razão.

Nível nominal: os valores atribuídos são arbitrários, de maneira que não existe nenhuma ordenação natural entre eles, nem uma classificação como maior ou menor. Por exemplo: os números de telefones, os números das placas de automóveis, os números nas camisas de jogadores de futebol etc. A classificação dos/as pacientes de um hospital psiquiátrico – “esquizofrênica”, “paranóica”, “maníaco-depressiva”, “psiconeurótica” – é uma classificação nominal. Sexo anatômico é também uma escala nominal, com dois valores possíveis: homem e mulher. As variáveis com apenas dois valores são um subconjunto dentro das escalas nominais, denominadas de variáveis dicotômicas.

Não são possíveis operações matemáticas com os valores deste tipo de escalas. Por exemplo, não faria sentido calcular a média dos números de telefone, ou a média das religiões das pessoas, pois o resultado não faria qualquer sentido. Estatisticamente, a única medida de tendência central possível com este tipo de dados é a moda, que nos revela qual o valor, entre todos os possíveis, que atinge uma frequência mais elevada.

Nível ordinal: existe uma ordenação natural entre os valores, de forma que é possível definir uma relação de superioridade, inferioridade ou igualdade entre cada par de valores quanto à magnitude da dimensão mensurada. Entretanto, não é possível quantificar as diferenças entre os valores nem os intervalos entre dois valores consecutivos, pois estes não são necessariamente constantes. Um exemplo são as notas escolares expressas em conceitos: A, B, C, D e E (ótimo, bom, aceitável, insuficiente, muito insuficiente). Então, A é uma nota superior a C, mas não podemos garantir que a diferença entre A e C seja a mesma que entre C e E.

As escalas ordinais possuem a propriedade da transitividade, isto é, se A é superior a C e C é superior a D, segue-se que A será superior a D. Todavia, nestas escalas também

não é possível operar matematicamente com os valores. As medidas estatísticas de tendência central apropriadas para este nível são a moda e a mediana.

Nível intervalar: os valores não são só ordenáveis, mas as diferenças entre eles ou intervalos são quantificáveis e, portanto, comparáveis entre si. A temperatura medida em graus Celsius é um exemplo convencional. Como se trata de uma escala intervalar, é possível afirmar que a diferença entre 10 e 20 graus é a mesma que entre 30 e 40 graus. Em função disso, podem ser realizadas algumas operações matemáticas entre os valores e podemos, por exemplo, calcular a média de todos eles. No entanto, o zero é arbitrário, não indica ausência da dimensão. Por isso, não é possível calcular a razão entre dois valores e afirmar que a temperatura de 20 graus indica “o dobro de temperatura” em relação a 10 graus. Se mudássemos os graus Celsius para a escala Fahrenheit, o zero ficaria em outro ponto da escala, e a razão entre os valores passaria de 2 (20 sobre 10) a outro valor. Isto acontece justamente porque o zero é arbitrário e não indica “ausência de temperatura”. O coeficiente de inteligência, se bem construído, também é uma escala intervalar.

Como medidas de tendência central podem ser usadas a moda, a mediana e a média. Apenas não é viável, conforme já indicado, calcular a razão entre dois valores concretos.

Nível de razão: esta escala possui todas as propriedades dos níveis anteriores (ordenação dos valores, quantificação das diferenças) e, ainda, um zero absoluto: um ponto que indica ausência da dimensão e, portanto, não pode ser deslocado para nenhum outro lugar. Pensemos na renda das pessoas. O valor zero reflete que a pessoa não possui qualquer renda e será o mesmo para todas as unidades que possam ser usadas. Assim, se uma pessoa ganha R\$ 500 e outra R\$ 1.000, podemos concluir que a renda da segunda é o dobro da primeira. Não importa se a renda for medida em reais, dólares ou euros, pois os valores absolutos mudarão, mas a razão entre ambos continuará sendo igual a 2. De novo, isto é possível porque o zero é absoluto, e, portanto, não muda de escala para escala.

Anos de escolaridade, expectativa de vida e muitas outras variáveis semelhantes são escalas de razão. Da mesma forma que nas escalas intervalares, podemos usar a moda, a mediana e a média. Sua vantagem em relação às intervalares é que também podemos calcular razões entre valores concretos. Em suma, os valores podem ser submetidos a todas as operações aritméticas, tanto de soma (subtração) quanto de multiplicação (divisão).

Uma mesma dimensão pode ser mensurada com o uso de escalas de níveis diferentes. Por exemplo, a nota de uma prova pode ser expressa como uma variável nominal (aprovado/reprovado), uma variável ordinal (conceito A, B, C, D ou E) ou uma variável intervalar (uma nota de 0 a 10). Observe, entretanto, que as notas das provas nunca constituem uma escala de razão, pois o zero é arbitrário e depende da dificuldade da prova, de maneira que não pode ser interpretado como “ausência total de conhecimento”.

Conforme referido, os níveis são hierárquicos e suas propriedades são cumulativas, de modo que as escalas de razão possuem todas as propriedades, e as escalas nominais apresentam as propriedades mínimas. Em consequência, o ideal é utilizar o nível de mensuração mais alto possível (de razão), sempre que os dados e as propriedades da mensuração o justifiquem. Usar um nível menor do que seria possível equivale a desperdiçar informação, como quando dispomos da nota do aluno de zero a 10, mas utilizamos apenas para a análise a informação sobre aprovação ou reprovação. Por outro lado, tentar impor um nível mais alto do que os dados permitem pode conduzir a erros e a distorções grosseiras, como quando mencionamos a possibilidade de calcular a média da variável religião.

O nível de mensuração determinará as estatísticas que podem ser utilizadas para cada caso. De forma geral, as escalas nominais e ordinais são submetidas a estatísticas não paramétricas e as escalas intervalares e de razão (às vezes nomeadas de “escalares”), a estatísticas paramétricas.

## UNIDADE DE ANÁLISE

**Unidade de análise são as unidades individuais sobre as quais são realizadas as mensurações e, posteriormente, as análises.** Por exemplo, um estudo da relação entre a fecundidade e a renda pode tomar o país como unidade de análise, e comparar as taxas de fecundidade com a renda *per capita* das diferentes nações; ou pode focalizar o indivíduo e contrastar o número de filhos/as por mulher com a renda individual dessas mulheres. Outros exemplos de unidades de análise são famílias, escolas, instituições, municípios e estados. No caso da escola, por exemplo, cada escola deve ter um valor atribuído em cada variável, mesmo que esses valores sejam obtidos pela média dos indivíduos que a integram (nota média dos alunos no vestibular, por exemplo).

As análises e os resultados devem manter a mesma unidade de análise que foi usada para a mensuração. Assim, se a unidade de análise for a escola, as conclusões finais só podem se referir à escola, e não aos alunos. É importante lembrar que os resultados não são necessariamente os mesmos para diferentes unidades.

Chamamos de falácia ecológica o erro ocorrido quando as análises e as interpretações dizem respeito a uma unidade diferente daquela que foi utilizada na mensuração. Na literatura, por exemplo, há estudos que mensuraram escolas e depois tentaram estender as conclusões aos/às estudantes; ou pesquisas sobre distritos eleitorais que pretenderam interpretar a conduta dos/as eleitores/as individuais, muitas das quais foram posteriormente desmentidas por outros trabalhos realizados em unidades desagregadas. Para dar um exemplo mais concreto, **se observamos que as áreas com maior população negra são também as áreas com maiores taxas de criminalidade, não podemos concluir que os/as negros/as apresentem maior taxa de crimes do que os/as brancos/as. Provavelmente, as áreas com maior população negra também são áreas com menor status socioeconômico, mais degradadas do ponto de vista de serviços urbanos**, com uma pirâmide etária mais nova, de modo que todos estes elementos são capazes de explicar a associação registrada sem que existam, necessariamente, taxas diferentes para os diversos grupos raciais.

Não há dúvida de que é tentador interpretar além da unidade mensurada, inclusive porque é comum usarem-se dados agregados (por escola, bairro etc.), uma vez que os dados individuais não estão disponíveis. Todavia, é preciso que o/a pesquisador/a esteja ciente dos riscos que estará correndo.

*Se observarmos que as áreas com maior população negra são também as áreas com maiores taxas de criminalidade, não podemos concluir que os/as negros/as apresentem maior taxa de crimes do que os/as brancos/as.*

## QUALIDADE DA MENSURAÇÃO

Mensurar sem erros é, na grande maioria dos casos, uma utopia. Quando efetuamos uma mensuração, é comum que o resultado não reflita exatamente o valor original e contenha, em alguma medida, erro. Os erros podem ser de dois tipos.

**O erro aleatório acontece, com probabilidade e intensidade iguais, nos dois sentidos: a superestimação e a subestimação do valor real,** ou seja, para mais e para menos. Isto significa que os erros aleatórios se anulam a longo prazo, pois, considerando um número alto de mensurações, sua média se aproxima de zero. Os erros amostrais são geralmente erros aleatórios. Os erros amostrais, como todos os erros aleatórios, podem ser minimizados mediante o aumento do tamanho da amostra, com o incremento do número de mensurações para que, como mencionado, os erros se anulem entre si. Há numerosas fontes de erros aleatórios numa pesquisa, como

*Como é*

*praticamente*

*impossível realizar*

*uma mensuração*

*sem erros, a meta*

*é minimizá-los de*

*maneira a atingir*

*um grau razoável*

*de confiabilidade e*

*validade.*

perguntas mal compreendidas, problemas na aplicação do questionário pelo/a entrevistador/a, erros de codificação e digitação etc. Ademais, os/as próprios/as entrevistados/as podem ter uma opinião incerta sobre alguns assuntos.

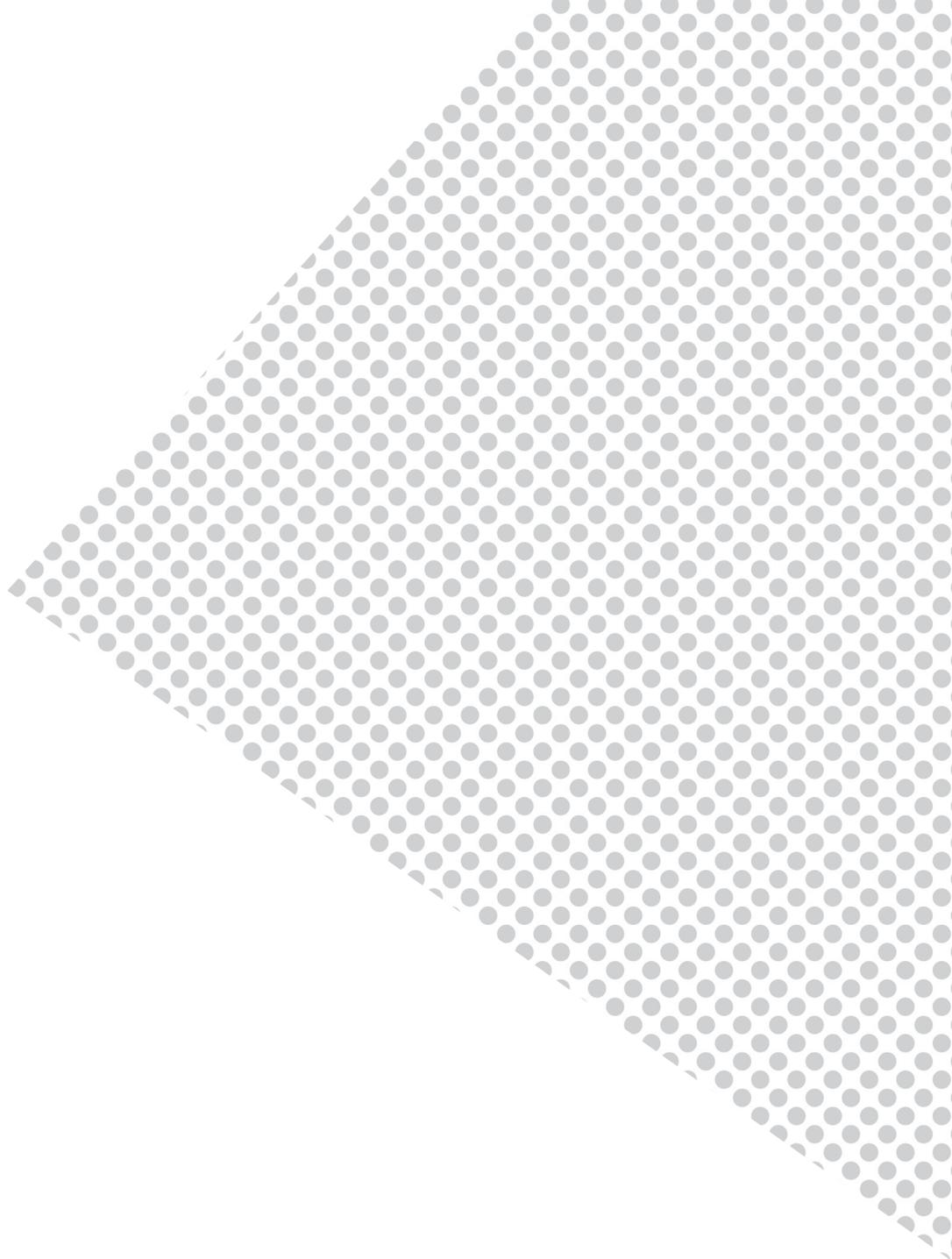
**O erro sistemático ou viés é aquele que acontece, predominantemente, em uma determinada direção, para mais ou para menos.** Como consequência, por mais que repitamos a mensuração ou aumentemos o tamanho da amostra, o viés não desaparecerá. O exemplo clássico de viés em estudos de opinião pública é a pesquisa pioneira da revista *Literary Digest* sobre quem venceria as eleições para a presidência nos Estados Unidos em 1936, com um questionário postal. Como a amostra foi construída a partir das listas de telefones e de proprietários de carros – que incluíam, sobretudo, pessoas das classes média e alta – o resultado da pesquisa foi enganoso, apesar do gigantesco tamanho da amostra. Venceu o candidato preferido pelas classes baixas que, na época, não possuíam carro nem telefone. Portanto, eles estavam praticamente ausentes da amostra.

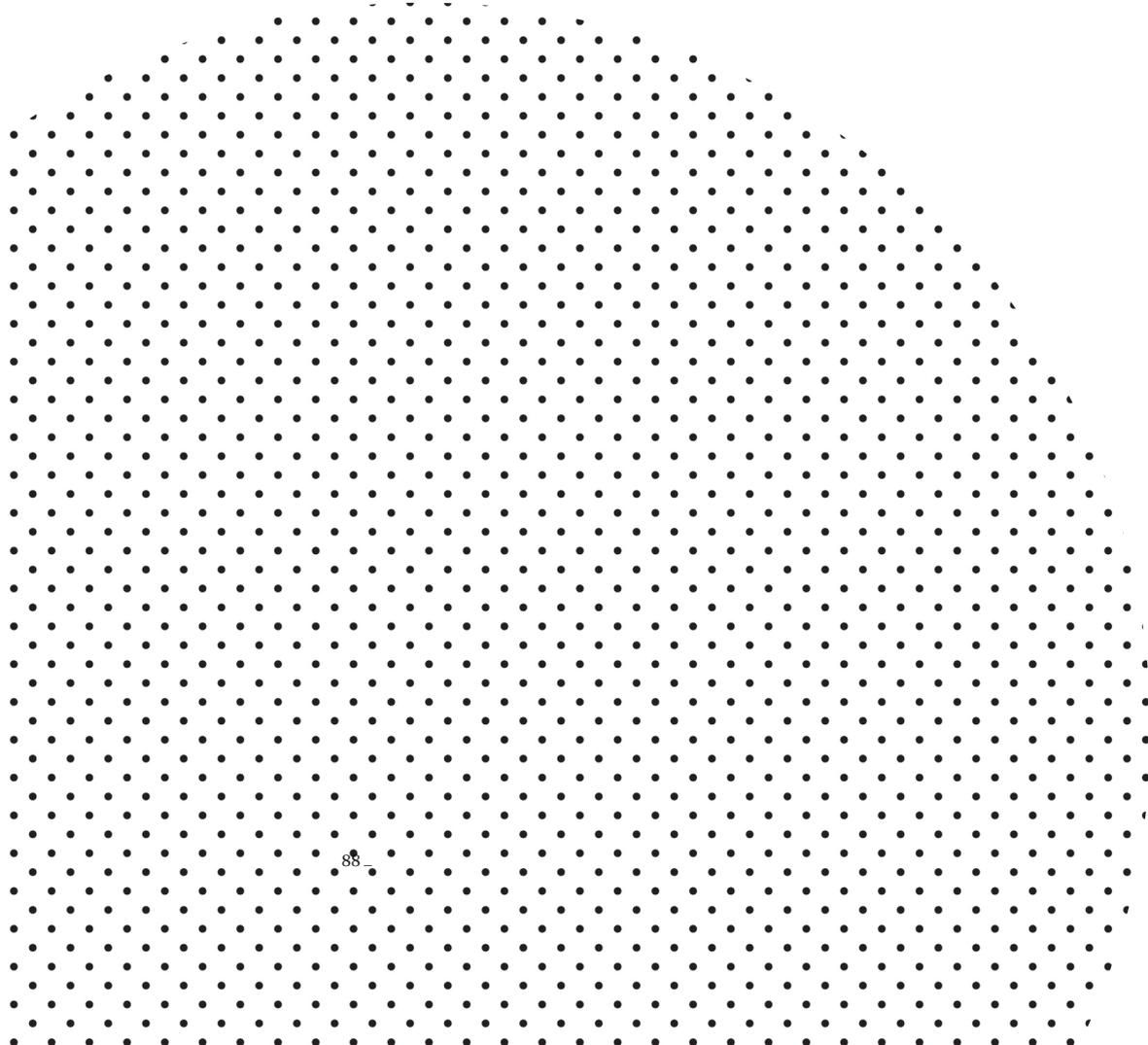
As pesquisas possuem também numerosas fontes possíveis de erros sistemáticos, como perguntas que induzem determinadas respostas ou problemas de cobertura em relação a alguns subgrupos da população.

A confiabilidade de uma medida é seu grau de precisão ou estabilidade, de modo que mensurações repetidas do mesmo objeto ou de objetos equivalentes devem produzir resultados idênticos. Em termos técnicos, a confiabilidade significa uma ausência relativa de erro aleatório. Assim, por exemplo, indicadores não confiáveis apresentam uma forte variabilidade, o que pode acabar mascarando ou degradando relações entre variáveis relevantes.

A validade de uma medida é o grau em que ela realmente consegue medir aquilo que se propôs a registrar. Um indicador válido é aquele que, de fato, traduz operacionalmente a dimensão social para a qual foi idealizado. A validade implica ausência relativa de erros aleatórios e sistemáticos. Observe-se que uma medida precisa ser confiável para ser válida, mas é possível que ela seja confiável – isto é, precisa – sem ser válida, devido à presença de algum tipo de viés.

Como é praticamente impossível realizar uma mensuração sem erros, a meta é minimizá-los de maneira a atingir um grau razoável de confiabilidade e validade. O conhecimento destas propriedades é muito relevante para a escolha das variáveis que serão utilizadas num estudo. Tais propriedades também não devem ser esquecidas na hora da interpretação dos resultados.





# NOÇÕES DE AMOSTRAGEM

## COMO GARANTIR CONFIABILIDADE AOS RESULTADOS ALCANÇADOS?

Para produzir conhecimento sobre uma população, as pesquisas podem ser de dois tipos. O primeiro é o censo, o levantamento de todos os casos individuais compreendidos na população de interesse. O segundo tipo é constituído pelas pesquisas amostrais.

Avantagem em trabalhar com censos é óbvia, pois eles não contam com erro amostral e as mensurações são muito precisas, permitindo múltiplas desagregações das informações (por município, bairro etc.). Contudo, o custo de um censo, em termos de tempo e de recursos, também é muito elevado. Por este motivo, o Censo Demográfico Brasileiro do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) é realizado apenas a cada dez anos e a grande maioria das pesquisas é amostral.

Uma amostra é um subconjunto da população que será mensurado para, a partir dele, inferir conclusões sobre o conjunto da população de maneira probabilística.

As pesquisas amostrais são muito mais rápidas e baratas do que os censos, mas contêm erro amostral e são mais

limitadas em termos de capacidade de desagregação dos dados. Assim, **quando trabalhamos com uma amostra, o erro amostral (erro de tipo aleatório) é inevitável e deve ser minimizado**. Para tanto, é preciso contar com **uma amostra que seja**, por um lado, **suficientemente grande** e, por outro, extraída de tal forma que **garanta a representatividade em relação à população**. As amostras precisam ser planejadas para garantir esta representatividade e evitar vieses. Em segundo lugar, as amostras devem ser relativamente econômicas.

O primeiro passo é sempre uma definição precisa acerca da população a ser estudada. Idealmente, devemos partir de uma listagem de todos os elementos que compõem a população de interesse, denominado marco amostral. Por exemplo, em algumas pesquisas amostrais domiciliares, com o objetivo de levantar informações sobre as famílias, efetua-se um sorteio aleatório de **SETORES CENSITÁRIOS** para, posteriormente, realizar outro sorteio dos domicílios a serem investigados em cada setor.

A principal pesquisa amostral populacional anual realizada no Brasil é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE).

*É preciso contar  
com uma  
amostra que seja,  
por um lado,  
suficientemente  
grande e, por  
outro, extraída  
de tal forma  
que garanta a  
representatividade  
em relação à  
população.*

#### SETORES CENSITÁRIOS

Os setores censitários são demarcados pelo IBGE, obedecendo a critérios de operacionalização da coleta de dados, de modo a abrangerem uma área que possa ser percorrida por um único recenseador, em um mês, e que possua em torno de 250 a 350 domicílios (em áreas urbanas).

Algumas pessoas temem que, se a pesquisa for amostral e contemplar, portanto, apenas alguns casos, o resultado poderá fornecer uma visão incompleta da realidade. Entretanto, se o/a pesquisador/a utilizar **procedimentos de amostragem bem estabelecidos** e **obtiver uma amostra representativa**, é possível **conseguir estimativas muito precisas**, com tamanhos de **amostra** relativamente **reduzidos**.

Outro mito muito disseminado em relação à amostragem é que a amostra é uma fração fixa da população, digamos 10 ou 20% do total. Isto não faz sentido, pois se o universo for muito grande, 10% dele constituem uma amostra excessivamente grande e desnecessária, enquanto para universos pequenos, 20% podem não ser suficientes.

As amostras são classificadas em dois grandes tipos:

- 1) **Amostra probabilística** – a amostra que cumpre a seguinte condição: todos os elementos do universo possuem uma probabilidade, conhecida e diferente de zero, de serem selecionados.
  
- 2) **Amostra não probabilística** – a amostra em que uma ou duas das condições anteriormente mencionadas não são satisfeitas. Em outras palavras, quando há casos que não podem entrar na amostra ou quando a probabilidade de seleção de alguns ou de todos os casos é desconhecida.

O ideal é trabalhar com amostras probabilísticas, mas isto nem sempre é possível, por exemplo, quando não se conta com um marco amostral.

## 1. AMOSTRAS PROBABILÍSTICAS

Entre as probabilísticas, as amostras mais comuns são as descritas a seguir.

Amostragem aleatória simples (AAS): consiste no sorteio direto de elementos da população, um a um. Tradicionalmente, cada indivíduo recebia, por exemplo, um número, de forma que um papel com cada número era colocado em uma urna. A seguir, era retirada da urna a quantidade de papéis equivalente ao tamanho da amostra. Hoje em dia, os computadores realizam a seleção através de um gerador de números aleatórios. De todo modo, o que importa ressaltar é que o resultado desse processo determina que todos os casos possuem a mesma probabilidade de seleção, que é igual a  $\frac{1}{n}$  (tamanho

da amostra) sobre **N** (tamanho da população). Por outro lado, a probabilidade de qualquer par de casos ser selecionado também é constante e igual ao produto da probabilidade dos dois casos que compõem o par. A amostra aleatória simples é o procedimento básico de amostragem probabilística e o padrão de comparação para todos os outros métodos.

Amostragem aleatória sistemática: realizada a partir de uma listagem dos indivíduos do universo. O procedimento obedece aos seguintes passos:

- 1) Determinar o tamanho populacional (**N**);
- 2) Determinar o tamanho da amostra (**n**);
- 3) Calcular a constante **d** = (**N/n**), considerando **N** como o tamanho de população e **n** o tamanho da amostra;
- 4) Escolher o primeiro caso a partir de um sorteio aleatório de um número entre 1 e o valor calculado para **d**;
- 5) Obter o próximo caso, somando ao número do passo 4 o valor da constante **d** calculada no passo 3;
- 6) Obter o próximo caso, somando ao número do passo 5 o valor da constante... e prosseguir assim, até fechar o tamanho da amostra, isto é, até o tamanho total de **n** casos;
- 7) Cada número sorteado corresponde a um caso da amostra, dentro da listagem original.

Exemplo: numa população constituída por 500 elementos (pessoas) e a amostra por 50 elementos, temos: **N** = 500 e **n** = 50. Divide-se **N** por **n**, isto é, 500 por 50, para obter a constante **d**; então, **d** = (**N/n**) = (500 / 50) = 10. Em seguida, sorteia-se um número entre 1 e 10 e, a partir dele, acrescenta-se sucessivamente a constante para ir obtendo os outros casos. Se o número sorteado for, por exemplo, 5, a amostra será composta pelos casos de número: 5, 15, 25, 35, 45, 55... 485, 495. O/A leitor/a pode confirmar que a amostra assim produzida possui, efetivamente, 50 casos.

Nas amostras aleatórias sistemáticas, todos os casos individuais possuem a mesma probabilidade de seleção, que é igual a  $n/N$ . Entretanto, já não é mais verdade que todos os pares de casos apresentem a mesma probabilidade. No exemplo anterior, o par composto pelos casos 5 e 7 não tem chance alguma de ser selecionado, pois se o 5 for sorteado, o próximo caso será o 15; e, se o 7 for sorteado, o 5 ficará de fora. Este tipo de amostra era muito prática na época em que não havia computadores, pois permitia restringir o sorteio a um único caso. Se a ordem da listagem dos casos sobre os quais é realizada a amostra for aleatória, o procedimento equivale à amostra aleatória simples. Por outro lado, se a ordenação for feita de acordo com o valor crescente de alguma variável, o erro em relação a esta variável será minimizado, pois a representatividade em relação a esta variável será praticamente perfeita, dado que, nessa dimensão, haverá necessariamente casos com valores muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto.

Amostragem aleatória estratificada (AAE): realizada através da decomposição da amostra num conjunto de subamostras, formadas em relação a uma ou a várias variáveis, de modo que o peso de cada grupo (estrato) na amostra seja o mesmo que possui no universo. O exemplo mais simples é a estratificação da amostra por sexo. Se na população de interesse há 60% de mulheres e 40% de homens, nossa amostra terá dois estratos: a subamostra de mulheres conterà também 60% do total da amostra, enquanto a subamostra de homens incluirá 40%. Dentro de cada estrato deve ser feito um sorteio aleatório para escolha dos casos. Assim, seguindo o exemplo anterior, teríamos de realizar um sorteio aleatório entre os homens e outro entre as mulheres.

A estratificação pode ser realizada em função de diversas variáveis, simultaneamente. Uma opção bastante comum é estratificar por sexo, idade e escolaridade. Para isso, o peso de cada estrato (por exemplo, homens de mais de 60 anos, com segundo grau completo) precisa ser igual na população e na amostra. Dessa forma, garantimos que a representatividade desses estratos seja quase perfeita em relação à população. Observe que, se optarmos por uma amostra aleatória simples (AAS), o peso final de cada estrato na amostra acabaria sendo parecido com o da população, mas não exatamente igual, por causa do sorteio. Então, poderíamos acabar com 62% ou com 58% de mulheres, mas não teríamos garantia de manter os 60% que encontramos no universo. Nesse sentido, estratificar diminui o erro de amostragem em relação às variáveis utilizadas na estratificação e, por isso, o erro deste tipo de amostragem é menor do que o de uma amostra aleatória simples de tamanho equivalente. Por outro lado, para estratificar é preciso conhecer a distribuição multivariada na população de todas as variáveis usadas no processo, dado nem sempre disponível.

Recomendamos a estratificação referente às **variáveis que tenham maior impacto no resultado da nossa pesquisa**, para garantir, assim, a **máxima representatividade da amostra em relação a elas**.

Amostragem por conglomerados: procedimento realizado em diversas etapas. Em cada uma escolhemos unidades geográficas progressivamente menores, até chegarmos à unidade final de análise, que costuma ser o indivíduo ou a família. Por exemplo, em uma primeira etapa, escolhemos dois estados para cada região do Brasil. Para cada estado considerado, escolhemos 10 municípios. Para cada município eleito, sorteamos 10 setores censitários. Em cada setor censitário selecionamos aleatoriamente 10 pessoas a serem entrevistadas. No total, teremos uma amostra de 10.000 pessoas representativas do Brasil. Todas as seleções de cada etapa devem ser realizadas de forma aleatória, para que a representatividade seja mantida.

Observe que, diferentemente do que acontecia no caso de uma amostra estratificada, não selecionamos todos os grupos, mas apenas alguns em cada conglomerado. Assim, escolhemos dois estados em cada região, e deixamos de lado os restantes; sorteamos dez municípios em cada estado, e abandonamos os outros; e assim por diante. Isto significa que, em cada etapa, estejamos introduzindo erro, que será tanto maior quanto maior for a heterogeneidade dos grupos nesse conglomerado. Por exemplo, se estamos elaborando uma pesquisa eleitoral para prever o voto na eleição presidencial e sabemos que todos os estados da mesma região costumam votar de forma semelhante, então o erro introduzido, ao deixarmos de lado alguns estados da mesma região, será pequeno. Mas se estudos anteriores mostraram que, no âmbito de cada estado, os municípios apresentam comportamentos eleitorais muito divergentes, o erro acumulado, ao deixarmos de fora muitos municípios, pode ser elevado. O próprio desenho da amostra deverá levar em conta estas informações, maximizando o número de unidades selecionadas nos conglomerados com mais heterogeneidade, minimizando o número

*Recomendamos a estratificação referente às variáveis que tenham maior impacto no resultado da nossa pesquisa, para garantir, assim, a máxima representatividade da amostra em relação a elas.*

de unidades nos conglomerados com mais homogeneidade.

Em suma, a amostragem por conglomerados é sujeita a um erro superior ao da amostra aleatória simples (AAS) do mesmo tamanho. A razão para optar por este procedimento é o fato de ser muito menos custoso do que esta última. Se, no exemplo anterior, nossa amostra por conglomerados para a população brasileira implicava o deslocamento para um total de 100 municípios, uma amostra aleatória simples, em muitos casos, nos obrigaria a ir até milhares de municípios no país para entrevistar uma única pessoa, o que acarretaria um custo extraordinário.

## 2. AMOSTRAS NÃO PROBABILÍSTICAS

Neste caso, um conjunto de critérios é utilizado para definir as unidades da população que comporão a amostra. Logo, não se trata de uma amostra aleatória.

As amostras não probabilísticas podem ser:

**Amostra por cotas:** a população é dividida em subgrupos e calcula-se, a partir de dados censitários, o tamanho proporcional de cada subgrupo e, então, são definidas as cotas para as entrevistas. As vantagens das amostras por cotas são baixo custo e rapidez. A desvantagem é o fato de que podem ser criados vieses, por conta das características que não foram eleitas para criar as cotas. Assim, determinados indivíduos podem estar sub-representados ou sobre-representados.

**Amostra intencional ou por julgamento:** os selecionados para a amostra são escolhidos mediante um critério do/a pesquisador/a, o que não significa que aqueles selecionados necessariamente representem a população dos portadores da característica em pauta. Por exemplo, um estudo sobre afrodescendentes, no qual os/as selecionados/as não se consideram afrodescendentes.

**Amostra por conveniência (*convenience*):** os/as participantes são escolhidos por sua disponibilidade.

**Amostra dos mais similares ou mais diferentes (*most similar/dissimilar cases*):** os/as participantes são escolhidos porque o/a pesquisador/a julga que representam uma situação similar ou o inverso, uma condição muito diferente.

Amostra de casos críticos (*critical cases*): os/as participantes são selecionados/as por representarem casos essenciais (casos-chave) para o foco da pesquisa.

Amostra por casos típicos (*typical cases*): os/as participantes são escolhidos por representarem a situação típica, não incluindo extremos.

Amostra por bola de neve: a seleção progride mediante indicações de pessoas que já foram selecionadas e entrevistadas.

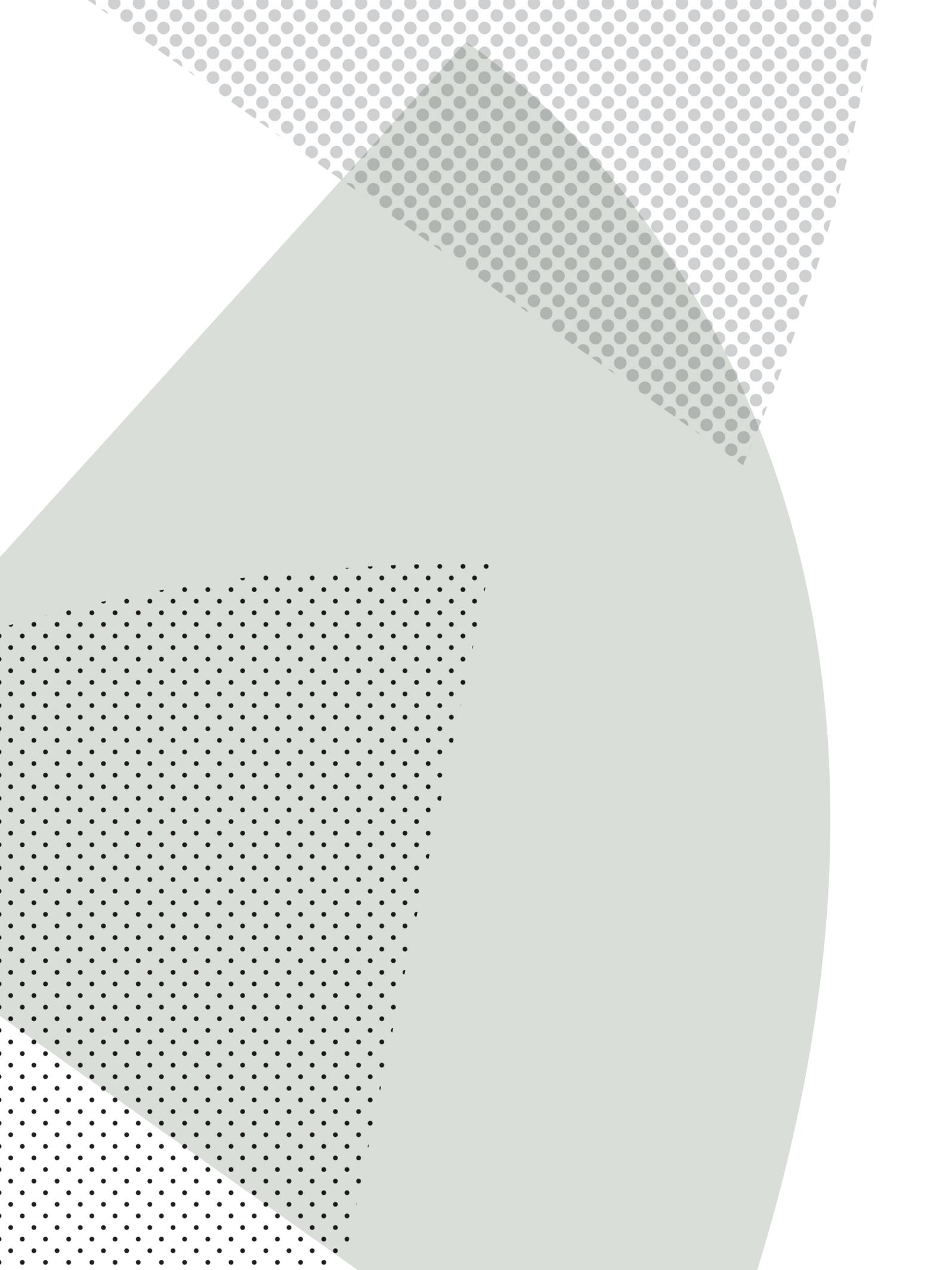
## GLOSSÁRIO

Amostrai – é o conjunto de unidades selecionadas para mensuração, de forma que sejam representativas do universo.

População – (ou universo) é o conjunto de todos os casos de interesse para a pesquisa.

Marco amostral – é a lista de todas as unidades do universo, a partir da qual a amostra é selecionada.





# OPERACIONALIZAÇÃO DE CONCEITOS

Algumas variáveis são facilmente mensuradas, enquanto outras precisam de uma medida complexa que não pode ser resolvida apenas por um único elemento ou uma única pergunta, como são os casos do desenvolvimento social e da democracia. Nas ciências sociais há muitos conceitos teóricos que não podem ser mensurados diretamente nem possuem uma unidade natural de medida. A operacionalização é justamente a tradução de um conceito teórico em uma ou mais variáveis mensuráveis. Uma vez operacionalizado, o conceito pode ser submetido a estudos, e sua relação com outros fenômenos pode ser testada.

De forma complementar, chamamos indicador a uma variável mensurável que permite medir um conceito teórico que não admite mensuração direta. Jannuzzi define um indicador como “uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica), ou programático (para formulação de políticas)” (Jannuzzi, 2003:15).

Assim, quando a variável pode ser medida de forma direta, ela não precisa de indicadores, tampouco de um

processo de operacionalização. Em geral, não falamos, por exemplo, em indicadores de sexo anatômico ou de idade, mas de indicadores de renda e de *status* socioeconômico. Fica evidente, então, que o indicador não é exatamente o fenômeno que pretendemos registrar, mas que ele é apenas uma medida indiretamente relacionada ao fenômeno. Há ocasiões em que a natureza do indicador pode ser bastante diferente daquela do conceito, mas ele pode ser adequado, desde que mantenha uma correlação estreita com o conceito em pauta.

Em razão disso, **é inevitável que exista erro de mensuração, sendo necessário, portanto, que procuremos garantir a confiabilidade e a validade de nossas medidas.** Quando uma medida é imperfeita, o ideal é contar com diversos indicadores do mesmo fenômeno; sempre que possível, **devemos usar indicadores que mensurem aspectos diferentes do conceito** para que eles sejam **mutuamente complementares.** Metodologicamente, buscamos indicadores cujos problemas e limitações sejam diferentes entre si, de forma que, em seu conjunto, componham uma visão mais ajustada da dimensão procurada. Se os indicadores são muito parecidos e apresentam as mesmas limitações, serão redundantes, e o simples acúmulo de novos indicadores não melhorará o resultado final.

Segundo Jannuzi (2003), existem 12 atributos desejáveis em um indicador social, conforme listado abaixo.

- Relevância social: efetiva importância da questão que está sendo medida.
- Validade: o grau em que a medida corresponde efetivamente ao conceito.
- Confiabilidade: graus de precisão e estabilidade da medida.
- Cobertura: capacidade de abranger e obter medidas para todos os casos de interesse.
- Sensibilidade: capacidade do indicador de detectar mudanças ocorridas no fenômeno que se quer acompanhar. Se a dimensão muda, mas o indicador

*Sempre que possível, devemos usar indicadores que mensurem aspectos diferentes do conceito para que eles sejam mutuamente complementares.*

permanece estável, ele é considerado insensível.

- Especificidade: grau em que o indicador reflete a dimensão teórica concreta visada, e não outras mais genéricas ou abrangentes.
- Inteligibilidade de sua construção: facilidade para que as pessoas entendam como o indicador é construído.
- Comunicabilidade: facilidade para ser transmitido a pessoas sem experiência na área.
- Facilidade para sua obtenção: referida aos dados que servem de base.
- Periodicidade de sua atualização: possibilidade de que o indicador seja recalculado de forma regular [a cada ano, década etc.] para acompanhar o fenômeno no tempo e para que possam ser construídas séries temporais.
- Desagregabilidade: capacidade de o indicador ser decomposto, a fim de calcular indicadores mais específicos para determinados grupos ou regiões.
- Historicidade: possibilidade de produção dos indicadores ao longo do tempo de tal forma que possam ser identificadas tendências de longo prazo.

O índice é uma síntese de vários indicadores, adotada para mensurar um conceito amplo. Como cada indicador costuma ter sua própria unidade de medida, normalmente o índice é mensurado em unidades mais abstratas, distantes das mensurações originais dos indicadores. Um exemplo muito difundido é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que tem como limite inferior o zero (nenhum desenvolvimento humano) e como limite superior o 1 (desenvolvimento humano total). O IDH não apresenta uma unidade conhecida. Um valor de 0,47, por exemplo, não tem interpretação para além da comparação com outros valores conhecidos. Já os indicadores que o compõem (renda, educação e saúde) estão medidos em unidades convencionais facilmente interpretáveis. Tradicionalmente, a prática mais comum consistia em avaliar o bem-estar de uma população e, conseqüentemente, classificar os países ou as regiões de acordo com seu PIB *per capita*. Entretanto, houve um consenso crescente no sentido de que o progresso humano e a evolução das condições de vida das pessoas não poderiam ser medidos apenas pela renda. Desse consenso nasceu o IDH, que combina três componentes básicos: a) longevidade, medida pela expectativa de vida ao nascer, que reflete as condições de saúde da população; b) educação, medida pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental e médio; c) renda, medida pela renda *per capita*, mas submetida a uma transformação não linear, o que faz com que a diferença entre rendas altas e baixas não fique tão elevada.

A **metodologia de cálculo do IDH** envolve a transformação destas três dimensões – **longevidade, educação e renda** – em indicadores que variam entre zero (valor do país em pior posição referente a cada dimensão) e 1 (valor do país em melhor posição). Quanto mais próximo de 1, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou da região. A transformação que faz com que os indicadores originais (medidos em anos de vida, percentagens e em dólares *per capita*) se tornem indicadores com valores mínimo e máximo de zero e 1, respectivamente, é muito simples:

$$\text{Valor transformado do indicador para um país} = \frac{(\text{Valor original do país} - \text{Valor mínimo entre todos os países})}{(\text{Valor máximo entre todos os países} - \text{Valor mínimo entre todos os países})}$$

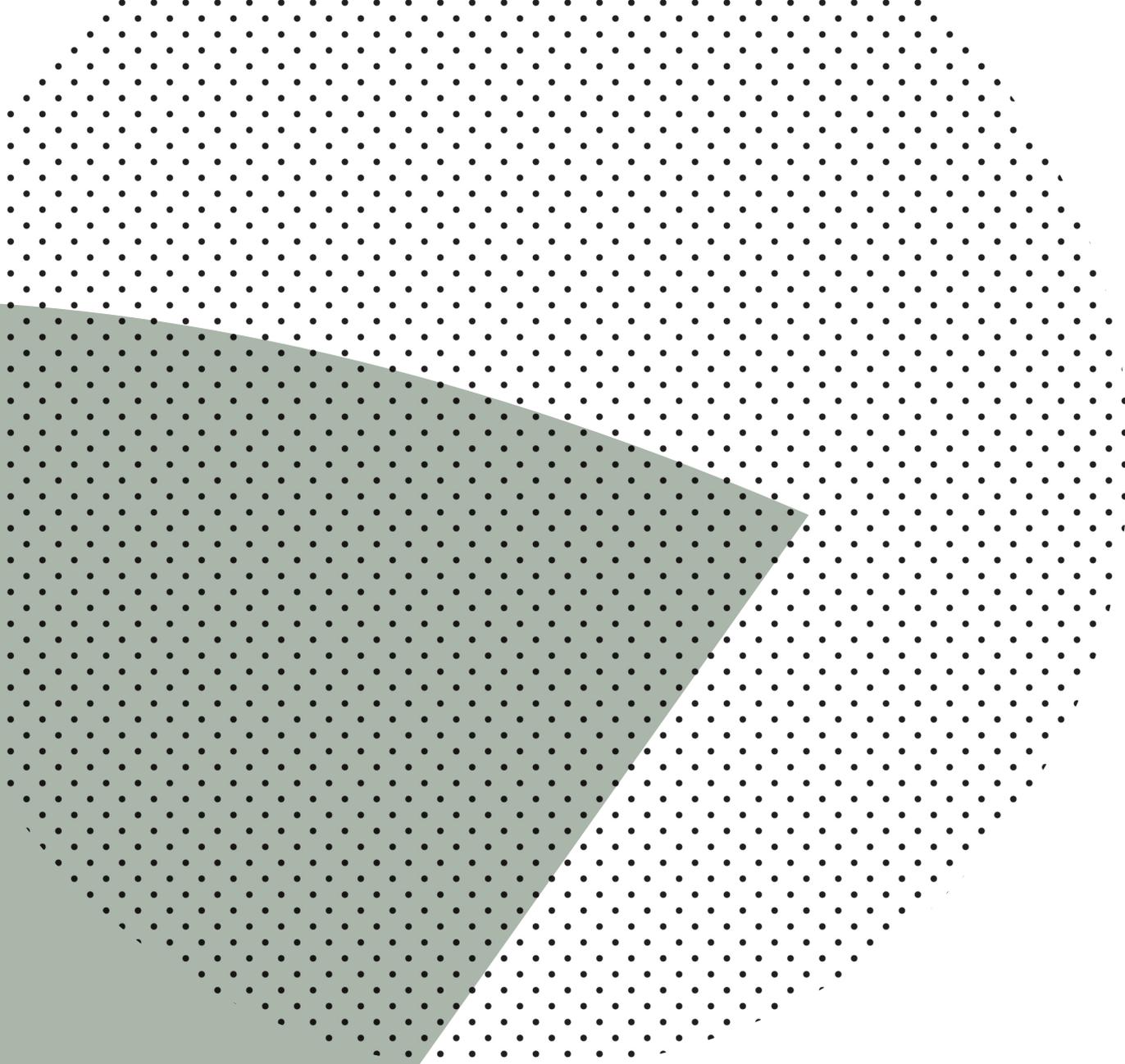
A taxa é um tipo de indicador. Uma taxa é uma razão entre duas magnitudes: a primeira, no numerador, mensura um fenômeno; e a outra, no denominador, serve para dimensionar ou contextualizar esse fenômeno. Essa contextualização, também chamada de ponderação, permite que comparemos a incidência do fenômeno em momentos e lugares diferentes. Por exemplo, a taxa de desemprego divide o número de pessoas desempregadas (numerador) pelo número de pessoas economicamente ativas (PEA), ou seja, as pessoas com 10 anos ou mais de idade, que estão trabalhando ou procurando emprego (denominador). Este método torna comparáveis grupos com populações muito diferentes. Assim, se trabalhássemos apenas com o número de desempregados/as, a comparação entre cidades grandes e pequenas não faria sentido, pois as primeiras sempre apresentariam cifras maiores devido à sua maior população, independentemente de o desemprego ser nelas mais comum ou não.

A taxa é expressa em uma unidade que depende da frequência do fenômeno em questão. Fenômenos comuns são expressos, por exemplo, em percentuais. Fenômenos mais raros são refletidos em taxas por 1.000, 100.000 ou por 1.000.000 habitantes.

Uma definição de taxa mais rigorosa, a taxa propriamente dita que é usada, por exemplo, em demografia, é aquela que contém, no numerador, os casos que experimentaram um fenômeno e, no denominador, os casos expostos a esse fenômeno. Note que aqui o numerador da razão está contido no denominador, e há um limite máximo da taxa: 100% ou mil por mil, por exemplo. Este tipo de taxa pode ser interpretado, então, como a proporção de casos que experimentam o fenômeno. Quando este último for negativo, a taxa pode ser interpretada como um risco. Observe que nem todas as taxas

seguem esse critério mais rigoroso. A taxa de juros, por exemplo, não é uma proporção, nem é possível afirmar que o numerador esteja contido no denominador. Como resultado, ela não possui limite superior, e é provável encontrar taxas de juros de 200%. Entretanto, ela ainda representa a ponderação de uma magnitude em função de outra, no caso, quantos reais devem ser devolvidos para cada real emprestado.

É importante ressaltar que as taxas não devem ser calculadas sobre populações muito pequenas, uma vez que isto provocará uma grande flutuação aleatória que afetará os resultados, independentemente da incidência real do fenômeno. Suponhamos que estejamos calculando a taxa bruta de natalidade em um condomínio com 250 habitantes. Se a taxa está situada em 10 por 1.000, então, considerando a população do condomínio, a expectativa é de que haverá aproximadamente 2 ou 3 nascimentos ao ano. Na prática, haverá flutuações de um ano para outro: 1, 3, 5 etc. Essas pequenas diferenças em termos absolutos produzirão taxas extremas, altas ou baixas, sem que isto signifique que a natalidade esteja mudando no condomínio. Com efeito, um único nascimento a mais terá um impacto muito significativo na taxa. As sugestões para reduzir este tipo de problema são agregar unidades territoriais até atingir uma população maior, ou agregar vários períodos, e construir uma taxa média para o intervalo. Em geral, recomenda-se não calcular taxas para conjuntos populacionais menores do que a própria unidade em que a taxa vem expressa (Cano, 2005). Assim, percentuais deveriam ser calculados para grupos de 100 habitantes ou mais, taxas por 100.000 deveriam contemplar unidades de, no mínimo, 100 mil pessoas, e assim por diante.



# FONTES DE DADOS SOCIAIS NO BRASIL E PESQUISA SURVEY

## FONTES DE DADOS

Conhecer as principais fontes de dados sociais no Brasil constitui fator de grande valia para a condução de análises quantitativas ou a elaboração de indicadores, índices e taxas. No **Brasil**, o **principal organismo responsável pela produção de dados** demográficos, econômicos, sociais e territoriais (cartografia, estudo de relevos, solos, espécies animais e vegetais) é o **IBGE**. As diversas pesquisas desenvolvidas por esta instituição são as mais utilizadas pelos/as pesquisadores/as de todo o país. No âmbito dos estudos sociais, destacam-se os Censos Demográficos, a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e a PME (Pesquisa Mensal de Empregos), todas realizadas com periodicidade definida (decenal, anual e mensal, respectivamente). Outras pesquisas sociais relevantes, sem periodicidade definida, geradas por este órgão são a POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), a ECINF (Economia Informal Urbana), a Pesquisa Sindical e a PPV (Pesquisa de Padrão de Vida). Uma fonte destacada para pesquisas municipais é a Base de Informação Municipal, atualizada anualmente, que contém diversas informações sobre o perfil dos municípios brasileiros.

O IBGE é também responsável pela sistematização e a análise das estatísticas do Registro Civil, cujas fontes primárias de informação são levantadas junto aos cartórios de todo o país. Na área de pesquisas econômicas, o IBGE desenvolve o Censo Agropecuário, o Censo Industrial, o Censo de Serviços, além de outros censos setoriais. Todos eles traçam importantes panoramas da estrutura produtiva do país. Os Censos Demográficos brasileiros são realizados decenalmente. Desde 1960, esses censos passaram a conter dois questionários, um aplicado a todos os domicílios do país (questionário completo), e outro aplicado a uma amostra nacional (questionário básico).

A PNAD é realizada anualmente e tem como objetivo monitorar a realidade social brasileira. Esta pesquisa é amostral e cobre as regiões Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte. A área rural da Região Norte do país era tradicionalmente excluída por uma questão de custos, mas foi incluída a partir de 2005. A PNAD pode ser desagregada por estado, por áreas urbanas e rurais, e por nove regiões metropolitanas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte Curitiba, Porto Alegre). Periodicamente, a PNAD também aborda temáticas especiais em seus suplementos, como acesso ao sistema educacional (1982), acesso ao sistema previdenciário (1983), fecundidade (1984), situação do menor (1985), mobilidade social (1973, 1988, 1996), morbidade, acesso ao sistema de saúde, fecundidade e uso de métodos contraceptivos (1981, 1998, 2003), participação política e social (1988), trabalho (1989 e 1990), carência nutricional e programas de garantia de renda mínima (2004), acesso à informática, telefonia celular e Internet (2005).

A Pesquisa Mensal de Empregos (PME), como o nome indica, é aplicada mensalmente e produz diversos indicadores relativos ao mercado de trabalho: condição de atividade da população residente de 10 anos de idade ou mais; ocupação e desocupação das pessoas economicamente ativas; rendimentos nominal e real médios; posição na ocupação; posse de carteira de trabalho assinada das pessoas ocupadas;

*No Brasil,  
o principal  
organismo  
responsável  
pela produção de  
dados  
demográficos,  
econômicos,  
sociais  
e territoriais é  
o IBGE.*

taxa de desocupação, acompanhando a dinâmica conjuntural de ocupação e desocupação etc. A unidade de coleta são os domicílios. Vale salientar que, na PME, ao contrário dos demais levantamentos populacionais periódicos do IBGE, os/as entrevistadores/as coletam informações de um mesmo domicílio sorteado por três meses seguidos, interrompendo essa coleta por outros três meses, e retornando ao mesmo domicílio após esse intervalo.

Além do IBGE, há outras instâncias de governo dedicadas ao levantamento de informações populacionais. Abaixo, sem a pretensão de esgotar todas as bases de informação, listamos algumas.

No **Ministério da Educação**, o principal órgão de levantamento de informações e análise é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (**INEP**). Este órgão é responsável pela realização do Censo Escolar, aplicado em todas as instituições de ensino do país. Ainda no Ministério da Educação existem as bases de dados geradas a partir das informações dos alunos que participaram das distintas versões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), do Exame Nacional de Cursos (Provão), da Prova Brasil (que veio a substituir o SAEB), e do Exame Nacional de Desempenho Discente (ENADE), sendo este último substituto do Provão.

No **Ministério da Saúde** há diversos dados processados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (**DATASUS**). Estas informações estão baseadas nos cadastros de atendimento médico e nas declarações de nascimento e de óbito. Algumas das principais bases de dados produzidas pelo DATASUS são o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), o Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e o Sistema Nacional de Agravos Notificados (SINAN).

No **Ministério da Previdência e Assistência Social**, a principal fonte de informações é o **Anuário Estatístico da Previdência Social**, publicado a partir de informações oriundas dos cadastros do próprio Ministério.

#### A PESQUISA SURVEY

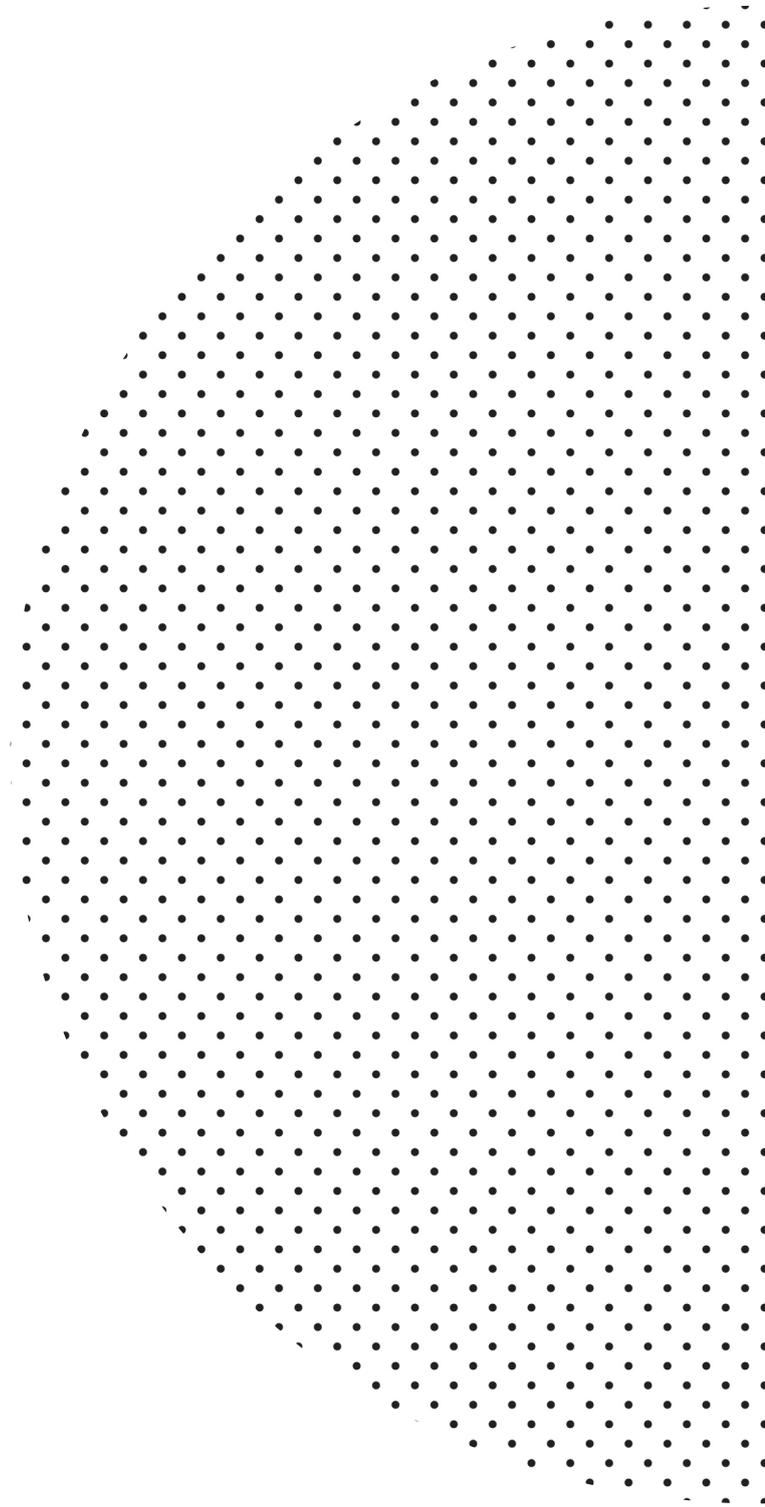
A pesquisa *survey* consiste na obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de

uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário. A *survey* é apropriada como método de pesquisa quando queremos responder a questões do tipo “o quê?”, “por quê?”, “como?” e “quanto?”, ou seja, quando o foco de interesse é sobre “o que está acontecendo” ou “como e por que isso está acontecendo”; quando não há interesse ou possibilidade de controlar as variáveis dependentes e independentes; quando o ambiente natural é a melhor situação para estudar o fenômeno de interesse; e quando o objeto de interesse tem lugar no presente ou no passado recente.

Quanto ao seu propósito, a pesquisa *survey* pode ser:

- Explanatória – os objetivos são testar uma teoria e as relações causais; estabelecer a existência de relações causais e também questionar por que a relação existe;
- Exploratória – os objetivos são a familiarização com o tópico ou a identificação de conceitos iniciais sobre um tópico; ênfase na determinação de quais conceitos devem ser medidos e como devem ser medidos; busca de novas possibilidades e dimensões da população de interesse;
- Descritiva – tem como objetivos: identificar quais as situações, os eventos, as atitudes ou as opiniões estão manifestos em uma população; descrever a distribuição de algum fenômeno na população ou entre os subgrupos da população ou, ainda, efetuar uma comparação entre essas distribuições. Neste tipo de *survey* a hipótese não é causal, mas tem o propósito de verificar se a percepção dos fatos está ou não de acordo com a realidade.

*A survey é apropriada como método de pesquisa quando queremos responder a questões do tipo “o quê?”, “por quê?”, “como?” e “quanto?”, ou seja, quando o foco de interesse é sobre “o que está acontecendo” ou “como e por que isso está acontecendo”*





# O QUESTIONÁRIO

COMO PERGUNTAR SEM INDUZIR A RESPOSTA? COMO FORMULAR QUESTÕES QUE DE FATO FORNEÇAM AS INFORMAÇÕES DESEJADAS?

A pesquisa quantitativa que visa levantar dados de primeira mão tem, no questionário, um dos principais instrumentos de coleta de informações para a produção dos dados. O questionário é construído a partir das variáveis que se deseja conhecer. Cada variável conduz, no mínimo, a uma pergunta. O conjunto de perguntas forma o questionário.

A elaboração de um questionário requer:

- A) a explicitação de quais conceitos serão abordados, a transformação dos mesmos em indicadores para, então, determinar as variáveis e formular as perguntas do questionário;
- B) a construção de uma estrutura geral, baseada no objetivo da pesquisa ou no problema de pesquisa;
- C) cuidadosa atenção para: os tipos de perguntas; a forma e a linguagem empregadas na elaboração das perguntas; a estrutura do questionário, no que diz

respeito à apresentação, ao tamanho e à disposição (sequência lógica) das perguntas; a melhor forma de aplicação do questionário, de acordo com os custos, os benefícios e as limitações; por fim, o politicamente correto e o socialmente aceito.

Precisamos ter sempre em mente que **formas diferentes de efetuar a pergunta acarretam o fato de que distintos fenômenos estão sendo mensurados**. Por exemplo, perguntar “de uma maneira geral você aprova ou desaprova o governo Lula?” é muito diferente de perguntar “de uma maneira geral, você avalia o governo Lula como ótimo, bom, ruim ou péssimo?”. Ou, ainda, “de uma maneira geral, você avalia o governo Lula como ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?”.

#### 1. TIPOS DE PERGUNTAS

As perguntas devem ser formuladas conscientemente. Assim, é necessário avaliar a melhor maneira de elaborá-las.

De acordo com o que se quer perguntar, as perguntas podem ser elaboradas conforme segue abaixo:

- Perguntas de fato: questões sobre características mais fáceis de precisar, como sexo, idade, estado civil etc.
- Perguntas de ação: envolvem atitudes ou decisões tomadas no passado. Por exemplo: “Em quem você votou na eleição passada para presidente?”.
- Perguntas de intenção: envolvem intenção sobre atitudes e decisões futuras.
- Perguntas de opiniões: envolvem a emissão de opinião.

*Perguntar “de uma maneira geral você aprova ou desaprova o governo Lula?” é muito diferente de perguntar “de uma maneira geral, você avalia o governo Lula como ótimo, bom, ruim ou péssimo?”.*

- Perguntas teste: envolvem perguntas que focalizam questões polêmicas, ou que provocam constrangimento e, por isso, são feitas diversas perguntas sobre o mesmo tema.

Segundo o destinatário da pergunta, podemos usar as seguintes possibilidades:

- Perguntas diretas: quando se referem ao indivíduo que responde.
- Perguntas indiretas: quando se referem a uma generalidade, útil para introduzir um assunto. Exemplo: “Você conhece alguém que já sofreu discriminação?”, para depois ser feita uma pergunta direta: “E você, já sofreu discriminação?”.

#### PERGUNTAS ABERTAS E PERGUNTAS FECHADAS

Perguntas fechadas: quando são oferecidas maneiras específicas para responder. No caso de variáveis categóricas/nominais, devem ser oferecidas categorias de respostas (exaustivas e excludentes) para que os/as entrevistados/as escolham. Quanto aos tipos de escolha, podemos ter escolha única (apenas uma das opções) ou múltipla escolha (mais de uma). No caso de escalas intervalares e de razão, devemos indicar a unidade na qual a resposta deve ser dada. Por exemplo, “há quanto tempo está no trabalho principal?” é uma pergunta que requer a indicação de a resposta ser dada em anos, meses ou semanas. As vantagens das perguntas fechadas são: as possibilidades de comparação entre os elementos da pesquisa; a quantificação da incidência de determinadas opções; a facilitação da transferência dos dados para o computador; e do tratamento estatístico das informações coletadas.

O/A pesquisador/a deve estar consciente de que: as categorias de respostas não podem ser criadas sem critérios; é preciso ter referências oriundas de estudos anteriores, de estudos exploratórios, e da linguagem da população estudada; a oferta de opções significa que a pesquisa está estimulando os indivíduos a posicionamentos diante de um quadro delimitado; há o risco de que, diante de dúvidas sobre a resposta que melhor expresse a opinião, o/a entrevistado/a escolha a opção que ache mais adequada ao/à entrevistador/a ou a primeira opção da lista; é necessário que os indivíduos se sintam contemplados com alternativas como “outros” e “não sabe”.

A categoria “outros” merece atenção especial, porque a existência, no pré-teste, de muitas respostas na opção “outros” indica que a seleção das categorias deve ser refeita. Exemplo: numa pesquisa foi perguntado o que a pessoa costumava consultar,

e inúmeras alternativas foram oferecidas, como horóscopo, tarô, cartomante, búzios etc. A par delas, foi colocada a opção “outros”, com a solicitação de explicitar “quais outros”. A Bíblia foi citada em “outros”, tendo sido o item mais mencionado.

Perguntas abertas: quando não há opções de respostas e o/a entrevistado/a pode se expressar livremente. Em muitas situações os/as pesquisadores/as querem coletar informações ou opiniões por meio de perguntas cujas respostas não podem ser contempladas em opções previamente estabelecidas. Os casos mais comuns são quando: i) a intenção é captar a espontaneidade dos/as entrevistados/as, apesar de o fato de uma entrevista limitar essa espontaneidade, mas, pelo menos, a ideia é preservar alguma coisa de subjetivo dos/as entrevistados/as; ii) a intenção é proceder a um estudo exploratório.

A escolha por **perguntas abertas** deve ser feita com  **muito cuidado**, pois o **tratamento estatístico das respostas exige um plano previamente elaborado** para sua codificação.

*A escolha por perguntas abertas deve ser feita com muito cuidado, pois o tratamento estatístico das respostas exige um plano previamente elaborado para sua codificação.*

## 2. COMO ELABORAR PERGUNTAS EFICAZES

Para que uma pergunta seja eficaz, não basta apenas definir se ela deve ser aberta ou fechada. Mais do que isso, é preciso elaborá-la de modo compreensível para o/a entrevistado/a. Assim, é necessária muita atenção e nitidez na formulação da pergunta, na construção das categorias de respostas, na linguagem e no uso de terminologias política e socialmente aceitas.

Formulação de perguntas explícitas – Devemos sempre evitar dúvidas e ambiguidade no que está sendo indagado. Múltiplas perguntas em uma só, manipulação, perguntas na negativa e questões nas quais há associações positivas ou negativas constituem riscos de entendimento. Seguem exemplos do que deve ser evitado.

- A) Dúvidas em relação ao que se pergunta.** Quando se indaga “quantas pessoas moram na sua casa?”, pode conduzir à dúvida se o respondente deve ou não ser incluído. O correto é perguntar: “contando com você, quantas pessoas moram na sua casa?”.
- B) Ambiguidade:** uma pergunta como “qual religião com que você mais se identifica?” pode ser respondida como aquela religião com a qual a pessoa se identifica, além daquela que ela já professa, ou pode ser aquela que ela professa. Outro exemplo é a indagação “você participa de algum movimento?”. Esta pergunta pode ser movimento religioso, social, político etc., ou nenhum deles.
- C) Multiplicidade de perguntas em uma só:** “o que te deixa mais inseguro/a e com medo?” contém duas questões: o que deixa o/a respondente mais inseguro/a e o que o/a deixa com medo.
- D) Manipulação:** em alguns casos, a própria pergunta induz a resposta do indivíduo por diversos fatores, como quando se associa qualidade, adjetivo, estereótipo e ideia ao que vai ser perguntado. Exemplo: “no Brasil a atividade informal dos/as chamados/as camelôs está fortemente associada ao crime e a atividades ilegais, você concorda, nem concorda nem discorda, ou discorda da repressão aos camelôs feita pela guarda municipal?”.
- E) Perguntas com um sentido de negação:** é comum que a negativa não seja percebida pelo/a entrevistado/a ou então termine demandando um raciocínio mais complexo que, considerando a pressa ou a falta de atenção, pode confundir-lo/a. Exemplos: “você concorda, discorda ou nem concorda, nem discorda com a seguinte afirmação: eu não estou satisfeito com a política de cotas nas universidades”; “você concorda, discorda ou nem concorda, nem discorda com a seguinte afirmação: ninguém nunca te impediu de vestir algum tipo de roupa”.
- F) Redação que tenda a valorizar ou desvalorizar** (a redação deve ser balanceada): é importante que os dois lados de uma questão estejam presentes, para que a indagação não se torne tendenciosa. Por exemplo, “na sua opinião, a situação econômica do país melhorou desde o governo Lula?”. A formulação mais adequada é “na sua opinião, a situação econômica do país melhorou, piorou ou está igual desde o governo Lula?”.

Formulação das categorias de respostas de forma nítida. É fundamental ficarmos atentos/as a dois aspectos:

- A) Cada opção de resposta deve estar visível, de modo que possa ser assinalada sem causar confusão. Em geral, colocamos um quadrado, uma linha ou parênteses para cada opção.
- B) As perguntas não devem apresentar muitas opções, pois há o risco de confundir o/a entrevistado/a. *Recomenda-se o máximo de seis opções, no caso de pesquisas em que as alternativas são mencionadas, e o máximo de 15 possibilidades nas pesquisas autoadministradas.*

A linguagem das perguntas – Devemos levar em conta a linguagem da população estudada, pois há o risco de elaborarmos um questionário com perguntas não compreendidas pelos/as entrevistados/as. Ao mesmo tempo, devemos evitar o coloquialismo e os jargões.

Respeito ao politicamente correto e ao socialmente aceito – É comum que os indivíduos queiram ser aceitos e se mostrem corretos diante do “outro”. Neste caso, o/a pesquisador/a, ao elaborar um questionário, deve estar atento a esta questão, principalmente quando se trata de temas polêmicos. Assim, cabe inserir perguntas de teste para que seja possível algum controle sobre as opiniões.

Almeida (2003) apresenta um exemplo sobre a relação entre uma pergunta e os contextos sociopolíticos evocados pelas pesquisas. Em duas pesquisas diferentes, uma sobre relações raciais e outra sobre cultura política, foi feita a mesma pergunta: “O/A senhor/a já votou alguma vez em Benedita da Silva?”. É muito provável que os indivíduos que estavam tratando do tema relações raciais tenham sido estimulados pelo tema da pesquisa, pois as respostas foram (em %):

RESPOSTA	PESQUISA DE RELAÇÕES RACIAIS	PESQUISA DE CULTURA POLÍTICA
Sim	44	20
Não	52	78
Não Lembra	3	1
NS/NR	1	1

### 3. ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO

O questionário deve ser estruturado. Isto significa dizer que ele necessita conter uma apresentação, suas perguntas precisam ser criteriosamente formuladas, a disposição das perguntas deve estabelecer uma sequência lógica que favoreça sua aplicação e seu tamanho implica considerar a exatidão de seu preenchimento.

#### APRESENTAÇÃO DA PESQUISA NO QUESTIONÁRIO

Todo questionário deve começar com a apresentação do/a pesquisador/a, da instituição ou do grupo que efetua a investigação, do tema geral e, em alguns casos, cabe explicitar os objetivos e as finalidades da pesquisa, a forma de seleção do/a entrevistado/a e a garantia de confidencialidade.

Sugestão de introdução: “Bom dia, meu nome é \_\_\_\_\_. Estou fazendo uma pesquisa sobre hábitos e opiniões dos/as moradores/as de Fortaleza, gostaria de saber se o/a senhor/a poderia responder a algumas perguntas”.

#### DISPOSIÇÃO DAS PERGUNTAS AO LONGO DO QUESTIONÁRIO

Não há uma regra única sobre a disposição das perguntas, mas é importante atentar para algumas ponderações acerca da ordem das indagações em um questionário. Em alguns casos, tal ordenação pode alterar a interação entre entrevistado/a e entrevistador/a, isto é, pode criar constrangimentos e/ou provocar incertezas, o que acarreta o comprometimento da aplicação do questionário.

As primeiras perguntas do questionário. Devemos começar com perguntas fáceis de responder e que introduzam os temas da pesquisa. Desse modo evitamos que o/a entrevistado/a se sinta constrangido/a, ofendido/a ou ameaçado/a, perdendo o interesse pelo questionário. Uma vez se pretenda adentrar progressivamente no tema da pesquisa, recomendamos perguntas sobre opinião ligadas ao próprio tema.

Perguntas da parte intermediária do questionário. As perguntas devem ser tratadas em blocos temáticos definidos *a priori* pelo/a pesquisador/a para evitar idas e vindas nos assuntos. A mudança de tema/assunto pode ser anunciada no questionário como forma de preparar o/a entrevistado. A junção das perguntas afins deve ser cuidadosa, porque opções padronizadas (por exemplo, concordo, nem concordo nem discordo, ou discordo) podem provocar respostas automáticas, dadas sem reflexão. De outro lado, se as mudanças forem excessivas – por exemplo, propor três perguntas com concordo, discordo etc. , depois inserir perguntas ruim, bom etc. e, posteriormente, retornar

para concordo, discordo etc. – o/a entrevistado/a pode ficar confuso/a. Nesta parte, então, recomendamos concentrar perguntas sobre a intenção (atitude futuras) e os comportamentos do passado, pois já recomendamos que a opinião sobre o presente e o comportamento do presente estejam no início do questionário.

Perguntas delicadas. Recomendamos que as perguntas delicadas sejam diluídas na parte intermediária do questionário ou que se situem no final. Isto porque, ao longo da aplicação do questionário aumentam as possibilidades de consolidar a confiança do entrevistado/a no/a investigador/a e, com isso, de estabelecer certo grau de cumplicidade entre ambos. Ademais, caso ocorra algum tipo de constrangimento, grande parte do questionário já terá sido respondida.

Perguntas de filtros. As questões de filtro são aquelas que fazem alguns indivíduos “pularem” de uma questão para outra. Tais questões devem ser muito bem distribuídas ao longo do questionário para não confundirem o/a respondente e até mesmo o/a entrevistador/a.

Perguntas finais. Recomendamos que a parte final seja reservada para as perguntas sobre as características socioeconômicas do/a entrevistado/a, pois, deste modo, ele/a não se sentirá obrigado/a a responder de forma coerente ou adequada às posições sociais e econômicas que ocupam. Além disso, perguntas deste tipo – mais pessoais, incidem, por exemplo, sobre a renda do indivíduo – podem deixar o/a entrevistado/a constrangido/a e, com isso, ficam comprometidas a fluidez e a reflexividade da entrevista. O mesmo vale para as perguntas de desabafo, que são aquelas que indagam sobre opiniões e recomendações, e/ou pedem comentários. A este propósito, vale mencionar um exemplo fornecido por Almeida (2002) acerca de duas pesquisas que, em 1992, versavam sobre a aprovação do governo Reagan nos Estados Unidos.

Na investigação em que a pergunta constava no início do questionário, o índice de aprovação era alto; na outra, o índice era mais baixo, pois a indagação vinha após um bloco de perguntas específicas sobre o governo, ou seja, depois de os/as entrevistados/as serem levados/as a pensar um pouco mais sobre o governo Regan, havia a tendência a serem menos favoráveis a ele.

Sequência lógica. É importante que exista uma sequência lógica do tempo quando as perguntas forem retrospectivas. Assim, devemos começar com o mais distante no tempo ou com o mais recente, mas precisamos obedecer à linha cronológica dos even-

tos que abordamos no questionário.

#### TAMANHO DO QUESTIONÁRIO

Objetividade é a regra fundamental, portanto, devemos evitar perguntas que dificilmente serão analisadas ou indagações com possibilidades de respostas muito complexas. Quanto maior e mais complexo o questionário, mais ele tende a ser rejeitado pelos/as entrevistados/as. Por esta razão, há uma média de duração recomendável.

ENTREVISTAS PESSOAIS	ENTREVISTAS POR TELEFONE	ENTREVISTAS PELOS CORREIOS
Até 45 minutos	De 10 a 20 minutos	Até 45 minutos

#### 4. FORMAS DE APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

A estrutura do questionário e o formato das perguntas estão relacionados à forma de aplicação.

##### APLICAÇÃO MEDIANTE ENTREVISTA

###### A) Aplicação do questionário por entrevistadores/as

VANTAGENS	Estão presentes todas as questões ligadas à interação face a face na pesquisa.
DESvantagens	Maior custo, viés que pode ser provocado pela interação entre entrevistado/a e entrevistador/a.

###### B) Aplicação do questionário por telefone

VANTAGENS	Custo baixo e rapidez da coleta.
DESvantagens	Limitação do universo e de tempo.

#### AUTOAPLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

São duas as possibilidades de usar este procedimento:

- A) questionário autoadministrado, distribuído em visita do/a pesquisador/a, com devolução imediata; e
- B) questionário autoadministrado, enviado pelos correios. Neste caso, algumas medidas são necessárias: encaminhar o questionário com uma carta de apresentação e informar a data limite para a devolução; identificar o questionário com um número e o endereço para o qual foi enviado; encaminhar o envelope para a devolução ou enviar um questionário autopostável; distribuir mais do que o número mínimo da amostra (em torno de 30% a mais); avaliar a taxa de retorno considerada satisfatória, pois não há consenso em torno desse valor; enviar correspondência de lembrete ou telefonar; monitorar o retorno via gráficos e identificação dos questionários pelo número de ordem de chegada; realizar testes de viés para controlar as respostas (ex.: avaliar o perfil dos que retornaram o questionário preenchido em relação ao perfil dos selecionados que não encaminharam suas respostas).

---

#### VANTAGENS

Baixo custo, ausência da interação entre entrevistador/a e entrevistado/a.

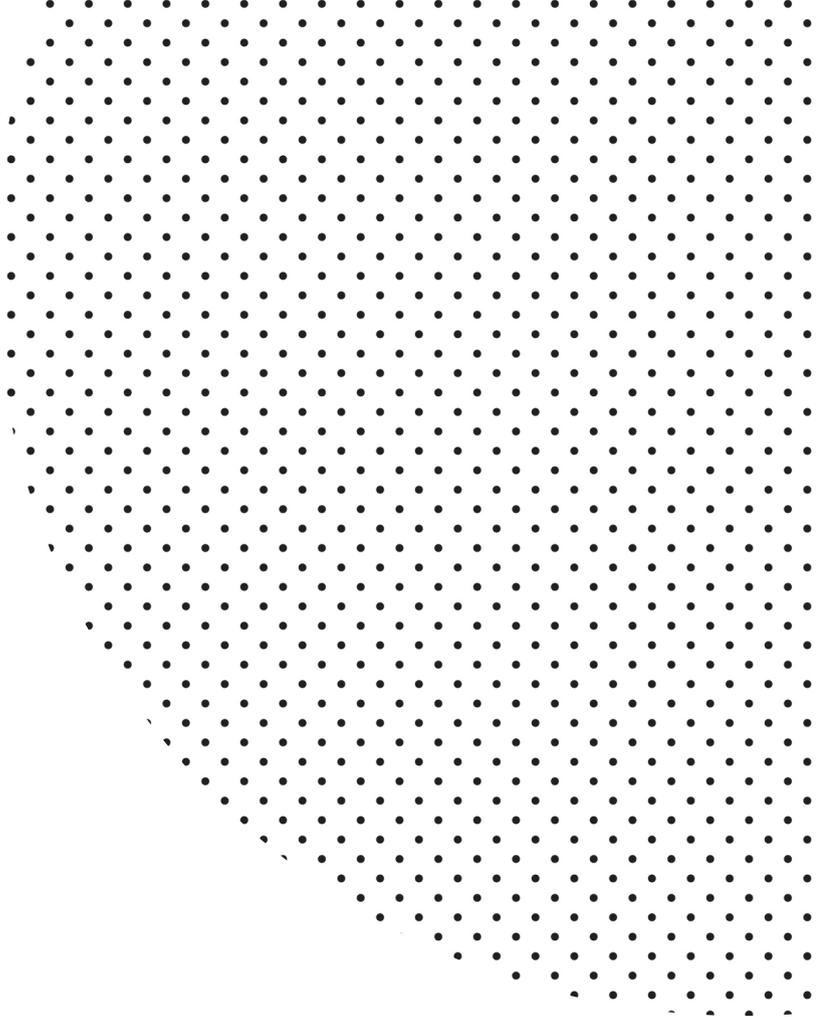
---

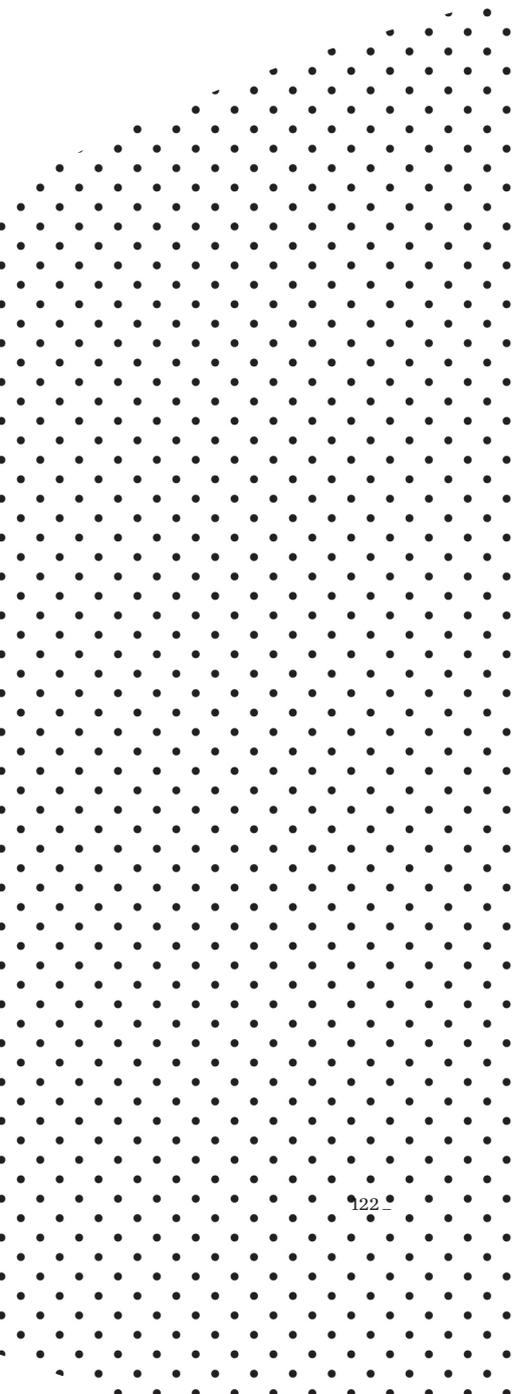
#### DESVANTAGENS

Risco de baixa taxa de devolução (30% é considerado o mínimo), possibilidade de viés, porque só alguns se interessam em responder; não há ninguém para tirar possíveis dúvidas de preenchimento do questionário.

---

CHEGAMOS AO FINAL DO MÓDULO 6. VOCÊS TIVERAM A OPORTUNIDADE DE CONHECER ALGUMAS TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO QUE SÃO FERRAMENTAS ÚTEIS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA E DE INTERVENÇÃO. ESPERAMOS QUE ESTE CONTEÚDO, ALIADO AO CONTEÚDO APRESENTADO NOS OUTROS MÓDULOS POSSA AJUDÁ-LOS/LAS A TRABALHAR NOS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES DE FORMA A ASSEGURAR A TRANSVERSALIDADE E A INTERSETORIALIDADE DE GÊNERO E RAÇA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.





## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A. *Como são feitas as pesquisas eleitorais e de opinião*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- BABBIE, E. *Métodos de pesquisa de survey*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- BOUDON, R. *Os métodos em sociologia*. São Paulo: Ática, 1989.
- BRANNEN, J. Combining qualitative and quantitative approaches: an overview. In: \_\_\_\_ (ed.). *Mixing Methods: qualitative and quantitative research*, London: Avebury, 1992. pp. 3-37.
- BRYMAN, A. *Quantity and Quality in Social Research*. Londres: Unwin Hyman, 1988.
- CAMPBELL & STANLEY. *Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa*. São Paulo: EPU, 1979.
- CANO, I. *Introdução à avaliação de programas sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- \_\_\_\_\_. Medidas em Ciências Sociais. In: Souza, A.M. (ed.). *Dimensões da avaliação educacional*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- COOK & CAMPBELL. *Quasi-Experimentation: Design and Analysis for Field Settings*. Chicago, Illinois: Rand McNally, 1979.
- CRAMER, D. & BRYMAN, A. *Quantitative data analysis*. New York: Routledge, 1999.
- CRESWELL, J. *Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DENCKER & VIÁ. *Pesquisa empírica em ciências humanas*. São Paulo: Editora Futura, 2001.

FALCÃO, J.T. da R. & REGNIER, J. Sobre os métodos quantitativos na pesquisa em ciências humanas: riscos e benefícios para o pesquisador. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 81, n. 198, p. 229-243, 2000.

FIELDING, N. & SCHREIER, M. Introduction: On the Compatibility between Qualitative and Quantitative Research Methods. In: *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, revista on-line, 2, p. 1, 2001. Disponível em: <http://qualitative-research.net/fqs/fqs-eng.htm>

FLICK, U. *Métodos qualitativos na investigação científica*, 2. ed. Lisboa: Ed. Monitor, 2005.

FREITAS, H., OLIVEIRA, M., SACCOL, A.Z. & MOSCAROLA, J. O método de pesquisa *survey*. *Revista de Administração da USP* [online], São Paulo, v. 35, n. 3, p.105-112, jul.-set. 2000. Disponível em: [http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num\\_artigo=269](http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=269) Acesso em: 31 maio 2011.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GROVES, Robert *et al.* *Survey methodology*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2004.

JANNUZZI, P.M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes e aplicações*. Campinas: Alínea/PUC-Campinas, 2003.

LEVIN, J. & FOX, J. *Estatística aplicada a ciências humanas*. São Paulo: Pearson, Prentice Hall, 2004.

MANOEL, A.T. *et al.* s/d. *O método de pesquisa survey*. Disponível em: [www.feb.unesp.br/.../O\\_metodo\\_de\\_pesquisa\\_Survey.ppt](http://www.feb.unesp.br/.../O_metodo_de_pesquisa_Survey.ppt) Acesso em: 29 set. 2010

MAY, T. 2004. *Pesquisa social*. Porto Alegre: Artmed.

MINAYO, M.C. de S. & SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública* [online], v. 9, n. 3, p. 237-248, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf> Acesso em: 31 maio 2011

OLIVEIRA, S.L. de O. *Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografia, dissertações e teses*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

PINSONNEAULT & KRAEMER. Survey Research in Management information systems: an assesment. *Journal of MIS*, v. 10, n. 2, p. 75-105, 1993.

QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L.V. *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiv, 1992.

REA, L. & PARKER, R. *Metodologia de pesquisa, do planejamento à execução*. São Paulo: Pioneira, 2002.

RICHARDSON, J. *et al. Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1989.

SELLTIZ, WRIGHTSMAN, COOK & KIDDER (orgs.). *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: EPU, 1987.

STRAUSS, A. & CORBIN, J. *Pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TASHAKKORI, A. & TEDDLIE, C. Mixed methodology. Combining qualitative and quantitative approaches. In: *Applied Social Research Methods Series*. Vol. 46. Londres: Sage, 1998.

#### WEBIBLIOGRAFIA:

ASSI: Applied Social Sciences Index and Abstracts – <http://www.csa.com/factsheets/assia-set-c.php>

Biblioteca Digital CLAM – <http://clam.tempsite.ws/bibliotecadigital>

Biblioteca Virtual em Saúde – BVS – <http://www.bireme.br>

Biblioteca Virtual em Saúde – BVS – <http://regional.bvsalud.org/php/index.php>

BVS Psicologia ULAPSI Brasil – <http://www.bvs-psi.org.br/php/index.php>

FINDARTICLES – The CBS Interactive Business Network – <http://www.findarticles.com>

IBSS – International Bibliography of the Social Sciences – <http://www.proquest.co.uk/en-UK/catalogs/databases/detail/ibss-set-c.shtml>

Index – PSI – <http://www.psi.bvs.br/cgi-bin/wxis.exe/iah?IsisScript=iah/iahxis&lang=P&base=INDEXPSI>

Medline / Pubmed – <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/entrez/>

Portal IPSA (Ciência Política) – <http://ipsaportal.unina.it/>

Portal Periódicos da CAPES – <http://www.periodicos.capes.gov.br>

Prossiga – <http://www.prossiga.cnpq.br/>

PsycINFO: American Psychological Association – [www.apa.org/pubs/databases/psycinfo/index.aspx](http://www.apa.org/pubs/databases/psycinfo/index.aspx)

SCIELO BRASIL – <http://www.scielo.br/>

Sistema de Bibliotecas e Informação SIBI/UFRJ – [www.sibi.ufrj.br](http://www.sibi.ufrj.br)

SSCI: Social Sciences Citation Index – [http://thomsonreuters.com/products\\_services/science/science\\_products/a-z/social\\_sciences\\_citation\\_index](http://thomsonreuters.com/products_services/science/science_products/a-z/social_sciences_citation_index)